

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO / PUC-SP

MARCELO PEREIRA DA CRUZ

A IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS NO “JOGO DO PODER”:
A aliança com o Partido dos Trabalhadores nas eleições presidenciais de 2002

SÃO PAULO

2009

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO / PUC-SP

MARCELO PEREIRA DA CRUZ

A IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS NO “JOGO DO PODER”:
A aliança com o Partido dos Trabalhadores nas eleições presidenciais de 2002

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
como exigência parcial para obtenção do título de
MESTRE em Ciências da Religião, sob orientação
do Professor Dr. Frank Usarski.

SÃO PAULO

2009

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Frank Usarski
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Prof. Dr. Edin Sued Abumansur
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Prof. Dr. Arnaldo Erico Huff Júnior
Universidade Federal de Juiz de Fora

Agradecimentos

Agradeço ao Programa de Pós Graduação em Ciência da Religião, coordenado pelo Prof. Dr. João Edênio Reis Valle, aos meus orientadores Prof. Dr. Frank Usarski e Prof. Dr. Edin Sued Abumansur e à sempre gentil e competente secretária Andréia de Souza.

Agradeço a todos os professores, que contribuíram nessa trajetória de forma direta ou indireta para o desenvolvimento dessa pesquisa, para a minha evolução intelectual e principalmente para o meu crescimento como ser humano: Prof. Dr. Fernando Torres Londonõ (História da Religião no Brasil e na América Latina I e II), Prof. Dr. Eduardo Cruz (Introdução à Pesquisa em Ciências da Religião I), Prof. Dr. José J. Queiroz (Introdução à Pesquisa em Ciências da Religião II), Prof. Dr. Pedro Lima Vasconcelos (O Evangelho Segundo João), Prof. Dr. Ênio José da Costa Brito (Diáspora das Religiões e Religiosidade Popular), Prof. Dr. Frank Usarski (Religiões Orientais) e Prof. Dr. Edin Sued Abumansur (Sociologia da Religião).

Agradeço ao Programa de Bolsa Mestrado da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, pelo auxílio financeiro e incentivo a qualificação profissional dos professores e de forma especial à Professora Solange Dias responsável pelo programa na Diretoria de Ensino de Santo André.

Agradeço à minha esposa Cristina Emiko, às professora Kátia Hitomi e Eliane Pereira e a todos os amigos que colaboraram com o desenvolvimento dessa pesquisa.

Dedico esse trabalho a Cristina, por sua paciência e apoio em todos os momentos e aos meus filhos Pedro e Mateus, cujos olhares e sorrisos nunca me deixaram desanimar.

Marcelo Pereira da Cruz

Resumo

Dentro das mais diversas sociedades, a religião e o poder de Estado constituído traçaram alianças que trouxeram benefícios e tensões. A religião foi uma das primeiras especialidades que surgiu no seio de uma sociedade, proporcionando união em torno de uma ou várias divindades. Ao longo da história, reis, imperadores, ditadores e, na concepção moderna da palavra, políticos viram na religião uma grande força para ajudá-los no processo de condução da sociedade, através da elaboração de doutrinas e normas. Essas relações transformaram os especialistas religiosos e políticos em agentes importantes dentro das sociedades, devido ao controle que eles exercem nas relações entre as pessoas.

No Brasil contemporâneo, a participação da religião na política é um fato que se repete com a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), que ganhou destaque no campo político devido ao seu espetacular crescimento e com a transferência para o mesmo do seu capital religioso, através de suas teologias, práticas e discursos.

A Igreja Universal se enquadra numa terceira “onda” de igrejas pentecostais que se desenvolveram no Brasil, a partir de meados da década de 1970. Entretanto, suas práticas e teologias, que foram adaptadas ao contexto social em que ela está inserida, transformaram-na em um fenômeno que transcendeu as fronteiras religiosas. O espaço que a IURD conquistou no campo religioso, social, midiático, empresarial e político serviu de inspiração para outras denominações religiosas, que acabaram por seguir os seus passos.

O sucesso da trajetória da IURD, em particular no campo político, foi alcançado com ousadas estratégias, que se iniciaram com a escolha de seus candidatos e posteriormente com a coligação ao PL (Partido Liberal) - um partido de direita, cujos princípios e ideologias casavam perfeitamente com os ideais e crenças iurdianas. No entanto, a Igreja viveu um momento difícil no decorrer da década de 1990, devido aos escândalos internos que envolviam seus principais líderes e a erros cometidos pela cúpula da Igreja, ao apoiarem, por exemplo, Fernando Collor de Mello, nas eleições presidenciais de 1989, bem como à decepção que a mesma teve com o governo de Fernando Henrique Cardoso. Tais acontecimentos serviram de trampolim para a mudança de postura mediante ao Partido dos Trabalhadores, seu antigo desafeto de esquerda, formando uma aliança vitoriosa entre a IURD/PL e o PT nas eleições presidenciais de 2002, que culminou na vitória do candidato petista Luiz Inácio Lula da Silva e no refortalecimento da Igreja Universal do Reino de Deus.

Abstract

Among all kinds of societies, religion and the power of the State outline alliances that have brought benefits and tensions. Religion was one of the first ones that emerged in the middle of a society, providing union around a divinity. Along history, kings, emperors, dictators and, according to a modern conception of the word, politicians saw religion as a great strength to help them in the process of leading the society through the development of doctrines and rules. Those relations changed the religious and political specialists into important agents inside societies due to the control of the relations among people which they influence.

In Contemporary Brazil, the participation of religion in politics is a fact that has been repeated with Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), which has gained prominence in the politics field due to its spectacular development and to the transference of its religious capital, through its theology, practices and speeches.

Igreja Universal fits a third “wave” of Pentecostal churches which were developed in Brazil by the seventies, however, their practices and theology which were adapted to the social context where it is inserted, made it become a phenomenon which transcended the religious frontiers. The place conquered by IURD in the religious, social, media, business and political fields, worked as inspiration for other religious denominations, that followed their steps.

The success of IURD, particularly, in the politics field was reached through bold strategies, which had begun with their candidate’s choice and later with the liaison to PL (Partido Liberal), a right party, whose principles and ideologies fit perfectly to IURD ideals and beliefs. However, the church had to overcome a difficult moment in the nineties because of internal scandals involving their main leaders and mistakes made by the summit of the church by supporting, for example, Fernando Collor de Mello in the presidential elections of 1989 and the disappointment with Fernando Henrique Cardoso government.

Those events ended up in a change of attitude towards Partido dos Trabalhadores, their old left issue and formed a victorious union between IURD/PL and PT, in the presidential elections of 2002, which resulted in the victory of Luiz Inácio Lula da Silva and in the reinforcement of Igreja Universal do Reino de Deus.

Sumário

Introdução	10
Capítulo I - IURD: origem, crescimento e base teológica	18
I.1 A IURD no cenário religioso e social brasileiro	18
I.1.1 A fundação da IURD e o seu crescimento	22
I.1.2 O uso dos veículos de comunicação como ferramenta para o crescimento	25
I.2 Uma Igreja em formação e as bases teológicas	29
I.2.1 Teologia do Domínio	34
I.2.2 Teologia da Prosperidade	36
I.2.3 O Dom da Cura Divina	39
I.3 Conclusão	40
Capítulo II - IURD: trajetória política, ideologia dos aliados e discurso político-religioso	43
II.1 Antecedentes: os evangélicos e a política a partir da Segunda República	43
II.1.1 A IURD no cenário político democrático e sua aliança com o PL	45
II.1.2 Da Guerra Santa na política brasileira à aliança entre a IURD e o PT	49
II.2 As ideologias dos aliados	51
II.2.1 Um breve histórico e as ideologias do PL (Partido Liberal)	52
II.2.2 Um breve histórico e as ideologias do PT : “um partido de Deus”	54
II.3 O discurso político-religioso	58
II.3.1 IURD e a demonstração do discurso em prol do Partido dos Trabalhadores	60
II.4 Conclusão	64
Capítulo III - Religião e Poder: um olhar teórico e histórico	65
III.1. Apresentação dos campos	65
III.1.1 Campo Religioso	66
III.1.2 Campo Político	67
III.2 A teoria das trocas simbólicas	67
III.2.1 A relação de poder entre religião e política	69

III.2.2	Religião e política na história	71
III.2.3	As rupturas, os cismas e a tensão social	73
III.3	A religião e a sua relação com o poder na sociedade contemporânea	76
III.4	Conclusão	79
Capítulo IV - A mudança de postura da IURD acerca do PT		81
IV.1	As novas estratégias do jogo político	81
IV.1.1	Contextualizando a mudança de estratégias e a tensão social do período	85
IV.1.2	Cronologia do período que antecede a aliança	86
IV.1.3	Tensão Social e o carisma da IURD	90
IV.2	A transferência de capital e a aproximação com o Partido dos Trabalhadores ..	92
IV.2.1	A consolidação da aliança com o Partido dos Trabalhadores	97
IV.3	Conclusão	101
Considerações finais		102
Referências Bibliográficas		104
Anexos		109
	Anexo 1 - Um breve histórico das principais igrejas neopentecostais	110
	Anexo 2 - Tabela A: As emissoras controladas por igrejas neopentecostais	114
	Anexo 3 - Tabela B: O crescimento pentecostal comparado com outras religiões ..	115

Introdução

A presente dissertação tem como tema a aliança entre poder religioso e poder político, respectivamente representados pela Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e pelo Partido dos Trabalhadores (PT). A relação entre religião e política, que foi motivo de questionamentos ao longo da história em diferentes locais, volta a ganhar destaque no Brasil contemporâneo com o envolvimento dos grupos evangélicos brasileiros, sobretudo os pentecostais, no qual está inserido o objeto de estudo deste, a IURD.

A pesquisa acadêmica tem mostrado um crescente interesse por temas relacionados às atividades de igrejas pentecostais na área da política, a partir de década de 1990. Uma boa parte desse trabalho refere-se à IURD, igreja frequentemente associada à “terceira onda” ou “neopentecostalismo” (Mariano, 1999) e que possui 36 representantes na câmara dos deputados e no senado, um braço político considerável.

A primeira abordagem sobre o envolvimento da IURD no cenário político brasileiro aponta que isso foi decorrente do destaque que a Igreja ganhou nos últimos anos, graças ao seu crescimento, especialmente nos grandes centros urbanos do país, como São Paulo, que é o centro econômico do país e também o local em que se observa melhor a desigualdade que assola o povo brasileiro (Pierucci/Prandi, 1996). Tal crescimento pode ser justificado pelo fato do ser humano, hoje, estar em conflito devido aos problemas que o cercam e não conseguir lidar de forma eficaz com eles, buscando os compensadores trazidos pelas teologias defendidas pela IURD e demais igrejas pentecostais, que atraem principalmente os pobres, que esperam alcançar a prosperidade “aqui e agora”.

Com o espaço conquistado no campo religioso e social, a Igreja Universal do Reino de Deus levou seus líderes a disputarem importantes cargos políticos, principalmente no poder legislativo em várias capitais. No Rio de Janeiro, onde a Igreja foi fundada, realizou-se um estudo sobre a participação de vários grupos evangélicos nas eleições da cidade entre 2001 e 2005, com o objetivo de entender as raízes e as tendências dessa participação, bem como avaliar a atuação dos representantes da bancada evangélica (Machado, 2006). Outro exemplo está relacionado às eleições de 2000 em Porto Alegre, nas quais foram apresentadas as relações entre partidos e grupos evangélicos, com destaque para a IURD (Oro, 1999), além dos resultados vitoriosos dos candidatos ligados à Universal e suas influências nos demais segmentos evangélicos (Oro, 2003).

Uma segunda abordagem refere-se ao perfil dos políticos evangélicos, demonstrando que os mesmos transmitem o seu carisma e as teologias defendidas em seus cultos para o cenário político, levantando bandeiras como a liberdade religiosa e o respeito à família, podendo-se destacar, em âmbito municipal, o estudo sobre a atuação do pastor Luis Jorge Pereira Pontes, da IURD na Câmara Municipal de Marília (Zeni, 2006). A questão foi discutida numa análise sobre o perfil dos parlamentares evangélicos eleitos por São Paulo, para o Congresso Nacional, destacando a mudança de posturas desses grupos em relação à política, que antes era vista com repúdio e agora é exercida com entusiasmo. O mesmo estudo aponta que nem todas as igrejas pentecostais aderiram à política, especialmente a Congregação Cristã do Brasil, que manteve o seu repúdio ao envolvimento de seus membros na esfera política.

Outra abordagem importante foi a que traçou um perfil socioeconômico dos evangélicos com o objetivo de analisar o comportamento eleitoral deste grupo (Bohn, 2004). Concluiu-se que eles demonstram ser um grupo altamente passível de mobilização por parte dos líderes, a ponto de serem levados a se interessar mais pelo universo político-eleitoral, podendo transformar-se numa clientela de determinadas ofertas políticas.

A inserção dos evangélicos no campo político, tanto de eleitores como de eleitos, aponta a significativa mudança no comportamento das igrejas evangélicas, “lideradas” pelos grupos pentecostais nos últimos anos no Brasil. Os líderes evangélicos garantem que é de fundamental importância a participação dos “homens de Deus” no campo político, para que a ética e a moralidade prevaleçam, e não haja influência do “Diabo” na conduta dos políticos, e o bem-estar dos menos favorecidos seja garantido (Souza/Magalhães, 2002). Esses trabalhos contribuíram diretamente para a interpretação proposta nessa dissertação, que buscará compreender a aliança entre IURD e PT (Partido dos Trabalhadores), a partir do viés religioso.

Os estudos sobre o novo cenário social brasileiro e as manifestações de grupos religiosos na esfera política vêm se acentuando, apontando as relações entre os fenômenos religiosos, no qual se enquadram a IURD e a modernização das religiões, que criaram novas estratégias para influir na política, na cultura e até mesmo na economia (Souza/Martino, 2004). Existe uma crescente reflexão sobre as implicações da presença eleitoral e parlamentar dos evangélicos, relacionando-a com a crise na política nacional. Essa problemática foi analisada e foram apontadas as necessidades de balancear a

discussão sobre o carisma institucional das igrejas, bem como dar maior rigor conceitual às relações entre religião, política, partidos e voto (Burity/Machado, 2006).

O destaque da Universal serviu de apoio para o estudo do campo religioso de uma maneira geral neste início do século XX, devido à característica multinacional da Igreja, seus altos e baixos e suas relações com o ambiente cultural, econômico e político. Outro importante trabalho apontou que nessa análise a categoria que mais ajuda na compreensão da religião, no contexto atual, onde se pregava a secularização, não é o “ressurgimento”, mas sim a transformação (Oro/Corten/Dozon, 2003).

Toda essa trajetória e sucesso alcançado pela IURD, que foi muito além das fronteiras religiosas, deve-se à sua organização empresarial (Campos, 1997). Essa discussão aponta que a Igreja recuperou antigas práticas religiosas, dentro de um templo sagrado, e emprega técnicas modernas de gestão empresarial, mostrando-se uma instituição perfeitamente adaptada neste tempo de globalização e neoliberalismo.

As obras, dissertações e artigos mencionados apontaram a participação dos grupos evangélicos na política, dando ênfase ao destaque que a Igreja Universal ganhou, principalmente por suas alianças com o PL (Partido Liberal) e com o PT (Partido dos Trabalhadores). Os autores citados fizeram reflexões sobre a relação entre religião e política a partir do ponto de vista externo, com uma alta criticidade apontando, principalmente, casos de manipulações das igrejas sobre os seus fiéis e a colocação dos objetivos particulares dos líderes religiosos eleitos acima dos interesses públicos, desviando-se da conduta esperada pelos seus eleitores/fiéis.

A aproximação entre o PT e a IURD foi muito bem explorada na obra de Burity e Machado (2006), porém dada a amplitude dessa relação, percebe-se, ainda, uma lacuna, que será explorada neste trabalho de pesquisa e que pretende contribuir para o aprofundamento desse tema.

A dissertação pretende reconstruir a aproximação entre IURD e PT, fato historicamente contraditório, a partir da perspectiva iurdiana, ou seja, do viés interno/religioso. Essa reconstrução ocorreu a partir da interpretação de um demonstrativo dos discursos político-religiosos dos membros e/ou aliados da Igreja Universal, colhidos de fontes secundárias, que exploram principalmente os editoriais da própria Igreja, e da contextualização do período de tensão da IURD, que antecedeu essa surpreendente aliança. Dessa maneira, a pesquisa procura compreender a mudança de postura da Igreja mediante o Partido dos Trabalhadores, seu antigo desafeto político e religioso.

A relevância para o estudo desse tema se encontra na importância que os “homens de Deus”, como são chamados os representantes da Igreja, eleitos de forma democrática, têm na esfera política, pois fazem parte do grupo que decide as leis e os rumos do país. A presença de religiosos na política é um fenômeno constante que se redefine de acordo com as mudanças sociais.

Nas últimas duas décadas, o perfil religioso do Brasil, um país tradicionalmente católico, mudou muito, pois dados apontam que de cada seis brasileiros um já é evangélico e boa parte dos fiéis, que hoje frequentam os cultos evangélicos, migraram da Igreja Católica. O número de fiéis evangélicos cresceu 3.5 vezes mais que os católicos no mesmo período. Os dados do Censo do IBGE de 2000 apontaram que, do início da década de 1990 até o ano 2000, o número de pessoas que se declararam católicas no Brasil decresceu 7,6%, enquanto o número de evangélicos subiu praticamente na mesma proporção. Essa mudança no quadro religioso/social despertou o interesse dos partidos políticos em traçar alianças com as igrejas evangélicas, principalmente a do ramo pentecostal, que detém 67,7% dos 26 milhões de fiéis evangélicos, segundo o mesmo censo de 2000. Esse interesse pode ser justificado já que maioria dos fiéis/eleitores das igrejas seguem a orientação de seus pastores quando o assunto é política.

O carro chefe desse destaque político das igrejas pentecostais nos últimos anos foi a IURD, que nas eleições de 1993 elegeu um número extraordinário para vários cargos legislativos em âmbito municipal, estadual e nacional. Esse sucesso político deve-se sobretudo ao grande número de fiéis e automaticamente eleitores conquistados por essa Igreja ao longo da década de 1980 e 90, especialmente nos grandes centros urbanos, devido a vários fatores como o uso intensivo dos meios de comunicação de massa, o carisma de seus líderes e os diversos compensadores oferecidos.

O destaque alcançado pela Universal deve-se também ao ambiente de redemocratização do Brasil, que deixou o caminho político aberto após vinte anos de ditadura militar, quando a Igreja não perde tempo em entrar definitivamente no cenário político. A grande jogada política da IURD foi elaborar a sua coligação com o PL uma força política de direita, que se encaixava perfeitamente com as suas ideologias políticas e sua teologia da prosperidade. Entretanto, a principal pergunta a ser esclarecida é : por que a IURD e o seu parceiro PL mudaram de ideia em relação à esquerda? Já que nas eleições presidenciais de 1989 ocorreu uma campanha agressiva liderada pela Igreja contra o candidato petista Luiz Inácio Lula da Silva, que era apresentado nos cultos, programas de

rádio e jornais evangélicos como a própria encarnação do mal, havendo conseqüentemente apoio a Fernando Collor de Mello, grande vencedor da eleição.

A rivalidade entre a IURD e o PT é histórica. A Universal nasceu proveniente de uma série de cismas ocorridos dentro de outras igrejas do ramo pentecostal, que por sua vez, foi fruto de rupturas anteriores com a Igreja Católica. O Partido dos Trabalhadores, por outro lado, tem suas origens intimamente ligadas ao catolicismo, já que é também oriundo de grupos como CEBs, pastorais e CNBB. No contexto político, quando a IURD e o PT nascem, ambos também estavam de lados opostos: o primeiro com ideologias de direita apoiados pelo governo militar e o outro com ideologias de esquerda opositora ao regime político em vigência. Anos depois, a Universal e o PL abraçam uma aliança com o PT, um partido da esquerda, apesar de, no manifesto do próprio PL, o mesmo ter sido definido como representante do mal.

A aproximação entre os rivais iniciou-se em 1998 e a consolidação da aliança ocorreu nas eleições de 2002, articulada pelo parlamentar bispo Carlos Rodrigues (PL/RJ), o líder político da IURD que organizou o apoio maciço da Igreja ao candidato petista, Luiz Inácio Lula da Silva, à presidência da República em 2002 para a sucessão de Fernando Henrique Cardoso.

A base teórica desse trabalho seguirá a linha de Pierre de Bourdieu (1990 e 2007), que auxiliará na compreensão do tema proposto que pretende abordar de forma explicativa a relação entre o campo religioso e o campo político, isto é, a dissertação estará preocupada em revelar as causas sociais do fenômeno que leva as pessoas a elaborarem significados político-religioso para suas práticas. A abordagem do tema sob a luz da teoria de Bourdieu, terá como foco os interesses do “jogo social” regado e com certas regularidades, que permitem as mudanças de estratégias. A teoria também utilizará os *habitus*, explorando a natureza socialmente constituída, que pode definir o “sentido do jogo”, a dissolução do campo religioso e a transferência de capital.

Bourdieu aponta que os dois campos, religioso e político, estão ligados, ou seja, um não existe sem o outro, já que a instituição religiosa contribui para a manutenção da ordem política, ou melhor, para o reforço simbólico das divisões de ordem (Bourdieu, 2007). Nessa linha de pensamento, as estruturas dos diferentes campos são inseparável da análise da gênese nos indivíduos que são, em parte, produto da incorporação das estruturas sociais. O espaço social, bem como os indivíduos que nele se distribuem, é produto de lutas históricas, que são uma dimensão fundamental da vida social. Os mesmos indivíduos

podem circular em diferentes campos e para ganhar o seu espaço dentro de um terreno desconhecido, eles transferem capital simbólico, acumulado onde eles são oriundos. Bourdieu acredita que o campo político é um espaço para disputas de poder e ocorre graças ao “intermédio de uma concorrência pelos profanos, ou melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos” (Bourdieu, 1989, 188 - apud. Zeni, 2006, 14).

Dentro desse quadro teórico também ocorrerá algumas inclusões da teoria da escolha racional de Rodney Stark e William Sims Bainbridge (2008), pois, em muitos aspectos, que explicam essa problemática da aproximação entre os dois campos, religioso e político, os pensamentos dos autores se aproximam.

A visão de Bourdieu, Stark e Bainbridge facilitará a compreensão da participação política da IURD no campo político e da lógica da mudança de postura da Igreja acerca do Partido dos Trabalhadores, a partir dela própria, em seus próprios termos, e não apenas de uma lógica externa como é comum em diversas publicações. Esses autores em suas teorias apontam a existência de campos específicos dentro de uma determinada sociedade, onde cada um deles acumula um capital simbólico, que dá identidade e força ao grupo. Posteriormente, esse capital pode ser utilizado a favor do grupo como moeda de troca junto a outro grupo que deseja algum tipo de recompensa que não possui. Os indivíduos ou grupos que detêm um determinado capital que interessa ao outro, ganham força dentro da sociedade onde estão inseridos, podendo exercer o controle sobre as taxas de troca, o que gera alianças, que podem fortalecê-los, ou tensões sociais. Partiremos dessa premissa para compreender a lógica da relação e/ou alianças dos especialistas religiosos e do políticos, dentro da história, o que aponta que a IURD, dentro do cenário contemporâneo brasileiro, apenas repete o que já ocorreu no passado. No entanto, o contexto no qual as relações do “jogo social” ocorrem e a busca de novas estratégias abrem possibilidades de novas descobertas.

Para compreensão dessa aliança a partir do viés interno da Igreja Universal do Reino de Deus, serão utilizadas as teologias defendidas por ela, um demonstrativo de seus discursos político-religiosos e a interpretação do momento de tensão em que a igreja esteve inserida. Dessa maneira a dissertação será norteada pelas hipóteses destacadas a seguir.

A primeira hipótese aponta que ocorreu uma reinterpretação do PT, pela IURD, que inicialmente identificava-o como representante do “mal”, devido às suas ideologias de esquerda. A partir da aproximação, a justificativa apresentada pela Igreja foi de que o PT,

desde a sua fundação, tinha como bandeira lutar contra todas as formas de corrupção e injustiças sociais, propósitos que combinavam com os ideais cristãos defendidos pela igreja.

Essa releitura do inimigo pode ser traduzida como uma flexibilidade da IURD, que se apresenta ainda como uma igreja em construção, sendo fenômeno tipicamente brasileiro. A Universal tem os seus pilares ligados ao pentecostalismo, porém já mistura a ação do Espírito Santo com práticas oriundas do catolicismo popular, do espiritismo e até mesmo das religiões afro-brasileiras.

Outra hipótese para a aliança entre IURD e PT surge pela necessidade da presença dos “homens de Deus” na política, como a única maneira de melhorar e afastar os políticos corruptos, que agiam desta maneira pela influência do diabo como pode ser aferido na Teologia do Domínio. Assim, o antigo inimigo, se aliado aos homens de Deus, seria influenciado a ter uma boa conduta. Por outro lado, não podemos deixar de apontar que a constante tensão social enfrentada pela IURD seria amenizada uma vez aliada ao partido que detinha naquele momento a liderança na corrida para alcançar o poder.

A presente dissertação está organizada em quatro capítulos, que estão divididos em duas partes, sendo que a primeira apresenta o objeto de estudo, a Igreja Universal do Reino de Deus, sua trajetória e suas ideologias políticas. A segunda parte concentra-se na mudança de postura concomitante à aliança com o Partido dos Trabalhadores, dentro do “jogo do poder”, cuja compreensão será norteada pelas teorias já citadas.

O capítulo introdutório, num primeiro momento, realizará a descrição das origens pentecostais da Igreja, a sua fundação e o seu espetacular crescimento dentro dos grandes centros urbanos. Serão destacadas as influências políticas que contribuiram para tal êxito. Posteriormente serão descritas as principais crenças iurdianas, destacando o “tripé” formado pela Teologia do Domínio, Teologia da Prosperidade e o Dom da Cura Divina, que são a base religiosa da Igreja; além de suas práticas inovadoras, que conciliaram as práticas religiosas tradicionais e as oriundas da religiosidade popular, o que fez da IURD uma instituição adaptada à dinâmica de uma sociedade pós-moderna, transformando-se num fenômeno incultural brasileiro.

O segundo capítulo é fundamental para o desenrolar da dissertação, pois apresentará a trajetória política da IURD, abordando as estratégias e justificativas para o seu envolvimento no campo político. Essa trajetória foi marcada por duas importantes alianças partidárias, sendo a primeira realizada com o PL (Partido Liberal) e a segunda com o PT

(Partido dos Trabalhadores). Para a compreensão da importância e da surpresa nas respectivas alianças, será abordado um breve histórico e as ideologias dos partidos. Por fim, será apresentada uma “ponte”, para o capítulo final, no qual a aliança com o Partido dos Trabalhadores será apresentada com um esboço dos discursos político-religiosos dos membros e/ou aliados da Igreja.

No terceiro será realizada uma apresentação a partir de um resumo dos teoremas relevantes das obras de Pierre de Bourdieu (1990 e 2007), de Rodney Stark e William Bainbridge (2008) sobre o envolvimento e as relações de poder e troca entre entidades religiosas e políticas, pois o trabalho de pesquisa se concentra na Igreja Universal do Reino de Deus e no seu envolvimento político. Na sequência, o capítulo apresentará uma ilustração sobre a pertinência das teorias, através de um panorama histórico dessas relações. Por último, um olhar sobre o papel da religião na sociedade contemporânea pós-tradicional, seguindo os estudos de Giddens (1996), já que a Universal é um fenômeno contemporâneo dentro do contexto religioso brasileiro. Assim, o foco do capítulo é apresentar uma visão a respeito do poder da religião dentro de uma sociedade e a atração que esse poder exerce sobre os políticos, pois é notável que essa aproximação gerou e gera uma força em que ambos saem beneficiados e, em outros casos, gerou tensões sociais que culminaram em rompimento e/ou cismas.

No quarto capítulo, ocorrerá a interpretação da mudança de postura da IURD em relação ao Partido dos Trabalhadores, o antigo desafeto e rival político da Igreja, com o qual travou uma “Guerra Santa” anos antes. A união dessas forças até então antagônicas, no início deste milênio, será discutida nesse capítulo final com o objetivo de entender essa aproximação a partir, principalmente, do ponto de vista da IURD, que ao longo dos anos sempre atacou o PT e a sua base ligada à Igreja Católica. O capítulo interpretará e pretende explicar essa aliança na linha teórica de Pierre de Bourdieu, através da qual serão analisadas as regras, as regularidades, as mudanças de estratégias e os interesses desse “jogo político”.

Capítulo I – IURD: origem, crescimento e base teológica

Este capítulo inicialmente apresentará uma breve descrição da Igreja Universal do Reino de Deus, abordando, principalmente, as influências políticas que favoreceram a chegada e o crescimento dos grupos pentecostais do qual a igreja é oriunda. Posteriormente, será apresentado o destaque que a Igreja ganhou no campo religioso através de seu crescimento não só pelo número de seguidores, como também pela difusão por todo país, o que serviu de trampolim para a sua entrada no campo político. Fechando esse capítulo de apresentação e descrição do objeto de estudo desse trabalho, serão destacadas as questões do campo religioso, apontando práticas, crenças e doutrinas seguidas pela Igreja Universal do Reino de Deus.

I.1 A IURD no cenário religioso e social brasileiro

A Igreja Universal do Reino de Deus tem suas raízes ligadas aos grupos pentecostais que chegaram ao Brasil no início do século XX, sob as influências políticas do período pós Proclamação da República. O pentecostalismo veio dos Estados Unidos e as primeiras igrejas do ramo a se fixarem no país foram a Congregação Cristã do Brasil (São Paulo / 1910) e a Assembleia de Deus (Belém / 1911). Essas igrejas centralizavam suas pregações nos dons do “Espírito Santo” constituindo um marco histórico importantíssimo no campo religioso brasileiro (Ferrari, 2004). Dentro desse período, o eixo diplomático brasileiro deslocou-se de Londres para Washington, acentuando-se as relações amistosas entre o Brasil e os Estados Unidos. A partir dessas novas relações políticas e econômicas, houve também o estreitamento das relações sociais e culturais entre os dois povos (Pinheiros, 2002). Nesse contexto, podemos verificar que a religião “protestante de conversão”, o pentecostalismo, predominante nos Estados Unidos, penetrou na sociedade brasileira, onde os primeiros grupos (igrejas) foram classificados como “primeira onda” ou “pentecostalismo clássico” (Mariano, 1999).

Nos primeiros anos, as igrejas pentecostais encontraram uma resistência por parte da sociedade católica brasileira, devido às suas origens negras, já que nesse mesmo contexto o país era influenciado por ideias provenientes da crescente hegemonia dos paradigmas naturalistas e do darwinismo social desde meados do século XIX. Os estudiosos chamam essas ideias de teoria do branqueamento, que visavam a “melhoria da qualidade da

população” em nome do desenvolvimento, com a criação de uma classe média agrária, a transformação da estrutura fundiária e sua vinculação à produção de alimentos e abastecimento do mercado interno, bem como a substituição da mão de obra escrava. Somando-se a isso, o processo de imigração tinha também um cunho de branqueamento da população brasileira. A ideologia dominante da época acreditava que o desenvolvimento e a modernização da sociedade seria produto do crescimento da população branca em detrimento dos negros e índios.

Para os escritores brasileiros do período, entre as décadas de 1870 e 1930, não havia dúvida sobre necessidade de embranquecer a população, principalmente quando tentavam explicar o atraso do país, pois, para eles, os negros, índios e mestiços eram – em graus variáveis – incapazes de civilização, característica que seria própria dos povos brancos. Era uma tese que também correspondia aos interesses da oligarquia agro-exportadora, que dominava o país. Joaquim Murinho, que foi ministro da Fazenda do presidente Campos Salles e é um precursor do conservadorismo neoliberal, justificou o favorecimento à agricultura dizendo que a indústria era uma característica própria dos povos brancos! (Rui, 2005)

No entanto, os pentecostais, a partir da década de 1950, começaram a ganhar um destaque considerável, devido ao contexto da Guerra Fria, em que as questões políticas internacionais influenciaram diretamente nas questões religiosas, pois como os “ateus comunistas” queriam dominar o mundo, cabia aos cristãos lutarem contra o inimigo vermelho. Nesse cenário, é importante salientar que o governo brasileiro do então presidente Eurico Gaspar Dutra assinou acordos que abriram as portas do Brasil para os Estados Unidos da América e possibilitaram que os norte-americanos, além de controlarem a economia do Brasil, também passassem a exercer influência na área cultural. Assim, os pentecostais ganharam mais espaço com a chegada de novas igrejas, classificadas como “segunda onda” ou “deuteropentecostalismo” (Mariano, 1999). Essas igrejas se centravam no “dom da cura” e entre elas podemos destacar: Evangelho Quadrangular (1951), O Brasil para Cristo (1955) e Deus é Amor (1962).

Novas igrejas com características pentecostais surgiram no Brasil a partir de meados da década de 1970 e foram classificadas como “terceira onda” ou “neopentecostais”, na qual se enquadra a Igreja Universal do Reino de Deus (Mariano, 1999). O afloramento de novas igrejas do ramo pentecostal no período foi favorecido pelo contexto político da época, pois o Brasil e outros países latino-americanos estavam sendo governados por regimes ditatoriais, que buscavam reprimir qualquer forma de manifestação que colocasse

em risco a ordem pública. Nesse período, os grupos pentecostais ganharam a simpatia e o apoio dos governantes militares, já que seguiam uma linha política de direita que não fugia do plano dos governantes militares. Tal apoio se acena como uma possível intenção de combater a Teologia da Libertação, movimento católico que desenvolveu-se depois do concílio Vaticano II, o qual deu grande ênfase à situação social humana. O teólogo peruano Gustavo Gutiérrez é um dos mais influentes proponentes desse movimento. Destacam-se também o teólogo estadunidense Cornell West e o brasileiro Leonardo Boff. Essa concepção teológica surgiu na década de 1970 quando se espalhou de forma especial na América Latina, sendo uma das orientações para a pastoral das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Ao final dos anos 70 e início dos 80, a redemocratização das sociedades latino-americanas e caribenhas fez com que a Teologia da Libertação perdesse parte de sua combatividade política e social.

Entre as igrejas classificadas como neopentecostais ¹, ou terceira onda, podemos destacar além da Igreja Universal do Reino de Deus, que foi fundada no Rio de Janeiro em 1977, outras igreja como a Internacional da Graça de Deus (Rio de Janeiro / 1980), a Igreja Cristo Vive (Rio de Janeiro / 1986), Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra (Goiás / 1976), Comunidade da Graça (São Paulo / 1979), Renascer em Cristo (São Paulo / 1986) e Igreja Nacional do Senhor Jesus (São Paulo / 1994). Existem também outras igrejas com diversas denominações, porém hoje é quase impossível fazer um levantamento completo delas, principalmente por causa da diversificação e da itinerância desses grupos, como apontam os autores Mendonça e Veslasques Filho (1990):

Temos que observar que muitos grupos que surgem todos os dias, especialmente na periferia paulista, não se enquadram no perfil de igreja, geralmente são grupos pequenos, verdadeiros empreendimentos locais com liderança individual, sem um grupo de fiéis fixo, sem estabilidade e sem doutrina definida. Estas igrejas são agências de cura divina, pois prestam serviço religioso mediante a contribuição por parte do beneficiário. A relação benefício/remuneração se aproxima bastante do princípio do dar para receber (Mendonça/Veslasques Filho, 1990, 47).

Contestando essa classificação dos grupos pentecostais, autores como Antonio Gouvêa Mendonça, defendem a ideia de que a IURD, devido às suas particularidades e traços doutrinários, já entraria num grupo denominado por ele como “pós-protestante” ou “pós-pentecostal” (cf. Souza/Martino, 2004, 120). De qualquer forma, as igrejas

¹ Conferir um breve histórico das principais igrejas neopentecostais, coirmãs da Igreja Universal do Reino de Deus, em anexo, p.110.

pentecostais fazem parte de uma corrente dentro do protestantismo que têm como base a ação do “Espírito Santo”, a conversão individual e a perspectiva escatológica. Desde sua chegada, os pentecostais cresceram e se multiplicaram de uma forma espetacular, contribuindo para o significativo aumento do número de evangélicos no Brasil, especialmente nas últimas décadas do século XX, como pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 1 - número de brasileiros que declaram-se católicos ou evangélicos (em milhões)

Ano	Total	Católicos	%	Evangélicos	%
1970	90	85	94,44	5	5,56
1980	114	106	92,98	8	7,02
1990	135	122	90,37	13	9,63
2000	151	125	82,78	26	17,22

Fonte: Censo Demográfico – IBGE/2000

Analisando a tabela, observa-se que o número de fiéis evangélicos cresceu 3.5 vezes mais que os católicos no mesmo período. Os dados do Censo do IBGE de 2000 apontaram que, do início da década de 1990 até o ano 2000, o número de pessoas que se declararam católicas no Brasil decresceu 7,6%, enquanto o número de evangélicos aumentou praticamente na mesma proporção. Dos 26 milhões que se declararam evangélicos em 2000, 17,6 milhões (67,7%) eram pentecostais, sendo que se pode destacar que 8,1 milhões pertenciam à Assembléia de Deus. Um dado a ser destacado foi o extraordinário número de fiéis conquistados pela Universal que cresceu 646% num período de dez anos. “Em 2002, ao celebrar os seus 25 anos, a Igreja contava com mais de 2 milhões de adeptos no Brasil e aproximadamente meio milhão no exterior já que seus templos estão espalhados por cerca de oitenta países” (Oro/Corten/Dozon, 2003, 22).

Assim, o Censo Demográfico do IBGE de 2000, que apontou a taxa de crescimento médio anual de 7.9% do conjunto dos evangélicos entre 1991 e 2000, foi superior a todos os números divulgados anteriormente, o que indica que a expansão

evangélica acelerou-se no último decênio, tendo os pentecostais como os principais responsáveis. Porém, essa expansão ocorreu de forma desigual pelo país, já que os pentecostais têm características próprias dos grandes centros urbanos, como apontou Ricardo Mariano (2004):

Os evangélicos estão distribuídos desigualmente pelas regiões brasileiras. O Nordeste, com apenas 10,4% de evangélicos continua sendo o principal reduto católico e, por isso, a região de mais difícil penetração protestante, enquanto o Norte e o Centro-Oeste, com 18,3% e 19,1%, respectivamente, constituem as regiões em que esses religiosos mais se expandem. Apesar de reproduzir a média brasileira, o sul, onde se encontra o luteranismo, tem apresentado os mais baixos índices de crescimento evangélico, sendo que em alguns estados ocorre perda relativa de crentes na população. O Sudeste, com 17,7%, mantém-se como um dos mais importantes polos da expansão evangélica (Mariano, 2004, 2).

O crescimento do ramo pentecostal, entre vários fatores, também ocorreu pelo fato de uma grande massa de fiéis migrarem da Igreja Católica que, anos antes, passou por profundas mudanças internas a partir do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), que gerou muitos conflitos ideológicos. Assim, enquanto a Igreja Católica passava por este período conturbado, as igrejas pentecostais estavam de portas abertas e cheias de novas propostas para os fiéis desamparados, fazendo com que os convertidos não parassem mais de crescer.

I.1.1 A fundação da IURD e o seu crescimento

A Igreja Universal do Reino de Deus foi fundada por Edir Macedo, Romildo Soares e Roberto Soares em 9 de julho de 1977 no bairro da Abolição, na zona norte do Rio de Janeiro, onde antes funcionava uma funerária. Edir Bezerra Macedo, que tornou-se o principal líder da Igreja, durante a infância e adolescência seguia os preceitos católicos e frequentava centros umbandistas. Aos dezoito anos, por meio da influência de uma irmã, tornou-se evangélico, ingressando na Igreja Nova Vida, fundada pelo missionário canadense Walter Robert Mcalister em agosto de 1960, no bairro de Botafogo, Rio de Janeiro. “Mcalister atuou como evangelista em diversos países [...] na área de libertação de demônios em 1952. Em 1955 e 1958, esteve no Brasil pregando na Assembléia de Deus e nas campanhas de cura divina em tendas de lona da Cruzada Nacional de Evangelização”

(Mariano, 1999, 51). A Igreja Universal do Reino de Deus foi fruto de um cisma dentro da Igreja de Nova Vida, pois, após doze anos como membro da Nova Vida, em 1975, Edir Macedo decidiu abandoná-la e, ao lado de Romildo Ribeiro Soares, Roberto Augusto Lopes e dos irmãos Samuel e Fidélis Coutinho, fundou a Cruzada do Caminho Eterno. Na nova Igreja, Edir Macedo e seu cunhado Romildo Soares foram consagrados pastores da Casa da Benção pelo missionário Cecílio Carvalho Fernandes, dois anos mais tarde, devido a desentendimentos com os irmãos Coutinho, dentro da Cruzada do Caminho Eterno, Macedo, Romildo e Roberto Soares desligam-se dela e fundam a IURD.

No princípio, o missionário Romildo Soares era o líder da Universal e seu principal pregador; no entanto, sua liderança logo começou a ser ofuscada por Edir Macedo, que adquiriu destaque entre os fiéis e pastores da Igreja por meio do seu programa de 15 minutos na Rádio Metropolitana, do Rio de Janeiro. A popularidade de Macedo aumentava cada vez mais e uma disputa entre Romildo Soares e ele pela liderança da Igreja Universal iniciou-se. Para encerrá-la, Macedo propôs que o assunto fosse resolvido por meio de votação do presbitério em fins dos anos 70. “Com a vitória de Edir Macedo à frente da Igreja Universal do Reino de Deus, Romildo Soares, já compensado financeiramente, desliga-se da igreja do seu cunhado e, sem perder tempo, funda em 1980, a Igreja Internacional da Graça de Deus” (Mariano, 1999, 56).

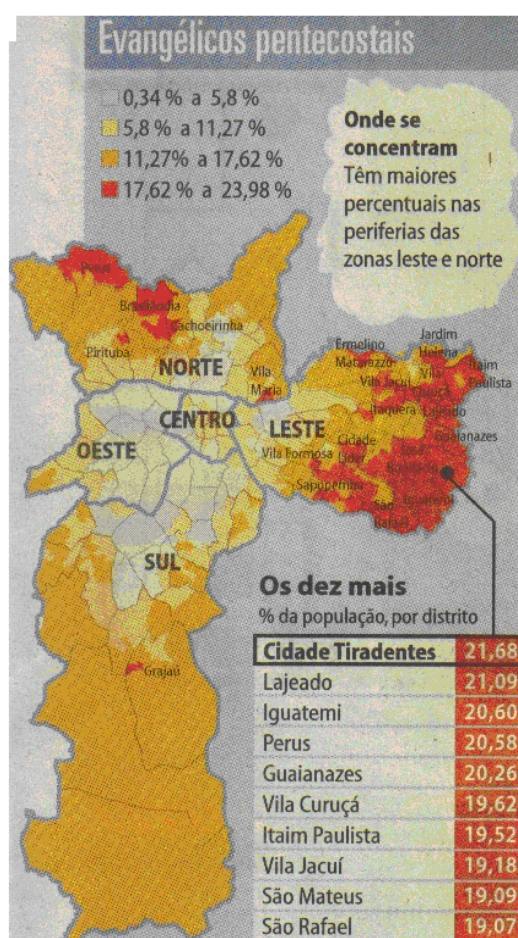
O crescimento da Igreja Universal do Reino de Deus ocorre de maneira notável especialmente nos grandes centros urbanos do país, como aferiu Pierucci e Prandi (1996):

As cidades como São Paulo que é o centro econômico do país e também é o local em que se observa melhor a desigualdade que assola o povo brasileiro onde 10% com renda mais alta, abocanha 30% de toda a renda da população. Algumas das justificativas para o crescimento dessas igrejas nos grandes centros urbanos, especialmente na periferia, são as desigualdades econômicas, o estresse das grandes cidades, as frustrações humanas, e todas as coisas para as quais não se encontram explicações (Pierucci/Prandi, 1996, 120)

Relacionando-se o crescimento da IURD e as regiões em que isso mais se destaca, percebe-se que esse fato deve-se ao modo como as ideias da IURD são difundidas, pois a pregação tem como base a teologia da prosperidade, que compreende que o cristão tem direito a tudo de bom e de melhor que a vida pode oferecer-lhe. A relação entre o fiel e Deus ocorre com reciprocidade: o cristão vai semeando através de dízimos e ofertas, enquanto Deus cumpre suas promessas bíblicas. Difundindo práticas de forte emotividade

e oferecendo um modelo ético em regiões esquecidas pelas autoridades, as igrejas do ramo neopentecostal, como a IURD, penetraram com enorme velocidade e sem nenhuma burocracia nas comunidades carentes, áreas de grande exclusão social, exemplificada pela Cidade Tiradentes, zona leste, que tem o menor índice de católicos com 55,57%, como pode ser verificado na figura abaixo:

Figura 1 – Distribuição da Fé na cidade de São Paulo



Fonte: Folha de São Paulo, 14.12.2003, Cotidiano, p.C1

Por outro lado, a Universal não atrai somente a população de classe baixa, pois a Igreja oferece espaço a quem quer orar num templo sem ouvir condenações sumárias ao capitalismo, como o que ocorre em certas paróquias católicas. “A pregação é difundida também entre os fiéis que possuem mais recursos que Deus compensa fartamente quem mais contribui com sua igreja” (Dias, 2003, C1).

Esses dados só reforçam a influência religiosa da IURD, comprovando e justificando seu crescimento em pouco tempo, pois a Universal, após oito anos de vida, já contava com 195 templos em quatorze estados diferentes. No ano de 1989, quando também se iniciaram as negociações para a compra da rede Record, já somavam 571 templos da Igreja, espalhados por todos os estados do Brasil. Ao longo da década de 1990 e no início desse novo milênio, o ritmo continuou crescendo; segundo um levantamento da revista de atualidade social e política brasileira, *Veja*, em 2001, a Universal contava, no Brasil e em outros oitenta países, com 7 mil unidades, somando os templos e “núcleos de oração” e 14 mil pastores (apud.Oro/Corten/Dozon, 2003, 22).

I.1.2 O uso dos veículos de comunicação como ferramenta para o crescimento

Os meios de comunicação de massa são instrumentos muito importantes para proporcionar a comunicação humana, principalmente por alcançarem uma abrangência muito maior em pouco tempo, sendo, portanto, meios eficazes para a transmissão de informações. No entanto, sabe-se que a mídia é unidirecional, pois “fala”, mas não espera resposta, o que pode ser um importante fator dependendo do que se pretende alcançar.

O uso dos meios de comunicação de massa para evangelização no Brasil teve como modelo principal a figura do pregador norte-americano *Billy Graham*.

Billy Graham ou William Franklin Graham Jr foi um pregador evangélico norte-americano nascido em 7 de Novembro de 1918 em Charlotte, Carolina do Norte. Foi conselheiro espiritual de vários presidentes americanos [...] Realizou diversas "cruzadas", eventos evangélicos de massa que se organizam, desde 1948, em estádios, parques e outros locais públicos. Billy Graham já alcançou uma audiência direta de quase 210 milhões de pessoas em 185 países. O foco de seus sermões geralmente é "Jesus Cristo é o único Caminho de Salvação" (Souza/Magalhães, 2002, 8).

A IURD, seguindo esse modelo, também passou a operar no campo audiovisual e editorial, utilizando os meios de comunicação de massa para defender suas ideias e alcançar seus objetivos. Fazendo uma retrospectiva em relação às rádios, as igrejas evangélicas controlavam, em 1999, 40 emissoras de AM e 83 de FM no país. Só a IURD,

que tinha programas espalhados em diversas rádios², alcançava na grande São Paulo, em média, uma audiência, das 5h às 24h, de cerca de 30,3 mil ouvintes por minuto, na rádio Record AM – 1.000 kHz (Castro, 1999, 3).

Para dimensionar o poder das rádios, só na Grande São Paulo, no ano de 1998, 36% da população, ou 4.9 milhões de pessoas, ouviam esse veículo de comunicação no seu horário nobre, das 11 horas às 12 horas. Esse é um dado relevante porque, se comparado com a televisão no horário nobre, às 20 horas, no mesmo ano, o veículo tinha um número de telespectadores de 6 milhões de pessoas na Grande São Paulo, ou seja, a audiência da televisão era superior à do rádio (Ibope, julho/1999). No entanto, a televisão abocanhava 59% das verbas publicitárias (cerca de US\$ 3.5 bilhões de um bolo de US\$ 6 bilhões), enquanto o rádio ficava com apenas US\$ 240 milhões – 4% do total. Foi esse “desprezo” pelo rádio que abriu caminho para as igrejas evangélicas, sobretudo as pentecostais, conquistarem esse espaço (Castro, 1999, 3).

O uso do rádio foi fundamental para a expansão das doutrinas da Igreja, devido ao seu poder de alcance nas camadas populares e ao seu custo-benefício. Mas não tardou para a IURD iniciar a busca pela televisão, utilizando estratégias parecidas com as que conquistaram as rádios, como destaca Odêmio A. Ferrari (2004):

Na ‘década perdida’ de 1980, marcada pela crise de mudanças na organização social brasileira [...] a IURD cresceu com uma força vertiginosa. Comprando rádios, televisões [...] culminou com a audaciosa compra da, ‘decadente e virtualmente falida’, Rede Record de Rádio e Televisão em 1989. Depois, em 1995, comprou a sede e equipamentos da TV Jovem Pan por US\$ 30 milhões. Também houve a compra da Rede Mulher que operava em UHF e via cabo, ao mesmo tempo em que comprou empresas e imóveis em nome da Igreja ou de ‘testas de ferro’. Toda essa movimentação financeira sinalizou o potencial arrecadador da Igreja Universal e o exercício de uma administração racionalizada (Ferrari, 2004, 128).

Em relação à televisão, os números também são espantosos, pois em 2004 a programação televisiva brasileira já contava com 18 programas religiosos, além de dois canais UHF quase inteiramente dedicados a esse tema. O bispo Edir Macedo e o missionário R. R. Soares fundaram juntos, em 1977, o conceito de “telepastor” no país, quando conseguiram espaço na TV Tupi.

A Igreja Universal do Reino de Deus ocupava parte das madrugadas e manhãs da programação de suas emissoras próprias: a Rede Mulher e a Rede Record, sendo que a

² Ver tabela A - As emissoras controladas por igrejas neopentecostais em São Paulo, em anexo, p.114.

segunda em 2004 era a terceira maior rede de TV do país, composta por 30 emissoras de televisão. A programação religiosa era totalmente independente das emissoras. Sob as bênçãos generosas do capital e sob administração espartana da Igreja Universal, a TV Record exorcizou-se da crise nacional que atravessou até 1998, sendo o veículo de comunicação que mais cresceu no país, tendo seu faturamento publicitário dobrado, chegando aos R\$ 123 milhões, prodígio num setor que passava por dificuldades. Acomodada em números tão expressivos, a direção não-religiosa da empresa abre mapas para mostrar que o sinal da emissora já estaria alcançando cerca de 80% do território nacional e 90% da população. A expansão tem sido perpetuada nos últimos anos em velocidade incomum e a um investimento declarado de R\$ 100 milhões, o que teria transformado o poderio eletrônico da Igreja Universal do Reino de Deus em algo só menor do que o das Organizações Globo. Boa parte do combustível para esse voo rápido veio da própria Universal, por meio da compra de horários noturnos e das madrugadas, o que agregou algo em torno de 20% sobre o faturamento publicitário total, em 1998, que teria se aproximado dos R\$ 150 milhões (Universal conquista..., 1999, c.6).

No ano de 2004, além das suas emissoras a Igreja Universal do Reino de Deus usava também o horário nobre da TV Gazeta, em todas as noites, assim como em outros canais operados pela NET. Podemos acompanhar a seguir alguns dos principais programas religiosos da Igreja Universal do Reino de Deus e de outras igrejas neopentecostais, que seguiram o mesmo perfil do pregador *Billy Graham* na rede aberta de televisão no ano de 2000, ano em que já se iniciavam as coligações e alianças para as eleições de 2002.

Programação da Igreja Universal, na Rede Record, em exibição no ano de 2000

- “Ponte de Fé” (5h, de segunda a sexta; 7h, aos domingos)
- “O Despertar da Fé” (7h, de segunda a sexta; 5h20min , aos domingos)
- “Palavra da Vida” (2h, diariamente)
- “Santo Culto em Seu Lar” (8h, aos domingos)

Programação da IURD e de outras igrejas neopentecostais na rede aberta de televisão

REDE TV!

- “A Igreja da Graça em Seu Lar” (8h, de segunda a sexta; 7h50min, aos domingos)
- “Escola Bíblica na TV” (7h20min, aos domingos)

REDE BANDEIRANTES

- “Igreja da Graça” (5h30min, de segunda a sexta; 6h, aos domingos)
- “Vamos Falar com Deus” (11h55min, de segunda a sexta)

TV GAZETA

- “Igreja da Graça” (5h55min, de segunda a sexta; 6h, aos domingos)
- “A Palavra de Deus” (7h55min, de segunda a sexta)
- “R. R. Soares (19h30min, de segunda a sexta)
- “Encontro com Cristo” (8h, aos domingos)
- “Paz e Vida” (8h30min, aos domingos)
- “Fé para Hoje” (8h45min, aos domingos)

Fonte: Folha de São Paulo, 10.09.2000, TVF, p.12

Os programas religiosos, de uma maneira geral, não garantem conversão e novos adeptos, mas despertam a curiosidade e mexem com as situações de crises conscientes e inconscientes vividas pelos expectadores. A importância da programação religiosa, nesse tipo de mídia, está em atrair o indivíduo para um contato prático com a instituição (Ferrari, 2004). O sucesso desses programas pode ser percebido pela sua evolução, que em um pouco mais de 20 anos, aumentou cem vezes. Acompanhe a evolução da programação religiosa na tabela a seguir:

Tabela 2 – Evolução da programação religiosa na televisão brasileira

ANO	HORAS / SEMANAIS
1975	1h
1983	15h
1992	45h
2001	90h
2006	100h

Fonte: Santos, 2007

Além do sucesso na mídia eletrônica, outro importante veículo de comunicação utilizado pela IURD é a mídia impressa. A Igreja não aposta todas suas fichas na mídia eletrônica, já que não abandona a palavra escrita. Dentro desse aspecto podemos destacar o seu jornal semanal, *Folha Universal*, fundado em 1992. “O jornal é composto por dois cadernos, quatro cores, 16 páginas; tem uma tiragem de 1,5 milhões de exemplares, cobrindo assuntos que vão desde a Bíblia até política ou futebol, passando por meio ambiente e modernização de hábitos e costumes” (Souza/Martino, 2004, 125). Esse semanário, que divulga a opinião iurdiana sobre vários assuntos, geralmente é distribuído pelos próprios membros.

A Igreja Universal [apesar da influência norte-americana] diferencia-se do televangelismo norte-americano não apenas na mídia eletrônica, mas diversifica ao usar uma variada produção escrita. As diferentes formas de comunicação servem para aproximar e para solidificar a importância do templo como espaço de visibilidade e irradiação do evangelismo via escala de atos cômicos (Ferrari, 2004, 132).

Dentro da mídia impressa também existem centenas de livros no mercado escritos pelos pastores e colaboradores da Igreja, sendo o tema central a pregação do evangelho adaptado para o mundo atual. A simplicidade facilita a evangelização. É isso que busca a IURD para converter as pessoas, através de livros, revistas, CDs e afins, propagando seus ideais. Dessa forma, com o uso intensivo dos meios de comunicação de massa aliado ao grande número de fiéis conquistados ao longo da década de 80 e 90, a IURD passa a buscar relevância também no cenário político o que ocorre principalmente a partir da eleição de 1993, graças ao império financeiro que se duplica em império midiático.

No aspecto internacional, esse império midiático construído pela Igreja tem encontrado barreiras. Embora essas produções vinculadas à grande mídia, que fez da IURD o maior fenômeno religioso contemporâneo, possam tecnicamente ser exportadas, a Igreja choca-se, em vários países em que está instalada, com leis restritivas em matéria de programação religiosa, como por exemplo no Reino Unido, em Portugal e na África do Sul (Oro/Corten/Dozon, 2003).

I.2 Uma Igreja em formação e as bases teológicas

Os estudos históricos apontam que as raízes da IURD estão intimamente ligadas ao pentecostalismo. Originário dos Estados Unidos, os pentecostais adotam as mesmas ideias

do protestantismo tradicional, tendo a fé como único elemento de salvação, a Bíblia como a única fonte de fé e que permite a livre interpretação dos escritos sagrados e a negação dos santos como intermediários entre os humanos e Deus. Porém, o diferencial da IURD se deve ao fato de la ter agregado, ao longo de sua trajetória, traços próprios da cultura brasileira por meio de elementos da religiosidade popular. A mensagem da Igreja se adaptou aos tempos modernos e atende às necessidades dos fiéis; chegou sem afastá-los das coisas que o mundo oferece. Essa característica foi denominada de inculturação (Oliveira, 2003) e pode ser considerada um dos principais fatores que separam a Igreja Universal do Reino de Deus e suas coirmãs neopentecostais das igrejas tradicionais.

A IURD, ao recuperar elementos da religiosidade popular, conseguiu a partir dos traços próprios da cultura brasileira, tornar a mensagem evangélica significativa às necessidades de seus fiéis [...] A inculturação designa a tentativa de apreender, assumir a cultura do outro, é uma questão antropológica e um “direito humano” das partes dos povos, das pessoas que acolhem a mensagem cristã. A inculturação realiza uma descolonização cultural da ação missionária (Oliveira, 2003, 13).

Desse modo, a Igreja Universal do Reino de Deus se distanciou do “pentecostalismo clássico” ao propor para o seu seguidor uma forma mais participativa de viver a sua fé, de uma forma ativa no universo em que está inserido, seja no aspecto cultural, social ou político. Esse neopentecostalismo, que teve a IURD como ícone, percebeu a necessidade de estabelecer uma religião que não se afastasse dos frutos do progresso tecnológico e comercial de um mundo globalizado. “A IURD transmitiu sentido de vida aos contingentes sociais em crise, transitando com habilidade entre o mundo religioso tradicional e a dinâmica da sociedade pós-moderna” (Ferrari, 2004, 09).

Em termos práticos, a Universal aparece como uma igreja liberal no que diz respeito a uso e costumes por oferecer uma nova forma de vivência religiosa. O fiel não precisa se privar ou se afastar das coisas do mundo para ser feliz, nem adotar os tradicionais e estereotipados usos e costumes de santidade dos pentecostais tradicionais. O sucesso alcançado pela IURD está relacionado à sua capacidade de propagar a palavra de Deus a seus seguidores sem afastá-los do mundo em rápida transformação e sim em se adaptar a essas transformações. Isso se deve ao estilo organizacional que permite se adequar às inúmeras condições impostas pelas transformações da sociedade contemporânea, concentrando seu mecanismo difusor na instância de poder derivada da pastoral envolvente dos fiéis, tornando-se estes os verdadeiros protagonistas da experiência religiosa. “Nos cultos, encontra-se gente do povo pregando ao povo” (Oliveira, 2003, 41).

Os templos locais são dirigidos pelo baixo clero: pastores consagrados e nomeados, que ultrapassam a cifra de 15 mil [...] em sua maioria, titulares de auxiliares não possuem formação teológica [...] o aprendizado da função de pastor – orar, pregar, exorcizar, pedir ofertas e dízimos, cantar, aconselhar etc. – se dá na prática [...] os pastores são secundados por obreiros voluntários, dos quais se exige, para o exercício dessa função, a posse do dom de línguas. Eles formam uma espécie de faz-tudo: da limpeza dos templos à recepção dos virtuais adeptos nos templos, da coleta de ofertas à distribuição de objetos dotados de poder sacral aos fiéis, da evangelização à efetuação de oração, imposição de mãos e exorcismos nos cultos (Oro/Corten/Dozon, 2003, 56).

Essa abordagem auxilia na compreensão de como a IURD conquistou um número tão significativo de fiéis ao longo de sua curta história se comparada a outras igrejas tradicionais. A inculturação é uma proposta de evangelização que rompe com a prática tradicional que nem sempre esteve atenta à realidade vivida pela população. Esse fato pode ser observado nos cultos e práticas diárias, onde muitas manifestações de fé do catolicismo popular como a imposição das mãos sobre as pessoas, os exorcismos, as bênçãos de pessoas ou objetos, as correntes de orações durante sete dias da semana e outros, podem ser encontradas também como meios pelos quais o sagrado é comunicado, constituindo-se como uma força espiritual poderosa capaz de provocar mudanças. Distanciando-se de outros ramos protestantes que têm apenas a palavra como elemento essencial no processo de evangelização, a IURD possibilitou ao povo um contato direto com o sagrado, sacralizando não apenas a palavra, mas também seres e objetos, fazendo amplo uso da visão, do tato e dos gestos. A linguagem iurdiana é marcadamente simbólica e tem conotações fortemente afetivas, provocando sentimentos de empatia; através dela, pode-se perceber, justamente, o enaltecimento dos sentimentos e dos valores que caracterizam a cultura popular brasileira.

Uma evangelização que não leva em conta a diversidade cultural dos povos corre sério risco de ser discriminatória, proselitista e violenta, porque estará olhando o outro como inferior, atrasado, supersticioso e selvagem. Um povo como o brasileiro, que não tem uma uniformidade cultural, requer uma evangelização direcionada à própria identidade de cada grupo social, pois além das diferenças étnicas e regionais, existem as diferenças entre classes sociais, provocadas pela diversidade de situações econômicas (Oro/Corten/Dozon, 2003, 23).

O poder da linguagem aparece em todos os momentos do culto, envolvendo os pensamentos e sentimentos dos fiéis, na medida em que responde aos seus problemas e procura estabelecer a interpretação entre o sagrado e o profano. A linguagem é flexível e

leva em conta os problemas das pessoas adequando-se às situações cotidianas, como problemas sentimentais; além das dificuldades financeiras, de saúde e o desemprego, que são questões que entram na esfera política.

Recuperando o caráter mágico da religião, a IURD possibilita a seus fiéis um despertar da confiança em si mesmos, valendo-se para isso de rituais que têm como fim protegê-los de certas forças naturais e sobrenaturais, ao mesmo tempo em que são capazes de influenciar favoravelmente o mundo supersensível, possibilitando, assim, uma passagem mais fácil entre o sagrado e o profano. Daí a utilização de rituais como meios simbólicos de ligação entre os homens e os deuses. Os rituais são momentos em que o fiel pode visualizar a ação ativa de forças sobrenaturais, agindo por meio de pessoas ou objetos, presentificando o laço de união entre a divindade e os humanos (Oro/Corten/Dozon, 2003, 76).

A recuperação e a incorporação em cada gesto ritual de elementos culturais católicos e afro-brasileiros facilitam a inculturação dessa nova forma de transmitir a mensagem evangélica. Uma estratégia semelhante à das novenas católicas, reside na sua maneira de organizar os cultos através de correntes. As correntes são momentos em que o fiel, ao se reconhecer, aproxima-se do sagrado na expectativa de ver seus problemas resolvidos. A Igreja funciona durante toda a semana, chegando a ter até quatro cultos diários, cada um deles repetindo sempre os temas que lhe são especialmente conferidos, como destacado a seguir:

As correntes nos cultos diários da IURD

- Segundas-feiras: Corrente da prosperidade, Vida Regalada ou Vigília dos 318 pastores (cultos voltados a empresários, desempregados e quem passa por problemas financeiros);
- Terças-feiras: Corrente dos Milagres, Corrente da Saúde ou Sessão Descarrego (cultos voltados para a cura de doenças);
- Quartas-feiras: Corrente dos Filhos de Deus (Encontro com Deus);
- Quintas-feiras: Corrente da Família (Terapia coletiva antidepressiva);
- Sextas-feiras: Corrente da Libertação (Vigília dos desempregados);
- Sábados: Corrente da Grandeza de Deus ou dia da Prosperidade (cultos voltados para a terapia do Amor);
- Domingo: Corrente do Encontro com Deus (Louvor e Adoração).

Com muita perspicácia, essas correntes, cujos elos não podem ser quebrados, reúnem a totalidade dos problemas relacionados ao cotidiano das pessoas e diariamente Deus está de prontidão para socorrê-las. A IURD utiliza essas correntes ou campanhas com grande eficácia para combater o mal. Essa nova proposta de evangelização auxilia a compreensão de como a Igreja conquistou um número tão significativo de fiéis ao longo de sua curta história. Assim, pode-se dizer que por meio dessas estratégias espaço-temporal adotadas pela IURD, procede a uma captação de adeptos potenciais, a partir de suas ofertas religiosas.

A vasta programação [semanal das correntes] iurdiana deixa transparecer a noção de sua eficácia e capacidade de oferta de sentido psicológico e espiritual aos indivíduos em crise existencial. Procura enfatizar sua distinção frente às demais denominações concorrentes. Faz isso, resgatando simbologias enraizadas no senso comum da cultura e religiosidade popular, oriundas do sagrado primitivo e seus mitos, envolvendo os quatro elementos básicos da natureza [...] ‘fogo’ – fogueira santa de Israel; ‘água’ – consagrada no copo que acompanha o indivíduo diante do programa de ‘rádio’ ou televisão; ‘ar’ – o Espírito Santo como força na mensagem e na ritualística libertadora da Igreja; ‘terra’ – permanecem campanhas e peregrinações a Jerusalém, onde pastores e bispos levam os pedidos e pisam na ‘terra santa’, em nome dos ofertantes (Ferrari, 2004, 126).

Todos esses, são aspectos que encontramos dentro dos templos da IURD e que se repetem em outros grupos pentecostais, nos quais os sentimentos e as emoções são apresentados durante os encontros entre pastores e fiéis, nos discursos políticos, nos programas de assistência social, nos jornais evangélicos ou nos programas de rádio e televisão. A Igreja consegue narrar a solidão sentida por tantos desamparados do atual sistema econômico e social. Alguns estudiosos como Walter Hollenweger, citado no trabalho de Oro, Corten e Dozon (2003), apontam que a influência que esses grupos religiosos estão exercendo, especialmente no Hemisfério Sul, é tão significativa quanto a Reforma do século XVI. “Segundo o pioneiro estudo a ‘nova Reforma’ atinge principalmente o Terceiro Mundo [...] faz apelo à emoção e consegue articular um discurso do sofrimento para as categorias sociais maltratadas pelas transformações econômicas e sociopolíticas” (Oro/Corten/Dozon 2003, 19).

Apesar de haver esse tipo de experiência religiosa, existe uma hierarquia dentro da Igreja, que é constituída em forma decrescente em três instâncias: o Conselho Mundial dos Bispos, o conselho de Bispos do Brasil e o Conselho de Pastores, cada qual com sua

função específica e todos controlados pelo bispo Edir Macedo, formando, assim, um governo eclesiástico verticalizado que é fundamental para o sucesso da IURD no campo religioso, político, empresarial, midiático e econômico. Essa centralização do poder religioso, político e financeiro foi um dos fatores fundamentais que garantiram também a unificação da igreja, evitando possíveis cismas, fortalecendo, assim, a sua expansão.

Em síntese, podemos verificar que a Igreja Universal do Reino de Deus se adaptou perfeitamente ao conjunto de transformações tecnológicas, econômicas e sociais que ocorreram nesse período de globalização, no qual a força do neoliberalismo é predominante. A Igreja apareceu como uma nova alternativa, constituindo um novo campo religioso, relativamente autônomo que desenvolveu sua doutrina a partir de uma necessidade de “moralização” e de “sistematização” das crenças e práticas religiosas. No entanto, dentro das tradições do pentecostalismo, a IURD segue três teologias comuns a outras igrejas do ramo: a Teologia do Domínio, Teologia da Prosperidade e o Dom da Cura Divina.

I.2.1 Teologia do Domínio

A Teologia do Domínio consiste na ação do demônio sobre o mundo e cabe ao cristão lutar numa “guerra espiritual” contra as forças do mal. O nome dessa teologia advém da crença de que os demônios podem dominar os seres humanos que por sua vez precisam ser libertados por meio de oração ou de “guerra espiritual”. Essas concepções de “guerra espiritual” adentraram as igrejas neopentecostais e outros setores evangélicos, incluindo o protestantismo renovado e histórico. Forjada nos Estados Unidos no final dos anos 80, a *Dominion Theology*, como é conhecida lá, proliferou-se rapidamente entre segmentos evangélicos brasileiros, em especial nas igrejas neopentecostais, que deram uma nova roupagem para essa teologia, a qual envolve tudo o que se refere à luta dos cristãos contra o Diabo. Nessa nova formulação teológica, a “guerra espiritual” é feita contra demônios específicos, os espíritos territoriais e hereditários, no caso do Brasil, identificados nos santos católicos, nas religiões afro-brasileiras e nas entidades das religiões mediúnicas (Mariano 1999, 137).

Essa crença cosmológica da IURD é baseada na visão hebraica na qual o mundo é dividido em três dimensões, como destacou Leonildo Silveira Campos (1997):

Céu, morada de Deus e de seus anjos; Terra, uma criação divina entregue aos seres humanos; Inferno, regiões inferiores destinadas a acolher as almas dos mortos e demônios. O mundo é a arena, onde se dá a luta entre Deus, satanás e seus exércitos de anjos. O objeto dessa guerra é o ser humano, cuja adesão é disputada em renhidas batalhas espirituais (Campos, 1997, 336).

No cristianismo, que tem sua origem ligada ao povo hebreu, o Diabo ganhou um papel de destaque em sua doutrina, sendo o principal “adversário” de Deus e o responsável pelo mal, pela injustiça e pelo sofrimento humano. Nesse sentido, o diabo ganhou um papel de destaque dentro do dogma cristão, já que, segundo os textos bíblicos do Novo Testamento, o próprio Jesus e seus discípulos expulsavam os demônios, que agiam na sociedade da época causando sofrimento ao povo e má conduta dos detentores de autoridade política da época. Dessa forma, os membros da IURD, dos fiéis aos pastores, enxergam a ação das forças malignas em qualquer acontecimento que contrarie as suas doutrinas e em qualquer campo, incluindo de forma literal a política, que é responsável pela organização da sociedade, pela distribuição das riquezas, entre outras atribuições. Assim, uma das principais características da IURD e das demais igrejas neopentecostais é identificada pela crença de que o responsável maior pelo males que existem no mundo, incluindo as más gestões políticas, é um ser imaginário denominado Diabo; dentro da doutrina cristã é o inimigo de Deus, como não consegue vencer Deus, o Diabo, para atingi-lo, desvia a conduta dos seres humanos. Considerados demônios de alta posição na hierarquia satânica, os espíritos territoriais estão distribuídos pelo Diabo para agir sobre áreas geográficas (bairros, cidades, países), instituições e grupos étnicos, tribais, culturais e religiosos.

A Teologia do domínio se adapta perfeitamente ao atual contexto social, especialmente nos grandes centros urbanos do país, como São Paulo, que é o centro econômico do país e também é o local em que se observa melhor a desigualdade que assola o povo brasileiro (Pierucci/Prandi, 1996). Uma justificativa para o crescimento dessas igrejas nos grandes centros urbanos são as desigualdades econômicas, o estresse das grandes cidades, as frustrações humanas, e todas as coisas para as quais não se encontram explicações, que seriam a porta de entrada para os compensadores oferecidos pela IURD e pelas demais igrejas pentecostais. “Um novo encantamento toma corpo e mobiliza especialmente a figura do demônio para responder aos desafios do nosso mundo: a miséria, o crescimento das desigualdades, a Aids, a exploração das crianças, as guerras que se tornam mais civis do que entre nações, etc.” (Oro/Corten/Dozon, 2003, 14).

Muitas vezes é pregada a retirada do fiel para dentro da comunidade de culto para identificar o resto como território do demônio. Porém, os líderes pregam que a Igreja precisa de coisas do mundo para a construção de um “novo mundo”, assim, o dinheiro, a política, entre outras coisas, são vistas como instrumentos para a obra de Deus. Na esfera política, a culpa pelas más gestões públicas e pela corrupção também estão relacionadas à influência do Diabo e somente os homens de Deus podem melhorar essa situação elegendo-se para cargos políticos.

Em suma, nessa teologia dualista, Deus sempre vai ser considerado mais forte que o Diabo e capaz de vencê-lo; para isso, conta com o seu exército, homens e mulheres comprometidos com a obra de Deus e conscientes da necessidade de participarem ativamente dessa batalha, utilizando várias armas, inclusive o voto. Sendo assim, a Igreja Universal do Reino de Deus apresenta a luta contra o Diabo como um meio para resolver os problemas da humanidade. Esse tipo de pregação demonizou outros grupos religiosos concorrentes e valorizou o exorcismo como uma prática fundamental para as pessoas “possuídas” terem uma vida longe das forças malignas, que provocam, por exemplo, as doenças e o desemprego. Uma vez convertido e aceitando Jesus, o Espírito Santo passa a agir em plenitude na vida do adepto que alcançará, dessa maneira, a prosperidade.

I.2.2 Teologia da Prosperidade

A Igreja Universal e a Igreja Internacional da Graça de Deus foram as principais difusoras da Teologia da Prosperidade no Brasil. A Universal em particular organiza um conjunto de obras sociais, voltadas para as camadas mais pobres da população como um meio de mobilização de novos fiéis, com o objetivos de fazê-los sair do estado de assistencialismo e associá-los às estratégias políticas da Igreja. A pobreza é apresentada como obra do Diabo e a Universal prepara os seus fiéis para uma transformação radical de suas vidas, pois a palavra de Deus anuncia que deve haver distribuição de riqueza, saúde e felicidade àqueles que têm fé, elevando-os ao caminho da prosperidade.

A Teologia da Prosperidade, que reunia crenças sobre a cura, prosperidade e poder da fé, teve sua origem nos EUA, na década de 40, mas só se constituiu como movimento doutrinário no decorrer dos anos 70, quando encontrou guarida nos grupos evangélicos carismáticos dos EUA, pelos quais adquiriu visibilidade e se difundiu para outras correntes cristãs. Essa teologia também é rotulada pelos seus críticos de *Health and Wealth Gospel*,

Faith Movement Doctrines, Positive Confession, entre outros. Originalmente o televangelista norte-americano Oral Roberts foi o seu percusor, sendo posteriormente seguido por vários pregadores (Mariano, 1999).

Dentre os principais pregadores dessa teologia, destaca-se Kenneth Hagin, nascido no Texas, em 1917, que liderou a expansão do movimento da Confissão Positiva para inúmeros países. Evangelista batista, porém crente na cura divina, Hagin logo se aproximou dos pentecostais, recebendo o batismo do Espírito Santo em 1937. Nesse mesmo ano, foi licenciado pastor na Assembleia de Deus, na qual permaneceu até 1949, quando se tornou evangelista itinerante. Após a Segunda Guerra Mundial, participou de campanha de cura divina nos EUA. Em 1962, fundou seu próprio ministério, caracterizado por transe, visões, profecias, revelações e experiências sobrenaturais, dos quais fez derivar sua “autoridade espiritual”. Entre 1950 e 1959, Hagin, declara ter, em oito ocasiões, conversado pessoalmente com Jesus, algumas vezes no céu, outras no inferno. Em 1974, seu filho Kem Jr. e ele fundaram, em Oklahoma, o *Rhema Bible Training Center*, importante centro de formação de discípulos e de novas lideranças dessa corrente teológica (Mariano, 1999).

Em sua carreira de pregador da Confissão Positiva, Hagin inspirou-se em Essek Kenyon (1867-1948) e chegou mesmo a plagiar vários escritos dele. No *Emerson College of Oratory*, em Boston, Kenyon – escritor, pregador batista, metodista, pentecostal e itinerante sem vínculos denominacionais, radialista de sucesso no final dos anos 30 e começo dos 40 – inclinou-se aos ensinamentos das “seitas metafísicas” derivados da filosofia do “Novo Pensamento”, formulada originalmente por Phineas Quimby (1802-1866), que estudara espiritismo, ocultismo, hipnose e parapsicologia para produzir sua filosofia. Kenyon nunca pregou nem escreveu exatamente sobre prosperidade. Dele, Hagin aprendeu ensinamentos apenas sobre cura divina e Confissão Positiva. Foi o televangelista Oral Roberts quem criou a noção de “Vida Abundante” e deu início à pregação da doutrina da prosperidade, prometendo retorno financeiro sete vezes maior do que o valor ofertado. Roberts passou a dar maior ênfase a tal mensagem a partir de 1954, quando, ao ingressar na TV, suas despesas aumentaram consideravelmente. Nos anos 70, essa doutrina ganharia maior projeção por meio do ministério de Kenneth Hagin e Gloria Copeland, que a radicalizaram prometendo retorno centuplicado dos dízimos e ofertas. Hoje são inúmeros os pregadores norte-americanos do *Health and Wealth Gospel*. Entre os principais, além dos citados, constam Ken Hagin Jr; Robert Schuller, Charles Capps, Jerry Savelle, Benny

Hin, Paul Crouch, Fred Price. Saúde perfeita, prosperidade material, triunfo sobre o Diabo e vitória sobre todo e qualquer sofrimento, eis as promessas desses pregadores.

A Teologia da Prosperidade no Brasil inicia sua trajetória nos 70. Desde então penetrou em muitas igrejas e ministérios paraeclesiais, em especial: Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Internacional da Graça de Deus, Renascer em Cristo, Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra, Nova Vida, Bíblica da Paz, Cristo Salva, Cristo Vive, Verbo da Vida, Nacional do Senhor Jesus Cristo, entre outras diversas denominações.

Baseando-se na Confissão Positiva de Kenneth Hagin, diversos pregadores brasileiros, entre eles o bispo Edir Macedo, adaptaram esses ensinamentos para a realidade das igrejas brasileiras, defendendo que as palavras pronunciadas com fé encerram o poder de alterar a realidade vivida pelas pessoas. “A fé é a ferramenta com a qual se fabrica e molda o destino do jeito que se quer” (Oro/Corten/Dozon, 2003, 243). Aqueles que não têm fé nada podem exigir de Deus, diferentemente dos convertidos através do batismo com o “Espírito Santo”, que têm o direito segundo a Bíblia de cobrar de Deus a felicidade através da prosperidade e, para isso, devem fazer confissões positivas de fé para tomar posse de seus direitos ainda nessa vida e posteriormente anunciar a todos as bênçãos recebidas, professar a sua fé e orar sempre com muito fervor para agradecer a Deus as conquistas alcançadas. O autor Ricardo Mariano cita em sua obra o desenvolvimento dessa teologia dentro da IURD:

Por pregar a Teologia da Prosperidade, doutrina que promete a melhora substancial das condições materiais de vida por meio da fé, da oração, de rituais de libertação, do pagamento de dízimos e ofertas, a Universal não desenvolve atividades assistencialistas para seus membros, pois, quem encontrou Cristo não necessita mais de caridade. Apesar de boa parte deles vez ou outra precisar da solidariedade dos irmãos, já que são esmagadoramente pobres, pouco escolarizados e, por isso, mais suscetíveis às agruras do desemprego, a assistência social da igreja geralmente se restringe aos de fora, aos perdidos ou não libertos dos demônios responsáveis pela miséria. Os fiéis financeiramente em apuros são instados a participar das correntes da prosperidade. Em troca de dízimos e ofertas, recebem conselhos pastorais, orações, exorcismos, promessas de bênçãos e estímulos para trabalhar por conta própria (Mariano, 1999, 69).

No trecho acima, Mariano deixa transparecer, uma questão muito explorada pela Universal: a sociedade entre os homens e Deus. Os “sócios” de Deus devem dar, em troca das bênçãos alcançadas, aquilo que lhes pertence, como a força para praticar boas obras e parte de seus ganhos, o que consiste em ser fiel ao pagamento do dízimo. Ser um

dizimista é colaborar com as obras da igreja, é ser generoso para com os irmãos mais pobres, é seguir as leis impostas por Deus no Antigo Testamento. Nessa sociedade, o fiel que segue esses “preceitos” expressa sua confiança em Deus e recebe em troca as bênçãos, a felicidade e a paz numa vida em abundância nesse mundo.

Os iurdianos e os neopentecostais, de uma maneira geral, são estimulados a falar diretamente com o Senhor e podem usufruir as recompensas por sua fé enquanto vivem, em vez de sofrerem calados e esperarem a morte para conferir se têm direito ao paraíso. No discurso da maioria dos pentecostais, a insegurança, a droga, o alcoolismo, a infelicidade, a vida indigna, o desrespeito, a miséria e todos os eventos ruins compõem as faces diversas de um inferno que se experimenta na Terra. Numa troca simples, a Igreja propõe que suas ovelhas se afastem do mal e sigam um código duro de conduta, oferecendo em troca apoio e reconhecimento por seu sucesso na empreitada.

Em suma, essa corrente teológica defende que o fiel, a partir do momento que aceita a conversão e passa a viver sobre a “Luz do Espírito Santo”, adquire o direito à posse da prosperidade material e da vida em abundância, como Deus havia prometido nas Sagradas Escrituras. Paralelamente às “bênçãos”, o “escolhido” deve pôr em prática e confessar a sua fé, obedecendo às exigências bíblicas referentes à manutenção da obra do Senhor. “O que nas palavras de Edir Macedo, consiste em estar disposto a aceitar a responsabilidade de ser um dos sócios e administradores da obra de Deus” (Oro/Corten/Dozon, 2003,56).

I.2.3 O Dom da Cura Divina

Dentro das práticas iurdianas, outro item que merece destaque é o “dom da cura”, que foi introduzido no Brasil pelas igrejas que chegaram a partir da década de 1950. A IURD adaptou esse ritual, trazido pelas igrejas do chamado “*deuteropentecostalismo*” ou “segunda onda”, para um contexto mais popular, inserindo nele uma dimensão simbólica, com a utilização principalmente de objetos “sagrados” com o objetivo de “despertar” a fé, trazendo para o alcance do olhar ou do toque, as questões espirituais. Ungidos de poder, esses objetos têm a força simbólica para curar doenças, libertar de vícios e de trazer a prosperidade. Outro recurso utilizado é a pregação por meio de testemunhos e a prática ritual, em torno da cura, que é muito utilizada no campo midiático, de forma até teatralizada, como parâmetro os textos bíblicos, como destaca Ferrari (2004) em sua dissertação:

A IURD procura retratar, via leitura literal da Bíblia, as comunidades cristãs primitivas (NT), nas quais os prodígios extraordinários do Espírito Santo eram frequentes. Recorre também, à demonologia judaica (AT), colocando ênfase na cura e no Exorcismo [...] A pregação e a prática ritual estão repletas de apelos às pessoas para que se abram à dimensão miraculosa. Usa-se intensamente a mídia para relatos contundentes de testemunhos, frutos da força da pregação e dos rituais, nos quais os ‘pastores-atores’, munidos de técnicas, teatralizam o sagrado. Demonstra-se, assim, que o poder e salvação divinos ocorrem pela cura miraculosa via eficácia da palavra e dos rituais da IURD. Nela, compeende-se Deus como “médico supremo” (Ferrari, 2004, 94).

Esse tipo de ação visa dar conforto a tudo aquilo que a medicina não consegue curar, ou o que não pode ser explicado pela ciência. A prática da cura atende às carências da população, numa sociedade em que a grande maioria das pessoas não tem acesso aos melhores hospitais e tornam-se indivíduos, crentes em soluções de cunho mágico, amparados pela fé. Nesse ambiente, a IURD estimula as pessoas debilitadas a terem esperança, buscarem a autoajuda e acreditarem que a cura pode ser alcançada por meio das correntes de oração, da fé, da solidariedade e dos dízimos.

Os templos são transformados em ‘salões de milagres’ e espaços terapêuticos, oferecendo cura e salvação de todos os males sentidos pelo paciente aflito e aqueles despertados pela hábil pregação do agente religioso. Provocaram-se estímulos para aflorar e dirigir o imaginário de fantasias, traumas e problemas reais da clientela, para com isso propor uma busca da experiência alternativa sob o controle da Igreja, a “agência de cura” [...] O culto exacerba a emotividade, estimulada pela repetição de chavões e cânticos, criando forte ‘pressão psicológica’ sobre a clientela (Ferrari, 2004, 97).

Sendo assim, podemos apontar a “Teologia do Domínio”, a “Teologia da Prosperidade” e o “Dom da Cura”, como os três pilares que sustentam a base religiosa da Igreja Universal do Reino de Deus. A partir dessa base, a Igreja ganhou destaque e transportou-se para outros campos da sociedade, entre eles o político, que é responsável pelas relações de trocas entre os indivíduos dentro de uma sociedade para garantir a segurança, a saúde e a prosperidade para todas as pessoas.

I.3 Conclusão

A descrição realizada nesse capítulo apontou que o contexto político pode influenciar diretamente o cenário religioso que, por sua vez, modifica os rumos políticos de uma nação. Observou-se que, quando Estado brasileiro tornou-se laico com a nascente

República, adotou um caráter democrático, o que possibilitou uma multiplicidade de grupos religiosos. Entre esses grupos destacaram-se os pentecostais, que mudaram o universo religioso brasileiro e tiveram um crescimento extraordinário em todo o país, principalmente nos grandes centros urbanos, pois essas igrejas souberam aproveitar e explorar eficientemente os contextos socioeconômico, cultural e político do período. Entre as diversas igrejas do ramo pentecostal, o trabalho dá ênfase à Igreja Universal do Reino de Deus, que ganhou destaque no campo religioso e político, influenciando outras denominações religiosas a seguirem os seus passos.

Uma das principais ferramentas para o crescimento e o destaque que a IURD conquistou foi o uso intensivo dos veículos de comunicação de massa. Os líderes da Universal tiveram audácia e espírito empreendedor para adquirirem meios de comunicações fortes, que se mostraram úteis para a expansão religiosa, campo para o qual a Igreja trouxe inovações, já que ela adaptou as suas teologias e práticas religiosas ao novo contexto social vivido pela população, por meio da utilização de elementos culturais da religiosidade popular, solidificados no imaginário brasileiro e agregados a práticas tradicionais do pentecostalismo.

Dessa forma, a Igreja adaptou-se à sociedade contemporânea capitalista e globalizada, que aumenta a distância entre as classes e apresenta consecutivas crises do modelo econômico, fatos que calçam a miséria e fazem muitas pessoas perderem a esperança de dias melhores. Nesse ambiente que apareceram esses novos movimentos religiosos, como os neopentecostais, tendo como destaque a IURD, que oferece novas respostas e possibilidades de contato entre homens e Deus para a resolução dos problemas enfrentados pelas pessoas, que também se modificaram e buscam novas experiências. As sociedades contemporâneas, principalmente as de cultura ocidental, transformaram-se e a escolha, inclusive pela religião, segue novas diretrizes. Os indivíduos buscam respostas existenciais e soluções para seus problemas aqui e agora.

Para uma mudança profunda, que leve justiça e melhore a situação de vida das pessoas, a Universal defende o combate às forças malignas, que agem em vários setores da sociedade, incluindo a política. Para o êxito dessa mudança, é necessário iniciar-se uma verdadeira “guerra espiritual” contra as forças malignas, o que pode ser aferido pela Teologia do Domínio, onde o responsável por todo o mal e pelo desvio da conduta dos seres humanos é o Diabo. Assim, uma importante ferramenta para que a obra de Deus prospere é a política, que deve ser configurada por pessoas de bem, homens e mulheres

comprometidas com a obra de Deus, com a ética e com o compromisso de representar os mais pobres. Com esse discurso, a Igreja Universal do Reino de Deus inicia a sua trajetória política que será apresentada no próximo capítulo.

Capítulo II

IURD: trajetória política, ideologia dos aliados e discurso político-religioso

O principal aspecto abordado neste capítulo é a trajetória política da Igreja Universal do Reino de Deus e sua aliança política com dois partidos políticos: PL (Partido Liberal) e PT (Partido dos Trabalhadores). Posteriormente, será apresentado um breve panorama histórico com as ideologias desses dois partidos, a partir das quais o leitor perceberá por que a união com o segundo foi motivo de contestação. Finalizando a descrição política, serão apresentados alguns discursos político-religiosos proferidos pelos membros da Igreja, dentro do recorte histórico proposto no trabalho, com o objetivo de compreender as justificativas do envolvimento da IURD com o PT.

II.1 Antecedentes: os evangélicos e a política a partir da Segunda República

Durante o governo provisório de Getúlio Vargas (1930-34), ocorreu a convocação para a formação de uma Assembleia Constituinte, que deu origem a um curto período democrático quando os políticos protestantes começaram a surgir com um maior destaque, fazendo parte principalmente do poder legislativo, adotando uma postura de direita e com propostas que defendiam os interesses de seus grupos. “[Destaque para] os paulistas Guaracy Silveira, metodista, e Lauro Monterio da Cruz, presbiteriano independente” (Souza/Martino, 2004, 67). Não se pode deixar de observar que, nesse período, o Brasil passava por profundas transformações econômicas com o fortalecimento das classes operárias; o homem urbano começa a ganhar destaque, reforçando a ideia de que a força pentecostal encontra-se nos grandes centros urbanos.

Ao contrário das igrejas pentecostais, os protestantes tradicionais afastaram-se da política a partir da década de 1960, tendo algum tipo de manifestação nessa área apenas por meio de suas instituições educacionais. Nesse período, os pentecostais iniciaram a sua arrancada na política quando elegeram em São Paulo dois deputados, um federal, o pastor Levy Tavares, e outro estadual, o pastor Geraldino dos Santos, ambos da Igreja Pentecostal “O Brasil para Cristo”. Em Minas Gerais foi eleito, para deputado Estadual, João Gomes Moreira, da Assembleia de Deus. “[Os políticos pentecostais] continuaram atuantes nos primeiros anos do período militar, porém, nos anos posteriores, surgiram outros, mais anticomunistas e alinhados ao regime militar” (Burity/Machado, 2006, 45).

Nessa trajetória política protestante, um terceiro momento que merece destaque ocorreu após a abertura política, quando candidatos protestantes foram eleitos para a Assembleia Constituinte de 1986. Surgiram, nesse momento, parlamentares evangélicos de esquerda como Lisânias Dias Maciel e Benedita da Silva. Nascia a partir da década de 1990 uma nova geração de políticos pentecostais que ficaram conhecidos como “políticos de cristo” ou “homens de Deus”. O carro chefe dessa considerável penetração evangélica no cenário político, no qual ocorria a transferência do capital religioso para o político, foi a Igreja Universal do Reino de Deus.

O destaque atual que esses religiosos ganharam no cenário político brasileiro deve-se especialmente aos pentecostais, pois foram eles que abraçaram com fervor o campo político; até então, por influência das igrejas tradicionais como a Luterana, Anglicana, Metodista e a Batista, a ideia majoritariamente defendida era a de que a religião não deveria misturar-se à política. “Esse ato pode ser justificado pela doutrina da salvação individual” (cf. Souza/Martino, 2004, 69). Enquanto o protestantismo tradicional impunha restrições de toda ordem aos fiéis, a Igreja Universal e outras do ramo pentecostal e neopentecostal passaram a usar a política a favor de seus interesses.

A aproximação dos neopentecostais do campo político, [liderados pela IURD], foi percebida tanto pela criação de novas representações ideológicas, como por um descontentamento com as maneiras tradicionais dos evangélicos fazerem política no Brasil. Durante muito tempo, líderes pentecostais consideravam suja a atividade política, denunciavam os “candidatos de porta de templo”, que apareciam apenas em épocas de eleições e que, depois de eleitos, se fechavam aos interesses das bases que os elegeram, ou simplesmente fingiam atendê-las dando nome de seus mortos ilustres a escolas, praças e ruas. A essa percepção crítica dos políticos evangélicos acrescentou-se a crítica moralista dos neopentecostais, quase todos eles oriundos das camadas mais baixas das classes médias [...] portanto um discurso mais moralista desenvolveu uma repulsa aos políticos evangélicos tradicionais (Campos, 1997, 453).

A decepção dos neopentecostais com os políticos evangélicos, como demonstrado pelo professor Leonildo Silveira Campos, fez emergir dentro dessas igrejas, novos candidatos, que ficaram conhecidos como “políticos de Cristo” ou “homens de Deus”. Apesar das discórdias em relação às ideologias e do jeito de fazer política, num aspecto geral, os protestantes, apesar de minoritários em um país tradicionalmente católico, mostraram-se ativos no campo político na tentativa de defender os interesses de suas igrejas, além de elaborarem projetos que visavam as mudanças sociais e as ideais de ética, de liberdade religiosa e de consciência.

II.1.1 A IURD no cenário político democrático e sua aliança com o PL

A perspectiva de mudanças que a redemocratização do país, em meados da década de 1980, gerou em todos os setores da sociedade brasileira, abriu espaço para a atuação na esfera política para vários grupos. Os pentecostais souberam aproveitar esse momento, levando uma nova opção de representação, os denominados os “homens de Deus”, que tinham a missão de defender as Igrejas e moralizar a política. Tem-se que apontar a validade dessa ação já que a democracia é um regime cujos princípios políticos são baseados na liberdade e na igualdade para todos; os indivíduos e/ou grupos devem defender seus interesses dentro de um limite constitucional.

A democracia, assim, não é apenas uma questão de estabelecimento dos procedimentos corretos, independentemente das práticas que tornam possíveis as formas democráticas de individualismo. Os procedimentos sempre envolvem compromissos éticos substantivos. Por essa razão, eles não podem funcionar apropriadamente se não se apoiarem num tipo específico de ethos [...] tornando-se possível uma nova forma de pensar sobre a religião e o papel que ela pode desempenhar na criação daqueles ethos (Burity/Machado, 2005, 19).

Um dos principais argumentos para a nova postura política das igrejas pentecostais, lideradas pela Universal, nesse contexto democrático, é justificada pela necessidade da presença dos “homens de Deus” na política como a única maneira de melhorar e afastar os políticos corruptos, que agem dessa maneira pela influência do Diabo, como pode ser aferido na Teologia do Domínio, discutida no capítulo anterior, uma das principais crenças dos iurdianos e dos pentecostais de uma maneira geral. A partir da crença de que o Diabo é identificado como responsável maior pelos males que existem no mundo, incluindo as más gestões políticas, pois ele desvia a conduta dos seres humanos, cabe aos escolhidos por Deus a missão assumirem um papel de salvadores e moralizadores da nação, pois através de sua fé e ações, eles podem “expulsar” o mal, proporcionando uma nova conduta e novos rumos ao país. Dessa maneira, sendo a política uma ferramenta para a construção de uma nova nação, cabe ao povo de Deus eleger os seus representantes de forma democrática. A ação do diabo na política foi destacada por Burity/Machado (2005):

“O diabo está alojado dentro do Congresso Nacional” [...] “A maioria dos políticos estão a serviço do satanás”. Se, portanto, o diabo atua na política – ocasionando a corrupção, comportamentos antiéticos e oposição à “obra de Deus”, a Universal se diz capaz de libertá-la do poder do mal. Para tanto, aciona um recurso invisível mais

poderoso, a força que purifica tudo, inclusive a política: a “força do Espírito Santo”, o “poder do Senhor Jesus”, o “pai da luzes que vence o poder das trevas”, segundo o dizer dos ministros da IURD (Burity/Machado 2005, 129).

Com a “aplicação” das crenças oriundas da Teologia do Domínio para a esfera política, a Universal transfere o seu capital religioso para uma perspectiva de geopolítica, promovendo uma “guerra espiritual” para transformar o mundo, de forma a fazer com que todas as pessoas assumam a fé, independente de sua classe social. Edir Macedo identificou a política partidária como uma ferramenta importante para o fortalecimento de sua instituição, na qual os interesses eram de ampliar suas áreas de influência. A penetração da IURD nesse “jogo do poder” atraiu lideranças políticas e a Universal lançou os seus candidatos, para penetrarem nas estruturas do poder.

A participação da IURD no campo político iniciou-se na década de 1980. Seus líderes traçavam o plano político a partir da escolha dos candidatos por regiões específicas. A estratégia da escolha de um candidato oficial iniciou-se em 1997, quando a Igreja fez um levantamento por região do número de fiéis para que os líderes regionais tivessem uma ideia aproximada do eleitorado disponível e verificassem a viabilidade de uma candidatura. Escolhidos os candidatos, iniciou-se uma campanha massiva para elegê-los, com a utilização dos meios de comunicação e dos próprios cultos.

Nas grandes cidades, por exemplo, a Igreja tem dividido os templos entre os seus candidatos oficiais, sendo que essas “paróquias” se comportam como se fossem “distritos eleitorais”, fechados a outros candidatos, sejam eles estranhos ou da própria Igreja. Todavia, há um outro lado da questão ainda não suficientemente trabalhado. Refiro-me às maneiras como a obediência dos fiéis-eleitores é conquistada (Burity/Machado 2005, 61).

Os candidatos escolhidos pela IURD deveriam filiar-se a um partido político já que não era permitido a uma instituição religiosa ter o seu próprio partido. Logo, a IURD e outras igrejas pentecostais e neopentecostais despertaram o interesse dos partidos políticos, em traçar alianças, o que pode ser entendido a partir dos números de fiéis/eleitores que os partidos poderiam vir a conquistar. A grande jogada política da IURD foi elaborar a sua coligação com o PL (Partido Liberal), um partido de direita que utilizava em seus discursos o nome do “Senhor Jesus”, como pode ser aferido em seu manifesto, que será apresentado ainda nesse capítulo. O PL também apresentava propostas que visavam à moralização da

política e o respeito às posses adquiridas pelas pessoas através do trabalho honesto, demonstrando claramente ser contrário, por exemplo, à questão da reforma agrária, que era uma das bandeiras da esquerda. Assim, a Igreja Universal encontrou no PL uma força política de direita, que se encaixava perfeitamente com as suas ideologias políticas e na sua Teologia da Prosperidade. O PL, por sua vez, encontrou na IURD uma indústria eleitoral, com seus milhares de fiéis, já que a Universal conseguia eleger candidatos sem gastar muito dinheiro, pois faziam suas campanhas dentro de seus próprios templos, indicando para os fiéis os candidatos em que deviam votar.

Esse significativo crescimento da Universal do Reino Deus fez dela uma força religiosa e social que logo conquistou o seu espaço político. Analisando os números apresentados sobre a trajetória política da IURD no cenário político brasileiro e suas consequências, pode-se destacar o interesse que o grande contingente de votos “disponíveis” na Igreja despertou nos partidos políticos, que buscaram seu apoio através de alianças. No campo religioso, observa-se a contribuição que o envolvimento político trouxe para o significativo aumento do número de fiéis e a influência que a IURD provocou em outras denominações religiosas, a seguirem os seus passos (Oro, 2004).

Observando a tabela a seguir pode-se verificar o extraordinário número de cargos legislativos de nível estadual e federal conquistados por membros da IURD, entre os anos de 1986 e 2000.

Tabela 3 – Trajetória política da IURD (câmara dos deputados e senado)

ELEIÇÕES	CARGO	ELEITOS	TOTAL
1986	DEPUTADO FEDERAL	1	1
1990	DEPUTADO FEDERAL	3	9
	DEPUTADO ESTADUAL	6	
1994	DEPUTADO FEDERAL	6	14
	DEPUTADO ESTADUAL	8	
1998	DEPUTADO FEDERAL	17	43
	DEPUTADO ESTADUAL	26	
2002	DEPUTADO FEDERAL	16	36
	DEPUTADO ESTADUAL	19	
	SENADO	1	

Fonte: Revista Brasileira de Ciências Sociais. v.18, n.53, p.53 Out.2003.

Esse destaque político iniciou-se com a abertura política, em meados da década de 1980, quando ocorreu o fim da ditadura militar, que dominou o cenário político nacional por mais de 20 anos (1964-85), até as eleições presidenciais de 2002, quando a IURD e o PL estabeleceram uma aliança vitoriosa com o Partido dos Trabalhadores.

Em 1986, a IURD elegeu um deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro para a Assembleia Nacional Constituinte, o bispo Roberto Augusto Lopes, que conquistou 54.332 votos. Nas eleições seguintes, o número de candidatos eleitos aumentou de forma extraordinária, podendo-se destacar as eleições de 1998, quando a Universal elegeu 26 deputados para as Assembleias Legislativas, de 18 estados diferentes e 17 deputados federais, sendo 14 da própria Igreja e 3 apoiados por ela, “cuja soma situa-se na casa de 1.400.000 votos” (ORO, 2004, 54).

Os evangélicos, no ano de 1998, chegaram a ter 51 membros no Congresso Nacional; eram considerados uma força que cresceu quase na mesma proporção da bancada do PT, que possuía 62 membros, no momento em que esses dois grupos ainda eram rivais políticos. A evolução da bancada evangélica e do Partido dos Trabalhadores, ocorreu de forma similar. Em 1982, período no qual o governo militar de João Figueiredo já havia iniciado a abertura política, o número de congressistas que se declaravam evangélicos eram 8, contra 12 congressistas do então recém-fundado Partido dos Trabalhadores. Esses números apontam a superioridade do PT em 50% sob a bancada evangélica. Em 1990, houve um aumento significativo para ambos os grupos, porém os congressistas do PT eram 26, ultrapassando em 13% o número de representantes evangélicos, 23, dos quais 3 estavam vinculados diretamente à IURD. Ocorreu o crescimento de ambos os grupos em 1998, porém o PT com 62 congressistas manteve a sua liderança de 21,5% perante a bancada evangélica que tinha 51 representantes, sendo que destes 17 ligados à Universal. “O bispo da Universal, Carlos Rodrigues PL/RJ, eleito em 1998 (pelo PFL), era o líder da Bancada Evangélica que neste ano, já era a quarta maior capaz de emperrar votações e provocar negociações com o governo” (Oro, 2001, 45).

Já com um cenário político organizado e com um constante crescimento, a bancada da Igreja Universal, coligada ao Partido Liberal, chegou a ter no ano de 2000 uma equivalência ao sétimo maior partido da Câmara dos Deputados. Seu líder político e vice-presidente nacional do PL, o bispo Carlos Rodrigues, afirmou que controlava 18 deputados federais e 24 estaduais, além de 70 vereadores no país. Esses números não são

exclusivamente de deputados e vereadores membros diretos da IURD, pois os candidatos eleitos pelo PL não precisam ser obrigatoriamente da Universal, já que o PL não nasceu na Igreja.

Nas eleições de 2002, o número de deputados estaduais foi de 19, representando 10 estados da federação. O número de deputados federais foi de 16 vinculados diretamente à IURD e outros 4 não membros da Igreja, porém apoiados por ela. Nessa mesma eleição merece destaque a vitória do bispo Marcelo Crivella /PL-RJ ao Senado da República. Deve-se ainda apontar que alguns deputados ligados diretamente à Universal e outros apoiados por ela pertencem a diferentes partidos políticos, o que gerou conflitos entre os interesses da Igreja e as orientações partidárias. Esse fato pode ser identificado como um dos fatores que resultou numa sensível queda nos números apresentados na tabela em 2002. No entanto, a bancada evangélica, de um modo geral, saiu fortalecida nas eleições de 2002, lembrando que a IURD serviu de modelo para outras denominações religiosas que seguiram os seus passos, o que pode ser visto nos números abaixo:

Na legislatura 1998-2002 o número era de 53 deputados ligados a 13 igrejas [...] nas eleições de 2002 [...] “a bancada evangélica de deputados eleitos tem pelo menos 60 parlamentares, donos de 5,1 milhões de votos”, sendo 23 deputados filiados às Assembleias de Deus, 22 vinculados ou apoiados pela Universal, 8 batistas e os demais de outras denominações; isso significa um aumento de 25% em relação à bancada anterior (Folha de São Paulo, 10/10/2002. apud. Burity/Machado, 2005, 122).

Esses números extraordinários de congressistas “liderados” pela IURD, somados à força dos congressistas petistas, poderiam gerar uma força política nunca antes vista em períodos democráticos do Brasil. Um governo que poderia ter a força da maioria no Congresso Nacional e colocar os seus objetivos e ideais em prática. Esse assunto será abordado no capítulo IV para uma melhor compreensão dos motivos da união de duas forças até então antagônicas antes das eleições de 2002.

III.1.2 Da Guerra Santa na política brasileira à aliança entre a IURD e o PT

As primeiras eleições diretas no Brasil, após abertura política em 1989 e 1994, foram marcadas pelo antagonismo entre os grupos de direita e de esquerda, pela liberdade na campanha eleitoral, uso dos veículos de comunicação de massa, sobretudo a televisão, que exerceu um papel decisivo no rumo das mesmas. Nas eleições presidenciais de 1989, os

parlamentares evangélicos sonhavam com um presidente que fosse “um homem de Deus”; para tanto, o nome mais forte era o de Ires Rezende (PMDB), o então ministro da agricultura do governo Sarney, porém ele perdeu a prévia de seu partido para Ulisses Guimarães. Apesar de frustrados, os evangélicos queriam um nome que atendesse a seus interesses; para isso, buscaram inspirações divinas para escolhê-lo, conforme declaração de Edir Macedo ao Jornal do Brasil em dezembro daquele ano: “Após orar e pedir a Deus que indicasse uma pessoa, o Espírito Santo nos convenceu que Fernando Collor de Mello era o escolhido” (aput. Burity/Machado, 2005, 66). De acordo com o líder da IURD, Deus havia escolhido apoiar ao candidato Fernando Collor de Mello, sendo assim, todos os fiéis da Igreja deveriam apoiá-lo.

No segundo turno das eleições de 1989, os evangélicos viam no candidato da esquerda, Luiz Inácio Lula da Silva, um verdadeiro “satã”; era o medo de “um comunista” ou “anticristo” ganhar as eleições. Os líderes religiosos dessa corrente anti-Lula receberam o apoio de órgãos como a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e foi assim que, ao iniciar-se o 2º turno, ocorreu uma campanha agressiva contra o candidato do Partido dos Trabalhadores no interior dos templos da IURD, nos programas de rádio e nos jornais semanais, deixando claro o apoio maciço à candidatura de Fernando Collor de Mello que, por sua vez, participou dos programas radiofônicos da IURD, prometendo que juntos e com muita fé em Deus iriam reconstruir o Brasil. “Entretanto [anos depois] Edir Macedo foi preso em São Paulo, e o governo Collor marchava em direção ao *impeachment*” (Burity/Machado, 2005, 65).

Esse ataque ao PT estendeu-se também nas campanhas eleitorais de 1994, nas quais a IURD apoiou o candidato do governo, o Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, pois já estavam cientes de que não havia espaço para o tão sonhado candidato evangélico, devido à força do candidato da situação, que tinha a seu favor o sucesso do Plano Real, que estabilizara a economia brasileira. O ataque ao Partido dos Trabalhadores se concentrava desta vez na sua ligação com o catolicismo e o apoio das religiões afro-brasileiras, ambos “inimigos” religiosos dos neopentecostais.

Na campanha eleitoral de 1998, o candidato da situação FHC tinha a seu favor o sucesso do Plano Real, que conseguiu vencer o “fantasma” da inflação, que apavorava o povo brasileiro, além de trazer novas expectativas para a economia. Nessa eleição, oficialmente a IURD manteve-se do lado do tucano. No entanto, pode-se apontar que se

iniciou um momento de transição quando a Igreja se aproximou de Lula, demonstrando simpatia e respeito ao candidato. Porém, aparentemente, a Igreja Universal queria apenas demonstrar com isso reservas em relação a FHC, por suas atitudes e atos contrários à Igreja (Burity/Machado, 2005, 74). No entanto, em vários momentos, os parlamentares ligados à IURD colocaram-se contra o governo central.

A surpreendente aliança entre IURD/PL e o PT começou a nascer nas eleições de 1998 e foi consolidada nas eleições de 2002. Essa aproximação foi articulada pelo parlamentar bispo Carlos Rodrigues (PL/RJ), o então líder político da IURD, que organizou o apoio da igreja ao candidato petista Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República em 2002. As articulações ocorridas entre o PT e a IURD, ou entre política e religião, em 2002, culminaram na vitória do candidato petista, o antigo mito messiânico da CNBB na década de 1970. No entanto, vale lembrar que parte dos deputados eleitos pela IURD pertence a partidos de oposição ao Governo Federal e nem sempre os interesses da Igreja coincidem com os interesses dos partidos.

A aliança entre a IURD/PL e PT teve como representante o Senador José de Alencar, que saiu como vice na chapa de Lula. A atitude das lideranças petistas de fecharem a coligação não foi bem vista pelos militantes do partido, tanto os defensores do radicalismo político, como grupos religiosos ligados anteriormente ao partido. Por outro lado, Lula, com sua campanha “paz e amor”, conseguiu conquistar o apoio de grandes empresários e até mesmo dos grupos evangélicos ligados ao pentecostalismo. “Nas eleições de 1998 e 2002, a IURD foi alterando o seu comportamento e se tornou mais calculista [...] Rodrigues tem se mostrado muito hábil na tarefa de aglutinar e distribuir votos de seus fiéis” (Burity/Machado, 2005, 65).

II.2 As ideologias dos aliados

Nos últimos anos, o estudo da “cultura” e da “ideologia” passou a constituir um dos objetos cruciais das ciências humanas. A cultura de um lado pode ser considerada uma extensão dos sistemas simbólicos, como a arte, o mito, a linguagem, etc. De outro, tende-se a ser considerada a cultura e os sistemas simbólicos em geral como instrumento do poder, isto é, de legitimação da ordem vigente (Bourdieu, 2007). A ideologia, por sua vez, é definida como um sistema de ideias, que se desenvolve sobre princípios abstratos, muitas vezes fruto do inconsciente coletivo, ou produzida por quem detém o poder legítimo, que a

utiliza para a organização da sociedade; sua função é padronizar atitudes e pensamentos, formulados por leis, tradição e costumes culturais. Nesse sentido, a ideologia permite o convívio entre os diferentes. A corrente sociológica marxista vê a ideologia como “falsa consciência” ou distorção da realidade. De outro lado, a ideologia pode ser apresentada como o conjunto de ideias, com um objetivo em comum, e capaz de lutar e até mesmo de mudar algo vigente. No entanto, ao discutir-se as ideologias de Estado ou de um grupo social, seja ele um partido político ou uma igreja, deve-se ter a compreensão de que ela está diretamente relacionada ao contexto cultural onde está inserida (Durham, 1984).

Bourdieu faz uma releitura da relação entre ideologia e cultura: “uma vez que a exigência social formula-se através delas (ideologias) dentro da prática política, compreende-se que tais ideologias não tenham de modo algum o caráter flutuante e inessencial de uma nuvem, como as que havíamos encontrado na prática técnica, mas sim a necessidade essencial aderente do cimento que mantém o todo em seu lugar (Bourdieu, 2007, XLV).

O período histórico brasileiro em que os dois partidos políticos, em foco nesse trabalho, surgiram e colocaram suas ideologias em prática, corresponde à transição do regime militar para a redemocratização, através do processo de abertura política, que deu espaço para o nascimento de vários partidos políticos com ideologias que atendiam ao anseio do povo brasileiro, sendo que as principais bandeiras eram de liberdade e de moralização. Nesse contexto, nasceu em 1980, o Partido dos Trabalhadores e, em 1985, o Partido Liberal; esses novos políticos traziam a esperança de novas atitudes políticas em prol da moralização e das mudanças sociais. No mesmo cenário, ocorria uma mudança no perfil religioso do brasileiro com o crescimento das igrejas da linha pentecostal, que ganharam espaço nos grandes centros urbanos, onde seus líderes assumiram um papel de salvadores, tendo a política como ferramenta para a construção de uma nova nação.

II.2.1 Um breve histórico e as ideologias do PL (Partido Liberal)

O Partido Liberal foi fundado no dia 23 de junho de 1985, no Rio de Janeiro, sendo que o Manifesto, o Programa e os Estatutos foram publicados no Diário Oficial da União dois dias depois da sua fundação. Em seu manifesto, convidava todo povo brasileiro para uma organização e um fortalecimento de um novo partido político que procuraria realizar

os ideais de uma sociedade mais justa e cristã, dentro de padrões éticos e sob o signo da liberdade.

Com sua política conservadora e com suas referências voltadas aos valores cristãos, não ficou difícil atrair a simpatia dos iurdianos para o partido. Assim, a IURD que já vinha tentando se fortalecer politicamente, encontrou no PL um aliado perfeito. Essa proximidade dos ideais do PL e da IURD é expressa no manifesto citado a seguir, retirado do site oficial do partido (que deixou de existir no ano de 2007).

Manifesto de fundação do Partido Liberal³

§.1:“É imperioso por em evidência que os políticos não são ladrões ou fariseus interessados apenas em vantagens pessoais. É preciso mostrar o que podem fazer homens sérios, dedicados à busca do bem comum tendo como referência valores cristãos e humanistas”.

§.2:“O humanismo tem de ser o valor primeiro de toda a sociedade, em qualquer perspectiva que se tome. Não o humanismo ateu do marxismo, mas o humanismo cristão, que implica a transcendência do ser humano e dos seus valores espirituais (‘O homem é a medida de tudo; sua dignidade é incomparável. Deus gravou nele sua imagem e semelhança’)

§.3:“O Partido Liberal (PL) entende a política como a atividade essencialmente ética e como instrumento permanente de luta pelo bem comum, pela liberdade e pela eliminação da dominação entre os homens”.

§.4:“Acreditamos na pessoa livre, titular de direitos naturais inalienáveis e no Estado como garantidor dos direitos humanos, protetor e guardião do bem comum”.

§.5:“Somos liberais porque defendemos os direitos individuais, a liberdade e o fortalecimento da pessoa na comunidade e diante do Estado. Mas este liberalismo não deve ser confundido com o liberalismo individual que não enxerga a sociedade como unidade orgânica, e vê no Estado apenas um mal inevitável”.

O texto do manifesto é recheado de termos bíblicos, o que indica que o Partido Liberal nasce com a finalidade de moralizar a política brasileira, tendo como bandeira a liberdade coletiva, que pode ser alcançada por intermédio de um Estado que vise o bem comum e não os interesses individuais. O PL nasce para travar a luta do bem contra o mal,

³ *Manifesto*: Estava Disponível em: <<http://www.pl.gov.br> Acesso em: junho/2004. O site oficial do partido foi retirado do ar em 2007.

representado pelos partidos de esquerda, de cunho socialista, inspirados em ideais ateus, de origem marxista. O manifesto apresenta o político como defensor dos valores éticos baseando-se na moral cristã, assim apresentando a política como uma ferramenta para acabar com as diferenças e a dominação entre os homens, sendo isso possível com a eleição de homens sérios, aqui entendida como sinônimo de “homens de Deus”.

Não é difícil perceber que as ideologias políticas do PL caíram como uma luva para os interesses da IURD, que tem como base o apelo para a moralidade cristã, que exclui os homossexuais, critica os movimentos feministas, luta contra as drogas, contra os jogos, contra o aborto e a pornografia. Tudo isso em nome da maioria da sociedade, que de certa forma, assume essa moralidade, fazendo com que essas ideias acabem ganhando o apoio e a simpatia de parte da população, o que dá espaço para que esses políticos ganhem destaque. Os líderes do PL, por sua vez, observaram que a aliança com a IURD renderia para o partido muitos votos, já que o crescimento do número de evangélicos pentecostais é um fenômeno que não pode ser ignorado.

Pode-se deixar aqui uma pergunta para ser respondida posteriormente: o PL e sua aliada, IURD, mudaram de ideia em relação à Esquerda? Já que alguns anos depois abraçam uma aliança com o PT, um partido de esquerda, identificado no manifesto do PL como representante do mal, além de ser oriundo das CEBs (Comunidade Eclesial de Base), movimento católico ligado as pastorais urbanas, que se estabeleceram nas periferias, nas áreas mais pobres, discutindo assistência à saúde e serviços sociais. Para que o leitor compreenda por que esta aliança entre PT e IURD/PL foi tão surpreendente e merece a atenção deste trabalho, será apresentada no próximo item uma retrospectiva histórica do PT, com o objetivo de permitir uma comparação entre as ideologias, histórias e aspirações dos dois grupos.

II.2.2 Um breve histórico e as ideologias do PT : “um partido de Deus”

Fundado em 1980, o Partido dos Trabalhadores foi o fruto de uma longa história de lutas, sofrimento e esperança de pessoas que viam na política a chance para alcançar o sonho de dias melhores. Esse sonho esbarrava na falta de liberdade, já que o Brasil vivia o período da Ditadura Militar. Muitos apontam o PT como um partido de cunho marxista, no qual a realidade de opressão tem de ser superada por meio da revolução e de modo

fatalista. Porém, as ideologias petistas estão mais próximas do pensamento de Gramsci, que coloca que as mudanças devem ser alcançadas através das ideias. Bourdieu destaca, em sua obra, um trecho do pensamento de Gramsci: “Em Gramsci, poder-se-á verificar as oscilações entre a recusa do que considera materialismo “mecânico” ou “fatalista” e a tentativa de livrar-se de uma concepção voluntarista do processo histórico em que os fatos políticos e ideológicos teriam lugar de peso” (Bourdieu, 2007, XII).

Para alcançar a mudança desejada, o PT teria de fazer parte do poder instituído, o que foi alcançado, dentre outros fatores, pela estreita relação do partido com o clero católico, pois as raízes do PT estão nas CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), um movimento católico cujo enfoque é levar o cristão a ter uma fé mais de convicção, uma procura mais consciente dos sacramentos e um válido engajamento social. As comunidades organizadas na base têm uma vida própria deixando de ser uma extensão das paróquias. Sua principal missão é ser fermento de uma nova sociedade (Ferreira, 1997). Esse movimento católico foi inspirado na Teologia da Libertação; um dos objetivos era discutir os problemas sociais das camadas menos favorecidas da sociedade brasileira. O PT é oriundo desses grupos e está intimamente ligado à Igreja Católica, por isso, foi alvo constante de críticas da IURD.

Na obra do historiador Luis Mir (2007) foram apontadas as condições que levaram a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), a herdeira legítima da Ação Católica, a aventurar-se na constituição de um partido político e numa central sindical nos anos 1970. Dessa forma, os alicerces do Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), foram frutos da maior “invenção” político-religiosa do Estado Católico em toda a sua história no Brasil.

As estruturas ideológicas que engendraram o plano salvacionista da CNBB foram fortalecidas a partir da possibilidade de formação de um líder de caráter messiânico, oriundo das classes populares e que estivesse envolvido na lutas sociais. Nesse contexto, surge uma emergente liderança sindical, Luiz Inácio da Silva, eleito, em 1975, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo/SP com 97% dos votos válidos. A figura respeitável do líder sindical do ABC, que dividia o palco com outros líderes sindicais e políticos tão ou mais importantes que ele era fenômeno restrito e não suficientemente emblemático para uma jornada que pretendia reconquistar a “Terra Prometida” (Mir, 2007). Essa utopia visava a construção de um “novo Brasil”, democrático e justo.

O Partido dos Trabalhadores seria um projeto salvacionista, político-religioso e herdeiro da “Ação Católica”, criado quando a Igreja Católica começava a perder uma pequena parte de seu rebanho a partir da década de 1970, com a chegada dos neopentecostais, estes bem vistos pelo governo militar do Brasil. A CNBB acreditava que poderia reconquistar o monopólio religioso através de uma ação político-pastoral. Esses movimentos sociais transformaram-se em movimentos políticos. No entanto, os objetivos que levaram à criação do PT vão muito além do campo religioso, pois era uma proposta de realizar mudanças profundas na sociedade brasileira, incluindo questões políticas e econômicas.

Esse projeto desaguou na Pastoral Operária, nas lutas sindicais do ABC. O passo natural foi organizar esses movimentos num partido político, o PT, já que os sindicalistas da Pastoral Operária eram apenas líderes sindicais do ABC, e não líderes nacionais. O PT só se viabilizou nacionalmente quando as dioceses católicas o aceitaram e a CNBB cedeu sua capilaridade social e suas massas ao partido (Mir, 2007).

A ideia de criar um partido dos trabalhadores começou a ser concretizada em 19/01/1979, durante reunião intersindical em Porto Alegre/RS. Cinco dias depois, reunidos no 9º congresso dos trabalhadores metalúrgicos, mecânicos e elétricos do Estado de São Paulo, na cidade de Lins, aprovaram a tese, originalmente elaborada pelos metalúrgicos de Santo André/SP, de se criar um partido que unificasse todos os trabalhadores do Brasil. No dia 10/02/1980, em um ato realizado no auditório do Colégio Sion, na cidade de São Paulo, o manifesto de lançamento do Partido dos Trabalhadores foi aprovado por representantes de comissões regionais de dezessete Estados nascendo, assim, no Brasil, o PT. Dentre os participantes deste evento podemos destacar Sérgio Buarque, Olívio Dutra e Lula.

Em 02 e 03 de julho do mesmo ano, foi eleita a 1ª Comissão Executiva Nacional, com Lula na presidência. O PT se definiu como um partido socialista e passou a carregar a bandeira de diversos movimentos populares e sindicais, manifestações e greves por todo o Brasil, dos quais seus membros participavam. Lula e outros sindicalistas chegaram a ser julgados e condenados pela Justiça Militar por greve realizada no ABC paulista em 1980. A ação acabou sendo anulada no ano seguinte pelo Supremo Tribunal Militar.

Em 11/01/1982, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) concedeu o registro definitivo ao PT. Assim nas eleições de 15/11/1982, em suas primeiras eleições com candidatura

própria, o PT conquistou suas primeiras prefeituras (Diadema/SP e Santa Quitéria/MA) e elegeu também oito deputados (as) federais.

Nas eleições seguintes de 15/11/1986, o partido elegeu 39 parlamentares às Assembleias Estaduais e uma bancada de dezesseis deputados à Assembleia Nacional Constituinte. Lula foi eleito, sendo o deputado Federal mais votado do país, com 650 mil votos. O sonho do líder messiânico de tornar-se presidente estava muito forte naquele momento, porém a concretização teria de aguardar mais dezesseis anos, até as eleições de 2002, com o apoio da IURD.

Transcrição de parte do Manifesto de Lançamento do Partido dos Trabalhadores⁴

§1: “O Partido dos Trabalhadores surge da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do país para transformá-la”.

§.2: “A grande maioria de nossa população trabalhadora, das cidades e dos campos, tem sido sempre relegada à condição de brasileiros de segunda classe [...] Não esperam mais que a conquista de seus interesses econômicos, sociais políticos venha das elites dominantes...”.

§.3: “ O avanço das lutas populares permitiu que os operários industriais, assalariados do comércio e dos serviços, funcionários públicos, moradores da periferia, trabalhadores autônomos, camponeses, trabalhadores rurais, mulheres, negros, estudantes, índios e outros setores explorados pudessem se organizar para defender seus interesses...”.

§.4: “As suas lutas imediatas e específicas não bastam para garantir a conquista dos direitos e dos interesses do povo trabalhador. Por isso, surgiu a proposta do Partido dos Trabalhadores”.

§.5: “O Partido dos Trabalhadores nasce [...] da vontade de emancipação das massas populares. [...] Os trabalhadores querem se organizar como força política autônoma [...] O PT quer atuar não apenas nos momentos das eleições, mas, principalmente, no dia a dia de todos os trabalhadores...”.

§.6: “Queremos, por isso mesmo, um partido amplo e aberto a todos aqueles comprometidos com a causa dos trabalhadores e com o seu programa....”.

§.7: “Em oposição ao regime atual e ao seu modelo de desenvolvimento, que só beneficia os privilegiados do sistema capitalista, o PT lutará pela extinção de todos os mecanismos ditatoriais que reprimem e ameaçam a maioria da sociedade”.

⁴ Manifesto : Disponível em: <http://www.pt.org.br/pt25anos/anos80/documntos/80_manifesto. Acesso em: 27.agosto de 2008.

§.8: “O PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas [...] Lutará por sindicatos independentes do Estado, como também dos próprios partidos políticos”.

§.9: “O Partido dos Trabalhadores pretende que o povo decida o que fazer da riqueza produzida e dos recursos naturais do país [...] Para isso é preciso que as decisões sobre a economia se submetam aos interesses populares [...] para que se efetive o poder de decisão dos trabalhadores sobre a economia e os demais níveis da sociedade”.

§.10: “...a Nação é o povo e, por isso, sabe que o país só será efetivamente independente quando o Estado for dirigido pelas massas trabalhadoras. É preciso que o Estado se torne a expressão da sociedade, o que só será possível quando se criarem condições de livre intervenção dos trabalhadores nas decisões dos seus rumos. Por isso, o PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores [...] O PT manifesta sua solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo”.

O presente manifesto, aprovado pelo Movimento Pró-PT, em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion (SP), e publicado no Diário Oficial da União de 21 de outubro de 1980, consolidou o cunho socialista do PT, seus ideais de mudança, através de debates e decisões políticas. Essa ideia pode ser encontrada no 1º parágrafo do manifesto no qual o partido coloca-se como representante da vontade de milhões de brasileiros. Esses cidadãos representados pelo partido, nos diversos cargos legislativos e executivos, em âmbito municipal, estadual e nacional, são os que não têm “voz” no nosso sistema político ou só são ouvidos no momento das eleições, são os excluídos do sistema capitalista; o partido em seu manifesto se diz oriundo desse grupo e o representa. O PT se apresenta como a força autônoma dos trabalhadores contra qualquer forma de autoritarismo, repressão, exploração e ameaças à maioria da sociedade, seja no campo ou nas cidades.

II.3 O discurso político-religioso

Podemos afirmar que não há política sem discurso. Por discurso entendemos todo o processo, toda ação que visa dar sentido real, ou seja, é uma tentativa de fixar sentidos, sempre condizentes. Os discursos se organizam de várias formas, isto é, existem vários tipos de discursos: científico, ecológico, literário, jurídico, político e religioso, entre outros. Ao mesmo tempo em que o discurso possui uma lógica própria, os diferentes discursos existentes dentro de uma sociedade também interagem e se completam. (Bittencourt, 2006, 105)

O discurso político está intimamente relacionado aos outros tipos de discursos mencionados e geralmente é produzido nos locais das atividades políticas, especialmente em campanhas eleitorais, nas quais dá a representação do político, aquele responsável pela relação de troca entre os diversos grupos que compõem uma sociedade. De modo geral, o discurso político está relacionado à “luta política”, pois o seu objetivo é construir a sua visão de mundo em oposição à do seu adversário. O discurso religioso por sua vez é um discurso de fé, tendo como base a mensagem ou a intervenção do sobrenatural, aqui entendido como uma força além ou fora da natureza. Esse tipo de discurso é próprio do especialista religioso, porém ele aparece constantemente articulado ao discurso político, que o utiliza de maneira direta ou indireta, construindo uma dinâmica em prol de seus objetivos e interesses.

O discurso político-religioso é construído de acordo com a época e com as necessidades. Nesse novo momento de transformações na sociedade brasileira, os pentecostais da terceira onda misturam, em seus discursos, o sagrado e o profano, o tradicional e o moderno, os acontecimentos locais e transnacionais, ocorrendo uma secularização do capital religioso. O discurso com o cunho religioso prepara muito mais do que enunciados abertamente políticos, pois tendo como pano de fundo a religiosidade atende a todas as classes sociais, servindo tanto para as elites quanto às categorias populares sociais empobrecidas para contornar os choques dos ajustes estruturais.

A Universal trabalha uma nova relação que transfere o capital religioso para o cenário político, trazendo para este campo uma construção da sua representação política através de elementos doutrinários apresentados anteriormente. O discurso transmite a sua visão religiosa e reproduz uma linguagem comum à que seus fiéis ouvem nos cultos, fazendo dos candidatos apoiados por elas os homens “escolhidos de Deus”. “Para além de seu modo de expansão, o sucesso da Igreja Universal e sua importância para compreender a nova religiosidade hoje – vem do fato de a fé professada deixar transparecer uma nova concepção de mundo, segundo a qual o dinheiro e a política apresentam uma estranha mescla de vulgaridade e de sagrado” (Oro/Corten/Dozon, 2003, 40).

Os discursos político-religiosos proferidos pelos membros da IURD, especialmente os “políticos de Cristo”, e citados nos meios de comunicação de massa, em obras e artigos publicados e nos editoriais da própria Universal, servirão de parâmetro para a interpretação e compreensão de como ocorreu a transferência do capital religioso para o campo político.

II.3.1 IURD e o demonstrativo do discurso em prol do Partido dos Trabalhadores

O deputado federal Carlos Alberto Rodrigues Pinto, o Bispo Rodrigues, que era um dos homens mais fortes da Igreja, foi o articulador da aliança entre a IURD/PL e o PT. Rodrigues sempre gozou de muito prestígio dentro da Universal, já que era membro da mesma, desde sua fundação. Homem de confiança de Macedo, foi designado para a coordenação política da IURD. Portanto começam-se as apresentações de alguns discursos proferidos por ele, que justificaram a aliança, apontando que o Partido dos Trabalhadores, desde a sua fundação, tinha como bandeira lutar contra todas as formas de corrupção e injustiças sociais, propósitos que combinavam com os ideais cristãos defendidos pela sua Igreja, como pode ser apurado na sua declaração ao jornal do Brasil em 13/10/2002:

“Todos estão cansados de ideologias. A população quer saber como serão resolvidos os problemas do transporte, educação, saúde, como será reduzida a miséria. Por isso vamos adotar uma nova forma de fazer política. Trata-se do socialismo de resultados (apud. Oro/Corten/Dozon, 2003, 287).

A declaração do bispo aponta a frustração dos evangélicos com o governo vigente, do então presidente Fernando Henrique Cardoso e a necessidade da mudança de postura, o que levaria seu grupo a ficar do lado da esquerda, alegando que essa, representada pelo PT, era um socialismo de resultados e práticas concretas e não de utopias. Ainda dentro desse quadro de frustração e/ou decepção com seu antigo aliado de centro direita (PSDB) o bispo destaca nas páginas de seu livro: *A igreja e a Política*, os seus pensamentos:

“Faz-se necessária uma grande reforma espiritual da vida do povo brasileiro (...) é papel da Igreja do Senhor Jesus Cristo anunciar a verdade, doa a quem doer e cobrar das nossas autoridades a prática dos princípios éticos e morais do nosso povo, de acordo com a própria Carta Constitucional do País” (apud. Oro/Corten/Dozon, 2003, 292).

Em outra ocasião, novas declarações do bispo Carlos Rodrigues deixaram bem claro o rompimento da IURD com seu antigo parceiro, como registrado respectivamente no Jornal do Brasil em 29/10/2001 e no Jornal Folha Universal, n.302, de 18/01/1998:

“Os espíritos que atuam na política são os espíritos dominadores, os príncipes das trevas” / “O diabo está alojado dentro do Congresso Nacional, criando leis injustas e erradas. A maioria dos políticos está a serviço de Satanás” (apud. Oro/Corten/Dozon, 2003, 294).

A campanha política para as eleições presidenciais de 2002 apresentou novas perspectivas políticas da Universal. O jornal Folha Universal de 25/07/2000 transcrevia em suas páginas a importância do homens de Deus na direção do nosso país e em 06/08/2000, no mesmo jornal, o Bispo Carlos Rodrigues diz sua opinião sobre um possível presidente evangélico:

“A Igreja do Senhor Jesus precisa se conscientizar de que precisamos de homens de Deus no governo, nos órgãos administrativos e na direção de nosso País” (apud. Burity/Machado, 2005, 29).

“Não basta ter um presidente evangélico, porque um presidente não faz nada sozinho, mas que os ‘evangélicos’ deveriam ocupar todo os escalões do governo”(apud. Burity/Machado, 2005, 48).

Assim, concretizava-se em 2002, o apoio à candidatura do petista Luis Inácio Lula da Silva, sobretudo no segundo turno, quando a IURD já tinha conquistado uma cadeira no Senado da República, com o bispo Marcelo Crivella do Rio de Janeiro, sobrinho de Edir Macedo, que havia somado mais 3 milhões de votos, além de eleger dezesseis deputados federais egressos da própria Igreja. Rodrigues disse a Rádio CBN:

“Temos a obrigação de entrar de cabeça na campanha do Lula. Nossos deputados, agora que já estão eleitos, devem se empenhar em mobilizar as suas bases, na esperança de que ele faça um governo voltado para os pobres (apud. Oro/Corten/Dozon, 2003, 300)

Essa aproximação entre IURD/PL e PT, entretanto, já podia ser observada nas eleições municipais de 2000 em Porto Alegre, quando a Igreja apoiou o então candidato petista Tarso Genro. Em discurso proferido no programa eleitoral da Frente Popular (coligação PT, PCdoB, PC, PSB) coligação que aceitou apoio explícito de líderes de religiões durante o segundo turno, o Bispo Rodrigues, ao lado do pastor e deputado federal Paulo Gouvea PL/RS, eleito em 1998 (pelo PTB), deu o seguinte depoimento:

“Por causa dos seus projetos sociais e também da sua ética em governar, você, evangélico, vote em quem governa com ética. Vote em Tarso Genro” (apud. ORO, 2001, 19).

Com a coligação concretizada cabia aos pastores “conduzirem” os fiéis para as eleições, aconselhando os mesmos a tomarem as decisões com o pensamento em Deus para que o mesmo guiasse sua escolha. A IURD conclama seus fiéis a participarem da política para vencer satanás, como pode ser aferido do discurso do Bispo Alfredo Paulo, durante um culto no dia 22/09/2002, em Porto Alegre:

“Não votem nos políticos que estão a serviço de satanás, que não querem que a obra de Deus prospere (...) Assim, como o senhor disse a Moisés: levanta a tua vara, estende a mão sobre o mar, e o Mar Vermelho se abriu, assim também nós vamos apertar os números na urna eletrônica com o nosso cajado e vamos abrir o mar do Evangelho, elegendo os homens de Deus que vão trabalhar para a obra de Deus” (apud. Oro, 2004, 59).

Os discursos que antecederam a aliança com o Partido dos Trabalhadores já apontavam para a busca de um presidente comprometido com a justiça social e oriundo do povo, como pode ser observado nas entrelinhas do discurso do líder máximo da IURD, Edir Macedo, em destaque na folha *Universa* de 05/11/1995 (p.8):

“A política é exercida por cidadãos, e estes compõem a Igreja. Não dá para separar. O que desejamos é que os Presidentes do Brasil e de outros países sejam pessoas verdadeiramente cristãs e comprometidas com a justiça social” (apud. Burity/Machado, 2005, 50)

O discurso de Macedo ocorreu logo após as eleições de 1994, quando a Igreja, apoiou o candidato do PSDB, Fernando Henrique Cardoso. Nesse mesmo ano, a *Universal* passava por dificuldades internas com escândalos envolvendo a Receita Federal. Esse tipo de discurso já demonstrava a decepção que a cúpula da IURD tinha em relação ao apoio maciço que dera anos antes ao candidato Fernando Collor de Mello, que sofrera o processo de *impeachment*, devido a várias denúncias de lavagem de dinheiro e corrupção. Os discursos também visavam uma tentativa de desviar o foco das denúncias que seus líderes estavam sofrendo. O pastor Jorge Boaventura, candidato da IURD ao senado em 1994, expressou os seus sentimentos que foram transcritos na *Folha Universal* de 28/08/1994:

“Sou o primeiro a reconhecer que todos temos boas razões para estarmos magoados com os políticos, que têm descumprido com seus deveres, que têm escarnecido do sentido profundo da mensagem do evangelho. Tudo quanto é deboche, devassidão, lascívia, luxúria e ganância é rotulado de uma forma generosa” (apud. Burity/Machado, 2005, 52).

Durante a campanha presidencial de 1994, o bispo Carlos Rodrigues, também demonstrou a sua decepção com o ex-presidente Collor, e assumiu o erro e o desejo de corrigi-lo, em resposta a uma entrevista à Folha Universal de 10/07/1994:

“Ele [Collor] fez uma promessa não ao povo evangélico especificamente, mas a todo o povo brasileiro. E ele traiu a toda a Nação brasileira quando não cumpriu o prometido (...) que Deus tenha misericórdia dele e de todas as pessoas que ele destruiu (...) A verdade é que ele foi apoiado porque era o único a fazer frente ao desconhecido (...) A democracia nos dá condições de reparar erros do passado” (apud. Burity/Machado, 2005, 52).

A “correção” do erro veio por meio dessa nova postura política da IURD, que consolidou sua aliança com o Partido dos Trabalhadores e apoiou o antigo desafeto Lula, nas eleições presidenciais de 2002. O Bispo Rodrigues declarou à Folha Universal, n.550, de 19/10/2002, que os parlamentares da IURD reafirmavam seus compromissos pela ética em benefício dos mais pobres:

“Meu compromisso é manter a ética, cumprindo meu mandato em favor dos pobres e da nação. Quero combater a corrupção, lutar pela proteção do meio ambiente, pela reforma tributária, pela melhor distribuição de renda, partilha da terra, diminuindo a injustiça social” (apud. Burity/Machado, 2005, 129).

Essa declaração do bispo aproxima-se muito das palavras presentes nos discursos oposicionistas dos petistas da época, que criticavam os pontos fracos do governo tucano, especialmente o desemprego e o aumento da miséria. Outro dado que merece destaque é que termos como “distribuição de renda” e “partilha da terra”, utilizados nas declarações de Carlos Rodrigues, representante político da IURD, que estavam mais próximos do Manifesto de esquerda do Partido dos Trabalhadores que do Manifesto de direita do seu parceiro, o Partido Liberal.

A construção dessa nova sociedade representaria a vitória na “guerra espiritual” travada entre os “homens de Deus” e o Diabo, que influenciava na conduta dos maus políticos, que não querem que a obra de Deus prospere. Com esse discurso, os fiéis da IURD não participaram da eleição apenas como um ato de cidadania, mas como “soldados de Cristo” nessa batalha, onde prevalece a crença de que as “forças do mal” devem ser derrotadas. Para alcançar a vitória nessa guerra e fazer a obra de Deus prosperar, a Igreja assumiu de vez o apoio a Luiz Inácio Lula da Silva, especialmente no segundo turno das

eleições presidenciais de 2002, já que o discurso do petista e dos iurdianos afinavam-se, quando o assunto era a ética na política e a justiça social.

II.4 Conclusão

A Universal revelou ao longo da sua trajetória política uma significativa capacidade de transferir o seu poder religioso para o plano político, baseando-se em uma organização centralizadora, que direciona os seus seguidores a votarem de acordo com as crenças que o grupo acredita em conjunto com os interesses da instituição. O perfil político da IURD foi condicionado de acordo com o seu próprio padrão disciplinador, que a aproxima muito de ideologias de partidos de direita, como foi o caso do PL, um casamento perfeito, que rendeu aos dois grupos ótimos frutos. Por outro lado, a história e as ideologias apontaram que a união entre IURD e PT, na eleições de 2002, seria uma aliança surpreendente, justificada com os discursos que apontavam, naquele contexto, a existência de muitos pontos em comum entre os objetivos políticos da Igreja e as propostas políticas do PT, o então principal oponente do governo vigente.

O Partido dos Trabalhadores, que foi oriundo do engajamento católico da libertação durante as décadas de 1960 e 1970, traz, nas suas raízes, o desejo por mudanças na sociedade brasileira. Tais objetivos políticos apresentavam a necessidade de um governo voltado para os pobres, para as justiças sociais, para a moralização e a ética da esfera pública. Essas propostas coincidiam com os objetivos iurdianos, que desejavam expulsar do Congresso Nacional os maus políticos, influenciados pelo demônio.

A trajetória política da IURD serviu de exemplo para outras igrejas, principalmente do ramo pentecostal, que se engajaram no campo político. Hoje, no Brasil, os evangélicos tornaram-se uma força política muito importante, um grupo que cresceu muito nas últimas décadas e marcou presença no cenário político; mais do que participar como ato de cidadania esse grupo fez política em nome da fé.

Capítulo III

Religião e Poder: um olhar teórico e histórico

As relações entre religião e política existem desde primórdios da história e muitas vezes foram motivos de questionamentos. A religião em outrora justificava os Estados Teocráticos que dominavam os súditos e ao mesmo tempo uniam as pessoas dando origem às grandes civilizações. Hoje, o assunto volta a ganhar destaque com os grupos religiosos, entre eles os neopentecostais, que, no Brasil, vêm ganhando espaço no campo político.

Este capítulo irá apresentar uma visão teórica e histórica da relação entre o poder religioso e o poder político, que auxiliará na interpretação do que ocorrerá no capítulo final: a relação representada respectivamente pela Igreja Universal do Reino de Deus e o Partido dos Trabalhadores. A função do capítulo é de apresentar uma visão a respeito do poder da religião dentro de uma sociedade e a atração que esse poder exerce sobre outro grupo também poderoso que é o governo constituído. Essa aproximação entre dois grupos gerou e gera uma força que ambos saem beneficiados como já foi detectado ao longo da história nas mais diferentes sociedades; e também causou tensões sociais, que culminaram em conflitos e cismas.

O conteúdo deste capítulo terá como base o resumo dos teoremas de Pierre de Bourdieu (1990 e 2007) e algumas inclusões dos teoremas de Rodney Stark e William Sims Bainbridge (2008), cujo trabalho é uma teoria da escolha racional. Assim, o capítulo servirá de apoio para a construção de uma interpretação sobre a aliança entre a IURD e o PT, foco deste trabalho.

III.1. Apresentação dos campos

Uma sociedade é formada por diversas especialidades culturais, ou seja, indivíduos ou grupos que dominam as explicações de uma determinado campo. Para uma compreensão das relações de poder entre a religião e a política será apresentada primeiramente, uma definição teórica de cada um dos campos em destaque neste trabalho de pesquisa.

III.1.1 Campo Religioso

O campo religioso traz como abordagem principal a crença, que é instituída na religião e está relacionada ao sobrenatural, que refere-se a forças além ou fora da natureza e é gerida por uma instituição que a organiza. O campo religioso envolve o comportamento individual e coletivo e é organizado por meio de instituições, que são formadas por indivíduos que comungam e partilham da mesma crença.

A concepção do campo religioso, em termos de campo de força, é composto por agentes especializados geralmente identificados como sacerdotes; por leigos, geralmente identificados como fiéis ou adeptos e o profeta. Segundo Pierre de Bourdieu, o “profeta enquanto encarnação típica do agente inovador e revolucionário que expressa, mediante um novo discurso e por uma nova prática, os interesses e reivindicações de determinados grupos sociais (Bourdieu, 2007, XXV).

O sacerdote, que foi denominado na obra de Stark e Bainbridge (2008), como o “especialista religioso”, tem a função, dentro do campo religioso, de controlar as trocas entre os homens e os deuses, numa determinada sociedade, direcionando-os. Nesse processo, os indivíduos podem oferecer, para os deuses, recompensas materiais, psíquicas e comportamentais, tais como dízimos, orações e obediência a preceitos, geralmente impostas pelos especialistas que transmitem a vontade divina. As recompensas comportamentais podem influenciar no surgimento de normas que determinam qual comportamento é esperado ou proibido em várias circunstâncias.

Outro elemento importante, dentro do campo religioso, é a tradição, que geralmente envolve um ritual e é a parte da estrutura social de um grupo religioso. Esse ritual é comandado por especialistas, ou “guardiões”, pois a tradição envolve uma “verdade formular”, à qual apenas algumas pessoas têm acesso. Esses guardiões têm muita importância dentro da tradição, porque se acredita que sejam agentes, ou mediadores essenciais, de seus poderes causais. O status, na ordem tradicional, mais do que a “competência”, é a principal característica do guardião. As tradições seculares consideram-nos como aquelas pessoas relacionadas ao sagrado; os líderes políticos falam a linguagem da tradição quando reivindicam o mesmo tipo de acesso à “verdade formulada” (Giddens, 1996, 34).

III.1.2 Campo Político

A prática política seria o processo de transformações de relações sociais produzidas mediante certos instrumentos políticos, dentre os quais um dos principais é a ideologia, que é uma forma de produção política, uma vez que esta última remete às ideologias mediante as quais ela se expressa e concretiza sua existência (Bourdieu, 2007, XLV). Sendo assim, prática política e prática ideológica acham-se estritamente imbricadas.

Dentro dessa leitura, o político é aquele especialista que se dedica à negociação das relações de poder entre os grupos existentes na sociedade. Uma estratégia utilizada para manutenção do poder em suas mãos é a coerção, que consiste na força que emana da soberania do Estado, que detém o monopólio dos meios culturais de coerção dando, assim, aos políticos, um destaque diferenciado, pois eles adquirem poder, ou o grau de controle sobre as trocas que movimentam uma sociedade.

Dessa forma, devemos distinguir o “político” e a “política”. A “política” refere-se ao conjunto de práticas, discursos e instituições que buscam estabelecer uma certa ordem e organizar a coexistência humana em condições que são sempre potencialmente conflitivas, porque são afetadas pela dimensão do político (Burity/Machado, 2005, 22).

Bourdieu ainda aponta que para participar do campo político, o político deve estar preparado com a aquisição de saberes como teorias, problemáticas, conceitos, tradições, histórias e dados sociais, produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado ou das capacidades mais gerais tais como o domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política, a do tribuno, indispensável nas relações com os profanos, ou a do debater, necessária nas relações entre profissionais (Bourdieu, 1989, 169/apud. Zeni, 2006, 14).

III.2 A teoria das trocas simbólicas

Para o entendimento de como todos os campos aproximam-se e relacionam-se dentro de uma sociedade, destaca-se a teoria das trocas, que será aplicada aos dois campos, religioso e político, em destaque nesse trabalho. Segundo a obra de Stark e Bainbridge (2008), as relações surgem da busca que as pessoas fazem para alcançarem o que percebem ser recompensas e evitam aquilo que entendem como custos. “As recompensas e os custos

são complementares: uma recompensa perdida ou não obtida equivale a um custo, e um custo evitado equivale a uma recompensa” (Stark/Bainbridge, 2008, 38).

As recompensas são definidas como aquilo que traz satisfação, alegria e prazer; como são “consumíveis”, logo ocorre a necessidade da obtenção de novas recompensas, que nem sempre estão disponíveis. Algumas recompensas desejadas são limitadas, pois são distribuídas de maneiras diferentes para os indivíduos ou grupos, obedecendo, entre outros fatores, às questões geográficas, culturais ou à habilidade para realizar determinada tarefa. “Recompensas que existem de maneira limitada tendem a ser monopolizadas pelas pessoas e grupos mais poderosos, tornando-se, assim, relativamente indisponíveis aos demais” (Stark/Bainbridge, 2008, 44). Essa dificuldade para obtê-la, ou mesmo sua escassez, dá origem aos problemas, que requerem investimentos (custos) específicos para serem resolvidos; além de produzirem a sensação de frustração e abrirem espaço para os compensadores, que seriam substitutos para as recompensas e têm o papel de confortar e “garantir” recompensas futuras, um conceito chave para a teoria da religião.

Para solucionar esses problemas, os seres humanos procuraram explicações sobre como as recompensas podem ser obtidas e os custos enfrentados, passando a confiar em outros para obterem as explicações necessárias, pois “muito do que desejamos só pode vir de outra pessoa, seja uma recompensa afetiva ou maçãs [...] Na busca por recompensas, os seres humanos trocaram recompensas uns com os outros” (Stark/Bainbridge, 2008, 38). As pessoas também passam a buscar compensadores que se apresentam em abundância principalmente na vida religiosa, dando a ela um poder de “troca”, fazendo com que o especialista religioso torne-se um importante agente dentro do sistema cultural.

O especialista político vê na religião uma importante ferramenta para manter o sistema estabelecido; muitos especialistas religiosos, para conquistarem o monopólio religioso, formaram uma aliança com o Estado, elaborando teorias teológicas que justificam o domínio e a forma de governo vigente. A religião é uma especialidade cultural; a tradição e os ritos que a compõem acabam gerando uma coesão social, fator fundamental para a organização de um Estado.

Os grupos que detêm o “poder” podem traçar alianças a fim de se fortalecerem. Uma aliança é uma relação contínua entre pessoas ou grupos, na qual cada um contribui para o poder de que o outro desfruta através de trocas com partes terceiras. Assim, quem detém as recompensas desejadas, as explicações ou os compensadores controla as taxas de

troca, o que define o poder dentro da sociedade. O poder de um grupo sobre os outros dá origem às classes sociais que compõem uma sociedade ou um sistema cultural.

Nessa relação de trocas não podemos apontar a religião como submissa ao poder político pois, independente do grau de poder que indivíduos ou grupos possuam, eles tendem a aceitar os compensadores religiosos em troca de recompensas que não existem nesta vida. Stark (2004) destaca que, em alguns aspectos, todos são privados de algo e têm motivo para serem religiosos; já que todo mundo enfrenta a morte, doutrinas do pós-morte têm um apelo para todos. No entanto, tal formulação gera uma problemática, já que parece não depender da ação dos produtores religiosos e dos contextos históricos e culturais, opondo-se ao pressuposto de que a “condição humana confere-nos uma necessidade permanente” de recompensas sobrenaturais, questionando a existência de uma religiosidade intrínseca aos seres humanos. Dessa forma, as trocas que envolvem custos e compromissos de longo prazo, com vistas à obtenção de recompensas, implicam-se em riscos, já que estas não podem ser efetivamente demonstradas (Mariano, 2008, 2).

III.2.1 A relação de poder entre religião e política

Segundo Bourdieu, o campo religioso cumpre uma função externa de legitimação da ordem estabelecida na medida em que a manutenção da ordem simbólica contribui diretamente para a manutenção da ordem política (Bourdieu, 2007, 69). Isso é possível, em primeiro lugar, porque a autoridade do especialista religioso e a força temporal que as diferentes instâncias religiosas podem mobilizar, em sua luta pela legitimidade religiosa, dependem diretamente do peso dos leigos por elas mobilizadas na estrutura das relações de força entre as classes; e, em segundo lugar, (em consequência), a estrutura das relações objetivas entre as instâncias que ocupam posições diferentes nas relações de produção, reprodução e distribuição de bens religiosos, tende a reproduzir a estrutura das relações de força entre os grupos ou classes, pela subversão da ordem simbólica (Bourdieu, 2007, 70).

A igreja contribui para a manutenção da ordem política, ou melhor, para o reforço simbólico das divisões desta ordem, pela consecução de sua função específica, qual seja a de contribuir para a manutenção da ordem simbólica: (I) pela imposição e inculcação dos esquemas de percepção, pensamento e ação objetivamente conferidos às estruturas políticas e, por esta razão, tendentes a conferir a tais estruturas a legitimação suprema que é a “naturalização”, capaz de instaurar e restaurar o consenso

acerca da ordem do mundo mediante a imposição e a inculcação de esquemas de pensamento comum, bem como pela afirmação ou pela reafirmação solene de tal consenso por ocasião da festa ou da cerimônia religiosa, que constitui uma ação simbólica de segunda ordem que utiliza a eficácia simbólica dos símbolos religiosos com vistas a reforçar sua eficácia simbólica reforçando a crença coletiva em sua eficácia; (II) ao lançar mão da autoridade propriamente religiosa de que dispõe a fim de combater, no terreno propriamente simbólico, as tentativas proféticas ou heréticas de subversão da ordem simbólica (Bourdieu, 2007, 70).

Uma estratégia utilizada pelos especialistas políticos para manter o poder em suas mãos é a coerção, que consiste na força que emana da soberania do Estado, sendo capaz de impor respeito à norma estabelecida, como ameaçar para infligir altos custos aos outros, impondo, assim, sobre os súditos, razões de troca que estão abaixo do valor de mercado; em outras palavras, o negociador não escolhe como fazer a troca. O poder do Estado pode ser fortalecido se o mesmo tiver o apoio e/ou uma aliança com o campo religioso. Stark e Bainbridge (2008) definem que uma aliança é uma relação contínua entre pessoas ou grupos, na qual cada um contribui para o poder de que o outro desfruta através de trocas com partes terceiras, fator preponderante para entender as relações entre os grupos.

Esse benefício que a religião traz para o Estado, com a formação de alianças, pode ser observada também na teoria de Max Weber, na interpretação realizada por Pierre de Bourdieu:

Em plano mais profundo, chega a construir o sistema de crenças e práticas religiosas como a expressão mais ou menos transfigurada das estratégias dos diferentes grupos de especialistas em competição pelo monopólio de gestão dos bens de salvação e das diferentes classes interessadas por seus serviços. Neste ponto, Weber está de acordo com Marx ao afirmar que a religião cumpre uma função de conservação da ordem social contribuindo, nos termos de sua própria linguagem, para a “legitimação” do poder dos “dominantes” e para a “domesticação dos dominados”. E ademais, Weber nos fornece os meios de escapar à alternativa simplista de que são produtos suas análises mais duvidosas, ou seja, à oposição entre a ilusão da autonomia absoluta do discurso mítico ou religioso e a teoria reducionista que torna esse discurso o reflexo direto das estruturas sociais (Bourdieu, 2007, 32)

Nessa perspectiva, Max Weber observa, na gênese histórica, assim como Stark e Bainbridge, a existência de especialistas culturais que possuem uma autonomia relativa, pois um é dependente do outro para o fortalecimento do seu campo.

A ideologia religiosa produz uma forma elementar da experiência da necessidade lógica que o pensamento analógico engendra pela unificação de universos separados. A contribuição mais específica da Igreja (e geralmente da religião) para a manutenção da

ordem simbólica reside na transmutação para uma ordem lógica a que ela sujeita a ordem política exclusivamente através da unificação das diferentes ordens. Assim, o efeito de absolutização do relativo e de legitimação do arbitrário é produzido não somente pela instauração de uma correspondência entre a hierarquia cosmológica e a hierarquia social ou eclesiástica mas também e, sobretudo, pela imposição de um modo de pensamento hierárquico que, por reconhecer a existência de pontos privilegiados tanto no espaço cósmico como no espaço político, “naturaliza” (Bourdieu, 2007, 71).

Não pode-se, porém, classificar a religião como submissa ao poder político, porque essa relação só é possível graças ao poder simbólico, constituído pelo sagrado, que só o campo religioso possui. Assim, essa relação entre o político e o religioso não é simétrica. “Uma revolução simbólica supõe sempre uma revolução política, mas a revolução política não basta por si mesma para produzir a revolução simbólica (Bourdieu, 2007, 77).

III.2.2 Religião e política na história

A partir de uma interpretação sobre a estrutura das relações entre o campo religioso e campo político da teoria de Pierre de Bourdieu, compreende-se como essas ocorreram com um breve panorama histórico.

O papel da religião dentro das mais diferentes sociedades sempre atraiu outras especialidades culturais, como por exemplo, os políticos. Esse fator contribuiu para quebrar o paradigma de que a religião declinaria ao longo do tempo com o avanço das ciências, o que perpetuou-se durante muito tempo nas mais diversas correntes sociológicas; empiricamente foi provado o contrário. Nas últimas décadas, no Brasil, por exemplo, esse fato pode ser provado já que a adesão religiosa cresceu muito, especialmente nos grandes centros urbanos, onde a modernização que estabelece padrões mais racionais deu a ideia oposta a essa questão. Entretanto, as denominações religiosas multiplicaram-se e ganharam mais poder social, justamente nos grandes centros urbanos, especialmente nos países subdesenvolvidos como o Brasil, onde as diferenças sociais afloram-se e a religião aparece como uma fornecedora de recompensas e compensadores para aliviar o sofrimento dos excluídos.

A religião, de fato, pode ser altamente adaptável às sociedades humanas. Pode-se buscar na história alguns exemplos das alianças entre religião e Estado, que ocorreram em diferentes momentos e em diferentes sociedades ao longo da história. Partiremos da

formação dos povos mesopotâmicos, todos politeístas, onde os reis eram representantes dos deuses e também o Estado teocrata egípcio, onde o faraó era considerado um “deus vivo”. No processo evolutivo chegaremos à Antiguidade Clássica, na qual, surge o henoteísmo e novas formas de governo como a Democracia Ateniense e a República Romana. Ao longo desse processo surgiram as religiões monoteístas, que também estão intimamente ligadas ao poder do Estado, quando não se tornaram o “próprio estado”, como o poder espiritual e temporal exercido pela Igreja Católica ao longo da Idade Média europeia ou a unificação árabe com o surgimento do islã.

Na Europa Medieval, a Igreja organizada, segundo uma hierarquia complexa, utilizava uma linguagem quase desconhecida do povo e detinha o monopólio do acesso aos instrumentos do culto, textos sagrados e principalmente dos sacramentos. A estrutura hierárquica da Igreja: Papa, Cardeais, Arcebispos, Bispos e baixo clero se aproximava-se muito da estrutura do mundo político: Imperador, Príncipes, Duques e vassallos (Bourdieu, 2007). Essa correspondência unifica campos separados. Anos depois, na mesma Europa, ocorreu a centralização política nas mãos dos reis absolutistas; estes foram ainda mais fortalecidos com a teoria do direito divino.

Nessa retrospectiva histórica, não se pode deixar de citar Martinho Lutero (século XVI), pois sua teologia trazia consigo duas implicações políticas: a primeira era a indignação com a cobrança de indulgências e a outra é que ele assumia um claro compromisso de repudiar a ideia segundo a qual a Igreja possuía poderes de jurisdição e, por isso, detinha autoridade para dirigir e regular a vida cristã. Essa objeção de Lutero à posição social e aos poderes da Igreja Católica, levaram-no a repudiar toda e qualquer pretensão das autoridades eclesiásticas a exercer jurisdição sobre os assuntos temporais. As ideias de Lutero conquistaram a simpatia da elite política; se a Igreja estivesse fora dos assuntos mundanos, o poder deste grupo seria fortalecido. A nova Igreja que nascia tinha laços estreitos com as autoridades do reino da terra, além de determinar que estas podiam exercer seu domínio, inclusive sobre a própria Igreja. Na obra de Skinner (1996), podemos destacar um trecho que aponta essa aliança:

Esse engajamento político de Lutero leva sua análise do poder dos príncipes a dividir-se em duas direções. Antes de mais nada, ele insiste em que o príncipe tem o dever utilizar segundo a fé religiosa os poderes que Deus lhe concedeu, acima de tudo, para “dar ordens no rumo da verdade”. A exposição mais importante desse tema ocupa a parte conclusiva do tratado da Autoridade temporal. O príncipe “deve devotar-se realmente” aos seus súditos. Não apenas é sua obrigação defender a

verdadeira religião junto a eles, mas também “protegê-los e conservá-los em paz e abundância”, e “tomar para si as necessidades dos súditos, lidando com elas como se fossem suas próprias necessidades (Skinner, 1996, 298).

Na verdade, Lutero não acreditava que os príncipes e nobres de seu tempo tinham recebido educação que os capacitasse a cumprir essas tarefas, porém, em sua teoria, ninguém deveria agir erradamente, nem os príncipes, nem os seus súditos. A nova teoria de Lutero e as doutrinas sociais e políticas que derivaram dela, em pouco tempo, obtiveram a aceitação oficial numa vasta área da Europa do Norte e não resta dúvida de que a principal influência da teoria política luterana nos primeiros tempos da Europa Moderna se fez sentir no incentivo à emergência das monarquias absolutistas unificadas e na legitimação desses regimes. As doutrinas de Lutero revelaram-se tão úteis para esses propósitos que seus argumentos políticos acabaram repetidos até mesmo pelos maiores defensores católicos do direito divino dos reis. Assim, pode-se dizer que os importantes textos políticos de Lutero foram destinados a exercer extraordinária influência na história.

Posteriormente ocorreu, em diversas sociedades, a separação oficial entre Estado e religião, suprimindo-a o quanto fosse necessário para impedi-la de tornar-se uma rival de sucesso. Nessa relação de troca não devemos imaginar a religião como meramente uma ferramenta do Estado; a teoria busca entender a origem da relação entre religião e Estado, o que não significa apontar que ao longo da história não ocorreram várias rupturas entre Estado e a religião, ou o afloramento de novos grupos religiosos que não concordavam com as normas estabelecidas.

III.2.3 As rupturas, os cismas e a tensão social

A aliança entre o Estado constituído e o grupo religioso que detém o monopólio dentro de uma sociedade sofreu, ao longo da história, nas mais diferentes sociedades, crises causadas por diversos fatores, que culminaram em cismas religiosos dando origem a novos grupos denominados “seitas”. Os cismas ocorrem dentro de igrejas definidas como uma organização religiosa convencional intimamente ligada ao Estado, que aceita o ambiente social em que se localiza ou se adapta ao mesmo, através de movimentos religiosos dentro da própria instituição. Esses movimentos religiosos podem ser definidos como movimentos sociais que desejam causar ou impedir mudanças no quadro religioso existente.

Por outro lado, as “seitas” são grupos religiosos que divergem da opinião geral do grupo do qual faziam parte, formando um novo grupo que carrega consigo um alto grau de tensão (conceito psicológico que se refere a um estado de infelicidade) com o ambiente sócio-cultural em que elas estão inseridas, devido ao abandono das tradições e normas culturais estabelecidas. O grau de tensão gerado pelo desvio causa às seitas custos elevados para a sua organização, desde dificuldades em estabelecer parceiros de trocas, punições com custos especiais, o que pode gerar, muitas vezes, o fim da seita ou um novo desmembramento, para originar outra seita. O termo “seita” é um conceito. “Os conceitos isolam e identificam fenômenos. No entanto, não existem conceitos verdadeiros ou falsos. Eles são definições que identificam categorias abstratas, cuja função é delimitar uma classe de fenômenos semelhantes” (Stark/Bainbridge, 2008, 20).

A definição do conceito de seita pode auxiliar na classificação futura do objeto de estudo desse trabalho: a IURD, pois ela nasceu de uma série de cismas, tendo como questões motivadoras não apenas as disputas teológicas, mas principalmente as disputas pelo poder ou até mesmo fatores externos causados por acontecimentos políticos, sociais ou naturais que geram desespero e perdas de recompensas.

Para crescer e superar os altos custos, as seitas necessitam de parceiros; para alcançar esse objetivo, os laços sociais de seus líderes têm um peso fundamental. O líder geralmente é alguém que já exerceu certo poder dentro da Igreja, tendo treinamento religioso, habilidade e carisma de organizar e focar os descontentes, direcionando-os para a organização do novo grupo. A credibilidade para que suas explicações tenham uma avaliação positiva é fundamental já que devem encontrar pessoas dispostas a investir em uma nova relação.

A teoria define, nessa ótica, que o poder do líder é positivamente associado com o controle de organizações religiosas e com o ganho de recompensas disponíveis. As pessoas mudarão para o novo grupo quando perceberem que podem obter a recompensa desejada a um custo relativamente mais baixo; o poder de um indivíduo ou grupo será negativamente associado à aceitação de compensadores religiosos, cujas recompensas sejam escassas, ou seja, pessoas poderosas simplesmente buscarão as recompensas materiais; pessoas menos poderosas tendem a aceitar compensadores que, por exemplo, garantam-lhes a recompensa que, se renunciarem de bens materiais nessa vida, obterão na outra. Pode-se chamar esta forma de compromisso religioso de sectária. Ainda o poder de um indivíduo ou grupo será positivamente associado ao controle de instituições religiosas

com a obtenção de recompensas disponíveis nessas organizações. Pode-se considerar essa forma de compromisso religioso como sendo próprio das igrejas. Independente de poder, pessoas e grupos tendem a aceitar compensadores religiosos em troca de recompensas que não existem nesta vida. Em alguns aspectos, todos são privados de algo e têm motivo para serem religiosos; já que todo mundo enfrenta a morte, doutrinas do pós-morte têm um apelo para todos, o que demonstra a forma universal do comprometimento religioso.

Os mecanismos específicos pelos quais os fundadores de seitas, sejam eles indivíduos ou pequenos grupos, atraem parceiros de troca e novos adeptos não é uma questão simples de ser analisada, pois a conversão entra no campo da psicologia em que ocorre uma mudança radical na vida do convertido. Para explicar essa questão, a teoria de Stark e Bainbridge (2008), trabalha com o termo filiação e seu ponto de partida é a tensão.

Para ter muita influência na sociedade externa, e até para sobreviver por um longo tempo, as seitas devem crescer logo após seu nascimento; para isso, volta a ganhar destaque o líder do grupo que deve distribuir o poder para outros membros para que haja o sucesso do movimento. As características iniciais e as primeiras conquistas do grupo tendem a estabelecer o padrão de sua história futura; para que as conquistas não sejam apagadas da memória, é fundamental o trabalho com o *revival*. Dentre as formas mais familiares do *revival*, estão os feriados religiosos regulares. Todo novo projeto tem um elemento de *revival*, no qual os indivíduos serão estimulados a reviverem a experiência da conversão e as recompensas a serem alcançadas (Stark/Bainbridge,2008).

A resistência e o crescimento da religião não têm como parâmetro as religiões tradicionais e sim uma força crescente em seitas que apresentam novas explicações adaptando-se à nova realidade. Os novos compensadores oferecidos pelos diversos grupos religiosos que se formaram e se formam a cada dia sofrem concorrência de outra fonte de recompensas como a política e a ciência, que têm um papel investigativo e avaliativo sobre novas ideias ou fenômenos oferecidos por ambos.

Outro fator que gerou rompimento entre o poder religioso e poder de Estado foram as profecias, pois o discurso profético tem maiores chances de surgir nos momentos de crise aberta envolvendo sociedades inteiras, no período em que transformações econômicas ou morfológicas determinam o enfraquecimento da tradição ou dos sistemas simbólicos (Bourdieu, 2007, 73). O autor destaca alguns exemplos desse rompimento na história:

Ao que tudo indica, a estrutura das relações entre o campo do poder e o campo religioso comanda a configuração da estrutura das relações constitutivas do campo religioso. Assim, no *Judaísmo Antigo*, Max Weber mostra que, conforme o tipo de poder político e conforme o tipo de relação entre as instâncias religiosas e as instâncias políticas, diversas soluções podem ser dadas à relação antagônica entre o sacerdócio e a profecia. Nos grandes impérios burocráticos como, por exemplo, Egito e Roma, a profecia é simplesmente excluída de um campo religioso estritamente controlado pela polícia religiosa de uma religião de Estado [...] Na Grécia, verifica-se um solução intermediária: o fato de que se tenha dado liberdade de exercer a profecia, embora restrita a um local bem delimitado, o templo de Delfos (Bourdieu, 2007, 73).

O profeta não é um homem de situações extraordinárias e tem a capacidade de mobilizar, através de seu discurso e carisma, os grupos e as classes que reconhecem sua linguagem, gerando rupturas dentro da sociedade.

De uma forma geral, a relação de homologia que se estabelece entre as instituições religiosas e o político, que contribui para a conservação da ordem política, não elimina as tensões e os conflitos entre os dois campos.

III.3 A religião e a sua relação com o poder na sociedade contemporânea

A religião e suas relações com o poder político ou estatal existem desde os primórdios das civilizações, nas mais diferentes sociedades. Para enquadrar o objeto de estudo que é um fenômeno contemporâneo na historicidade brasileira, deve-se complementar essa visão da religiosidade no contexto em que ela ocorre, isto é, na sociedade de transição entre os séculos XX e XXI.

A religião, como objeto de estudo na sociedade contemporânea, é interpretada por diferentes pontos de vista. Muitos autores ainda trabalham com a antiga, porém atualíssima definição de Émile Durkheim, elaborada no seu clássico *As formas elementares da vida religiosa*, que defende a tese de que a religião é um instrumento de coesão social (Durkheim, 1996). Outros autores questionam esta definição, chegando até mesmo ao antagonismo, como é o caso do já consagrado Antônio Flávio Pierucci (2006), que define o papel da religião como responsável pela dissolução de grupos sociais. Em seu ensaio, sustenta que hoje a força social da religião está na capacidade de dissolverem antigas pertencas e linhagens religiosas estabelecidas. Por outro lado, a sociedade contemporânea, que é diferente da sociedade tradicional estudada por Durkheim há mais de um século, apresenta um elemento que aproxima os dois períodos que é a tradição, característica fundamental para a coesão da sociedade, pois está associada ao rito, que está diretamente

ligado à religião. O estudo da religião, tendo como pano de fundo a sociedade contemporânea, torna-se algo muito complexo, com várias possibilidades de interpretação. Assim, opta-se pelo viés apresentado por Anthony Giddens (1996), que define a sociedade contemporânea como pós-tradicional.

Essa definição do momento atual em que vivemos é uma crítica direta à modernidade que, desde sua origem, em meado do século XV, apresentou-se como antítese ao tradicional, que se perpetuou durante todo o período medieval europeu, no qual a tradição proporcionava um horizonte de ação relativamente fixo baseado numa cultura teocêntrica. Segundo Giddens, a modernidade reconstruiu a tradição para fundamentar um novo tipo de ordem política e social, centrada no Estado, comandado por “autoridades legítimas”. Ele formula normas, leis e ideologias para manter a ordem legítima e a coesão social.

As ideias de tradição citadas anteriormente e o seu papel dentro da sociedade ficam muito próximos das teorias defendidas por Durkheim, nas quais a religião é dada como elemento fundamental para a coesão social. Diferentemente dos pensadores do século XIX, que observavam a religião de forma desconfiada, devido ao contexto do surgimento de novas ciências que apontavam que a vida social não precisava de Deus. Para Durkheim, “Deus” ou outros sinônimos dele compreendidos como sagrados e administrados pela religião são a própria sociedade ou elementos fundamentais para a compreensão da mesma.

A moral, um dos elementos presentes na religião, tem como característica definir as regras de convívio como obrigações. Os indivíduos que desobedecem a tais regras podem sentir-se constrangidos dentro do grupo social. A regra social para funcionar precisa de uma roupagem ou uma “sacralização”; nesse contexto entra a religião com o papel de utilizar e fundamentar tais normas morais com um caráter de solidariedade.

Pierucci, como outros cientistas, pode definir Durkheim como reducionista, porque ele não saiu dos limites da Sociologia. Entretanto, saindo em defesa do mesmo, não pode-se deixar de frisar que ele fez um trabalho excepcional para a sua época apresentando a religião, na sua visão positivista, como um fenômeno social, ou ainda a representação da própria sociedade, pois ela não lida apenas com o sobrenatural; ela é a própria construção da realidade quando define o comportamento da mesma.

A sociedade pós-tradicional apresentada no texto de Giddens aproxima-se bastante de uma definição apresentada na obra *Teorias da globalização*, chamada de “aldeia global” (Ianni, 2000), na qual os autores definem que a globalização é comandada por instituições universais, principalmente as ligadas ao campo econômico, ao mesmo tempo

em que decisões individuais em um local específico podem ter repercussões em vários locais do planeta. Nessa aldeia global, os componentes funcionam como engrenagem em uma grande máquina na qual cada um tem a sua função específica. As pessoas não são mais livres, são presas a outros fatores, a outro tipo de moral e regras, como eram os indivíduos estudados por Durkheim.

No contexto pós-tradicional, não se tem outra escolha senão decidir como ser e como agir dentro dos limites que são impostos. Assim, alguns teoremas da teoria da escolha racional, apresentados por Stark e Bainbridge (2008), têm os seus limites, ou seja, a escolha racional depende do ambiente cultural, como defendeu Patrick Baert (1997). Partindo dessa perspectiva, até os vícios são escolhas: são modos de enfrentar a multiplicidade de possibilidades que quase todos os aspectos da vida cotidiana, quando se olha de maneira adequada, oferecem. A vida cotidiana é repleta de rotinas que são hábitos que não são totalmente opcionais, pois são escolhas constituídas pelas opções do estilo de vida, frequentemente limitadas por fatores que estão fora do alcance do indivíduo ou dos indivíduos que elas afetam. Quando Pierucci destaca os diferentes grupos religiosos que tendem a isolar o indivíduo dentro de sua linha de atuação, como por exemplo: “Bola de Neve”, igreja evangélica voltada para jovens ligados às práticas de surf, ou igrejas das periferias ligadas a grupos de rappers, entende-se que todas elas têm a mesma função, mudando apenas o “rótulo”. As religiões da salvação conectam o local privilegiado a limites culturais absolutamente impermeáveis entre os iniciados e os não iniciados. Assim, os diferentes grupos religiosos apresentados por Pierucci, têm uma mesma raiz, uma mesma origem e fazem parte de um mesmo contexto social.

A ideia de tradição ligada à religião funciona como uma cola que unia as sociedades pré-modernas, modernas e pós-modernas ou pós-tradicionais. Porém, não se pode definir a tradição como mera repetição para a manutenção da unidade de um determinado grupo. A tradição é uma orientação para o passado, que tem uma pesada influência sobre o presente e organiza o futuro. As tradições têm um caráter orgânico: elas se desenvolvem, amadurecem, enfraquecem e “morrem” e geralmente têm mais força em sociedades com culturas orais, pois estão ligadas diretamente à memória, na qual tradição é um meio organizador da memória coletiva. Por isso, a tradição é um meio de identidade. Seja pessoal ou coletiva, a identidade pressupõe o processo constante de recapitulação e reinterpretção unindo passado, presente e futuro.

A tradição tem um conteúdo normativo ou moral que lhe proporciona um caráter de vinculação entre o passado e o presente, representando o que foi feito numa sociedade e ainda o que deve ser feito. A tradição apresenta ainda elementos emocionais, que se originam dos mecanismos de controle da ansiedade proporcionados pelos modos tradicionais de ação e crença, ligados à repetição, que pressupõe uma espécie de verdade que é antítese da “indagação racional” que, nesse aspecto, compartilha algo com a psicologia da compulsão, definida como uma incapacidade para escapar do passado, demonstrando que a influência do passado sobre o presente é, acima de tudo, uma influência emocional, uma questão de sentimentos. A repetição é uma maneira de ficar no “único mundo que conhecemos”, um meio de evitar a exposição a valores “estranhos” ou maneiras de ser.

III.4 Conclusão

Este capítulo teórico foi uma tentativa de enunciar os principais elementos que dizem respeito ao fenômeno religioso e à sua aproximação com o Estado. A apresentação dos teoremas buscou, na essência da sociedade, as explicações para as relações de trocas entre os seres humanos, destacando a aproximação entre os diferentes em prol do crescimento do seu grupo para a manutenção de suas conquistas. Nesse contexto, existe a íntima relação entre religião e Estado, através da qual um auxilia o outro para a conquista de seus objetivos e a manutenção do poder.

Outro importante apontamento mostrou que a resistência e o crescimento da religião, contrariando as teorias de secularização, não têm como parâmetro as religiões tradicionais e sim uma força crescente em seitas, que apresentam novas explicações adaptando-se a nova realidade. Essa adaptação que as seitas promovem faz a religião crescer nesse novo cenário de um mundo moderno, onde as grandes metrópoles industrializadas e recheadas de novas tecnologias não colocaram fim à religiosidade, pelo contrário, o mundo onde as desigualdades sociais e as frustrações humanas são grandes levam as pessoas a buscarem alívio e compensadores no sobrenatural.

Os cismas e o surgimento de novas seitas dentro do cristianismo ocorrem principalmente dentro das Igrejas Protestantes, como foi o caso da IURD, já que estas incentivam trocas diretas entre indivíduos e Deus e proporciona aos seus membros a capacidade de pregadores, diferente do Catolicismo, que apresenta uma autoridade

eclesiástica central. As diferenças apresentadas nessa teoria entre igreja (organização religiosa convencional intimamente ligada ao Estado, que aceita o ambiente social ou se adapta a ele) e seitas (surgem pós-cisma como doutrinas ou sistemas que divergem da opinião geral do grupo mantendo crenças e práticas tradicionais). A IURD nasceu do cisma ou rompimento que ocorreu dentro do próprio seguimento pentecostal que é oriundo de rompimentos históricos dentro do protestantismo, onde ocorreram mudanças em doutrinas e práticas. Dessa maneira, a Igreja Universal do Reino de Deus sofreu com as tensões sociais num país onde a maioria da população é católica e, por outro lado, modificou o cenário religioso, social e político brasileiro, transformando-se num dos fenômenos mais espetaculares da história recente do Brasil.

Capítulo IV

A mudança de postura da IURD acerca do PT

As trajetórias da Igreja Universal do Reino de Deus e do Partido dos Trabalhadores mostraram o crescimento e o poderio conquistado por essas duas entidades tão importantes na história recente do Brasil. A união dessas forças antagônicas no início deste milênio será interpretada neste capítulo final com o objetivo de entender essa aproximação, a partir principalmente do ponto de vista da IURD, que ao longo dos anos sempre atacou o PT e a sua base ligada à Igreja Católica. O passado da IURD e do PT aponta que os dois grupos, um de ideologia de direita e o outro de esquerda, viram-se em lados opostos durante muito tempo. É pretendido explicar as regras desde “jogo do poder” social e político, que foi alterado por ocasião das eleições de 2002, nas quais a Igreja Universal do Reino de Deus esteve mais em evidência do que qualquer outra igreja ou religião, principalmente após a aliança vitoriosa realizada entre IURD/PL e PT.

IV.1 – As novas estratégias do jogo político

O envolvimento da religião com a esfera política é um acontecimento que se repete constantemente na história da humanidade, como foi apresentado no terceiro capítulo. O autor Leonildo Silveira Campos (1997) reforça essa ideia:

A politização de uma igreja é uma consequência natural da multiplicação dos espaços ocupados por ela na sociedade e do aumento de seus interesses patrimoniais, financeiros e burocráticos. A Igreja Universal não é uma exceção; ela precisa de um grupo de pessoas de confiança para defender seus interesses nas várias instâncias políticas, por isso cria seu próprio lobby, que são aqui eufemisticamente chamados de “políticos de Cristo” (Campos, 1997, 468).

Dentro desse processo, encontra-se a Igreja Universal, um fenômeno que foi muito além das fronteiras religiosas. Para iniciar-se a compreensão da aproximação entre a Igreja e o Partido dos Trabalhadores, segue-se a linha de pensamento desenvolvida por Pierre Bourdieu (1990), que utiliza a imagem do jogo para evocar os fenômenos sociais com muita eficácia.

O jogo pode ser definido como uma atividade física ou mental organizada por um conjunto de sistema de regras que definem a perda ou ganho em que os indivíduos têm atitudes ou comportamentos que visam obter vantagens para si próprio ou para o seu

grupo. Todos que participam do jogo devem conhecer as suas regras, porém nem sempre elas são aceitas, e as pessoas passam a obedecer a certas regularidades da atividade.

Nunca se sabe exatamente se por regra entende-se um princípio tipo jurídico ou quase jurídico, mais ou menos conscientemente produzido e dominado pelos agentes, ou um conjunto de regularidades objetivas que se impõe a todos aqueles que entram num jogo [...] o senso prático, ou, se preferirmos, o que os esportistas chamam de “sentido do jogo”, como domínio prático da lógica ou da necessidade imanente de um jogo, que se adquire pela experiência de jogo e que funciona aquém da consciência e do discurso (Bourdieu, 1990, 79).

A regularidade aprendida estatisticamente, à qual o sentido do jogo se submete espontaneamente, que se “reconhece” na prática “jogando o jogo”, com se diz, não tem necessariamente como princípio a regra de direito ou “pré-direito” (costumes, ditados, provérbios, fórmulas explicitando uma regularidade, assim constituída como “fato normativo”). Assim, entre as coações que definem um jogo social, poderiam existir regras, mais ou menos rígidas, regendo a aliança e definindo os laços (Bourdieu, 1990, 85).

Os interesses dos indivíduos ou grupos que participam do jogo definem como será dada a próxima cartada. As regras, costumes, tradições e muitas vezes as convicções que pareciam absolutas caem de acordo com o decorrer da partida. Os novos rumos, lances ou estratégias devem ser seguidos por “todos”, ou num sistema democrático, quando a maioria opta em mudar a situação em prol de um ganho maior.

Transferindo esse primeiro teorema para o propósito deste trabalho pode-se afirmar que a IURD não obedeceu às regras que, pelo ponto de vista histórico e/ou ideológico, colocariam o Partido dos Trabalhadores como oposição e se adaptou às circunstâncias em que o jogo parecia mais favorável. A regularidade na qual ocorreu a aproximação entre essas duas forças apresentou a possibilidade da quebra das regras e espontaneamente o sentido do jogo inverteu-se. Do ponto de vista interno/religioso, a IURD passava por um momento delicado da sua história; era a chance de diminuir a tensão social em que estava envolvida, proveniente de ataques, que a mesma fez, à Igreja Católica (ainda soberana no Brasil) e a outras denominações religiosas, além dos escândalos envolvendo vários de seus líderes, entre eles o seu fundador, o bispo Edir Macedo, que foi preso em 1992, acusado de crimes como charlatanismo, curandeirismo e estelionato. Do ponto de vista externo, o seu antigo “aliado”, o PSDB, atravessava um momento difícil no cenário político, pois o índice de rejeição ao governo FHC crescia a cada dia devido principalmente aos altos índices de desemprego, que chegaram, na década de 90, a produzir um estoque de desempregados da ordem de 8% da força de trabalho e uma legião de pessoas que viviam

de subempregos. Dentro desse quadro, metade dos jovens que chegavam ao mercado de trabalho em meados da década de 90 não encontravam vagas e quando surgiam, por exemplo, nas grandes empresas, havia até 1000 candidatos por vaga (Emprego...2002).

Outro fator que contribuiu para a Universal se afastar do governo tucano foi o aumento da pobreza no país. No início do século XXI, o Brasil era o país mais rico entre os países com maior número de pessoas miseráveis: os números chegavam a 23 milhões de pessoas. Destes, 50% eram da região nordeste e 45% eram menores de idade e representavam quase a metade do universo de miseráveis brasileiros (Mendonça, 2002, 82). Um dos principais fatores que contribuiu para esse desastre para grande parte da população brasileira foi a má distribuição de renda. A distância entre a renda dos 20% mais pobres e a dos 20% mais ricos no Brasil chegou a 33 vezes, enquanto em outros países, também em desenvolvimento, como a China é de 7 vezes e da Índia 5 vezes (Emprego... 2002, 92).

O processo de transição ocorreu depois de meados da década de 90 e culminou com a Igreja Universal do Reino de Deus mudando de postura e de lado: da “direita” para a “esquerda”, nesse jogo político. A mudança pode ser percebida, no capítulo anterior, quando o principal líder político da Igreja, o bispo Carlos Rodrigues, proferia discursos inflamados contra o governo tucano, considerando que os mesmos esqueceram-se de olhar para a população, não resolveram os problemas de transporte, educação, saúde, já que esses estavam agindo sob a influência do “mal”, pois o Diabo estava alojado dentro do Congresso Nacional, proporcionando a criação de leis injustas e erradas, que contribuía para o aumento da miséria no Brasil. Por isso a IURD e seus aliados deveriam adotar uma nova postura, uma nova forma de fazer política, que o bispo chamou de “socialismo de resultados”, buscando uma grande reforma espiritual da vida do povo brasileiro. Para isso, os homens e mulheres escolhidos por Cristo deveriam anunciar a verdade, e governar o país de forma ética e correta.

Ao analisar-se o processo de mudança de postura da IURD no decorrer do jogo, percebemos que surgiram necessidades iminentes que requeriam novas estratégias dos protagonistas ou jogadores para reverem os seus pontos falhos e mudarem o sentido do jogo. Para alcançar a vitória e apropriar-se de novos recursos, existia a necessidade de um bom aliado e de desfrutar das vantagens a ele associadas. Essas estratégias são instrumentos de uma ruptura às normas objetivas, de validade geral, sendo produto do senso prático, de acordo com o sentido do jogo social. “O bom jogador faz a todo instante

o que deve ser feito, o que demanda e exige. Isso supõe uma inversão permanente indispensável para a adaptação às situações indefinidamente variadas, nunca perfeitamente idênticas. O que não garante a obediência mecânica à regra explícita, codificada quando ela existe” (Bourdieu, 1990, 81).

Nesse sentido, iniciou-se uma reinterpretação do Partido dos Trabalhadores, pela Universal, que inicialmente identificava-o como representantes do “mal”, devido às suas ideologias de esquerda. A partir da aproximação, a justificativa apresentada pelas lideranças da Igreja que buscaram essa nova estratégia, foi de que o PT, desde a sua fundação, tinha como bandeira lutar contra todas as formas de corrupção e injustiças sociais, propósitos que combinavam com os ideais cristãos defendidos pela instituição religiosa. Essa releitura do inimigo pode ser traduzida como uma flexibilidade da IURD, que se apresenta ainda como uma Igreja em construção, um grupo que ainda pode romper com antigas regras e buscar novas estratégias para alcançar seus objetivos. Formou-se, assim, um novo grupo, apontado pelas lideranças da IURD, como um socialismo de resultados e práticas. Essa mudança de estratégia levou a IURD a ficar do lado da esquerda. “O pertencimento a um grupo se constrói, se negocia, se regateia, se joga. O espaço social, no qual as distâncias se medem em quantidade de capital, definem proximidades e afinidades, afastamentos e incompatibilidades” (Bourdieu 1990, 95).

A busca por novas estratégias para mudar o jogo social, quando o resultado não está favorável a seu grupo, necessita de ações que não obedeçam ou simplesmente executem uma regra. Os jogadores ou agentes sociais, tanto nas sociedades arcaicas como na contemporânea, não são apenas autômatos regulados como relógios, segundo leis mecânicas que lhes escapam. Nos jogos mais complexos, eles investem os princípios incorporados de um *habitus* gerador, que trata de disposições adquiridas pela experiência, logo, variáveis segundo o lugar e o momento.

Esse “sentido do jogo”, como dizemos em francês, é o que permite gerar uma infinidade de “lances” adaptados à infinidade de situações possíveis, que nenhuma regra, por mais complexa que seja, pode prever (Bourdieu 1990, 21).

O *habitus* [natureza socialmente constituída] mantém com o mundo social que produz uma autêntica cumplicidade ontológica, origem de um conhecimento sem consciência [...] um domínio prático das regularidades do mundo que permite antecipar seu futuro (Bourdieu, 1990, 24).

Toda a estrutura e a história do jogo estão presentes, por intermédio dos *habitus* dos atores e de seu sentido do jogo [...] resulta da confrontação de suas estratégia [...] só se

pode compreendê-las contanto que se conheça o balanço dessas trocas no momento considerado e também, naturalmente, tudo aquilo que define a posição dos dois grupos na distribuição do capital econômico e também simbólico. Os grandes negociadores são aqueles que sabem tirar o melhor partido de tudo isso. (Bourdieu, 1990, 89)

Para a compreensão dessa mudança de atitude da Igreja Universal do Reino de Deus dentro do jogo social/político, como algo natural, deve-se interpretar mais a fundo como Pierre de Bourdieu define o papel do *habitus* em sua teoria:

A passagem das estruturas constitutivas de um tipo singular de contexto ao domínio das práticas e representações faz intervir a mediação exercida pelo *habitus*, “sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar com estruturas estruturantes, quer dizer, enquanto princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem que, por isso, sejam produtos da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu objetivo sem supor a visada consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-las e, por serem tudo isso, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação combinada de um maestro [...] com efeito, o *habitus* constitui um princípio gerador que impõe um esquema durável e, não obstante, suficientemente flexível a ponto de possibilitar improvisações reguladas. Em outras palavras, tende, ao mesmo tempo, a reproduzir as regularidades inscritas nas condições objetivas e estruturais que presidem a seu princípio gerador, e a permitir ajustamentos e inovações às exigências postas pelas situações concretas que põem à prova sua eficácia [...] O *habitus* completa o movimento de interiorização de estruturas exteriores, ao passo que as práticas dos agentes exteriorizam os sistemas de disposições incorporadas (Bourdieu, 2007, XL).

Para Bourdieu, o *habitus* constitui a base para a relação e integração entre os grupos dentro de uma sociedade. Esse tipo de ação rompe com o paradigma estruturalista, em que se propunha abordar qualquer língua como um sistema no qual cada um dos elementos só pode ser definido pelas relações de equivalência ou de oposição que mantém com os demais elementos. Esse conjunto de relações forma a estrutura através das quais o significado é produzido dentro de uma cultura. A ação proposta por Bourdieu defende as necessidades objetivas, o *habitus*, que rompe com determinações mecânicas ajustando-se à situação. A ação passa a ser comandada pelas circunstâncias do “jogo”, adaptando-se às necessidades de forma racional.

IV.1.1 Contextualizando a mudança de estratégias e a tensão social do período

O sentido do jogo não é infalível; ele se distribui de maneira desigual, tanto numa sociedade quanto numa equipe. Às vezes ele falha, especialmente nas situações trágicas

(Bourdieu, 1990, 81). Pode-se definir como quase trágica a década de 1990, para a Igreja Universal do Reino de Deus, com a explosão de críticas e acusações da imprensa, de denúncias legais e inquéritos policiais contra a Igreja e seus líderes. O bispo Edir Macedo, para evitar possíveis sanções penais contra si que prejudicassem a denominação, renunciou formalmente ao posto de Secretário Geral. Para substituí-lo na liderança nacional da denominação, nomeou o pastor Renato Suhett, cuja posição logo seria estrategicamente enfraquecida e desprestigiada mediante a transferência de suas funções administrativas a outros bispos e a divisão do poder eclesiástico no País em regiões. Macedo “temendo ser preso no Brasil, passou a estender mais sua permanência nos Estados Unidos, onde implantou a Igreja em 1986” (Oro/Corten/Dozon, 2003, 55). Esses acontecimentos levaram a cúpula da Igreja a escolher, literalmente, um novo partido, num momento propício para mudar as estratégias do jogo.

Partindo para uma análise prática, deve-se contextualizar o período que antecedeu a aliança entre IURD e PT, para uma melhor compreensão dos motivos internos e das necessidades que levaram as lideranças da Igreja a mudarem a sua estratégia no jogo político, para uma aliança com seu antigo desafeto.

IV.1.2 Cronologia do período que antecede a aliança

No auge da consolidação do seu monumental patrimônio institucional e antes da bem sucedida aliança com o Partido dos Trabalhadores, a IURD esteve envolvida em várias acusações e fiscalizações governamentais, que ocasionaram a prisão de seu líder máximo, Edir Macedo, em 24/05/1992, e contribuíram para o aumento da tensão social em torno da instituição. Os autores Oro, Corten e Dozon (2003) destacam o ambiente crítico vivido pela Igreja:

A história da Igreja Universal do Reino de Deus no Brasil é marcada por controvérsias, para não dizer escândalos. Como constitui um empreendimento que engloba e mescla, sem disfarces ou subterfúgios, campos inteiramente heterogêneos, como o religioso, o midiático, o político e o econômico, a Universal entrou em atrito com concorrentes e adversários em todas as áreas. Foram várias polêmicas em que se envolveu, algumas com forte repercussão nacional e, em certos casos, até internacional. A grosso modo, as principais críticas e acusações jornalísticas, policiais e judiciais dirigidas contra a Universal e suas lideranças referem-se à exploração financeira de fiéis, à sonegação de impostos, ao enriquecimento ilícito, à prática de estelionato e charlatanismo (Oro/Corten/Dozon, 2003, 61).

Os sucessivos fatores que geraram a crise institucional da IURD, servirão como parâmetro para entender o momento difícil, do jogo social atravessado pela Igreja, no campo religioso e social. Esses fatores que levaram a cúpula da Igreja a buscar novos aliados, a partir da mudança de estratégias, a fim de retomar o seu crescimento e o seu fortalecimento, serão apresentados em forma de uma “tabela”. As informações, apresentadas de forma cronológica, foram colhidas e readaptadas das obras de Oro, Corten e Dozon (2003) e Burity e Machado (2005).

Cronologia da crise

Abril de 1991: o ex-líder da Igreja Universal na região Nordeste, o bispo Carlos Magno, acusou Edir Macedo de sonegar impostos, remeter ouro e dólares ilegalmente para o exterior e de envolvimento com o narcotráfico.

Outubro de 1991: Edir Macedo, o líder máximo da Igreja, foi convocado pela justiça e teve que depor na Justiça Federal, sendo liberado sem ser indiciado.

Maior de 1992: ainda no mesmo processo, Edir Macedo foi indiciado com base no artigo 15 da Lei do Colarinho Branco, acusado de usar a Universal como instituição financeira clandestina. Três dias depois, foi acusado dos crimes de charlatanismo, curandeirismo e estelionato. Macedo foi preso numa cela especial no 91ª Delegacia de Polícia da zona oeste de São Paulo, onde permaneceu por doze dias até ser solto mediante *habeas corpus*. Após a libertação, Macedo buscou novas estratégias, que consistiam no fortalecimento da IURD com a busca de coligações com outros grupos políticos e religiosos, inserindo a sua Igreja num bloco maior de Igrejas evangélicas e pentecostais. Para isso, no mesmo ano participou de uma concentração dos evangélicos para comemorar o final da Conferência “Rio-92”. “No final do evento, levado ao ar para todo o Brasil pela Rede Record, Macedo chorando, no palanque oficial, apresentava a sua prece pelo Brasil afirmando ser um perseguido e injustiçado” (Burity/Machado, 2005, 54).

Junho de 1993: para alcançar o seu propósito de aumentar o número de aliados, foi organizado o CNPB (Conselho Nacional de Pastores do Brasil), um órgão então planejado

para ser uma posição a AEVB (Associação Evangélica Brasileira), que fez duras críticas à Universal, devido aos sucessivos escândalos em que a Igreja estava envolvida.

Junho de 1994: foi realizado um evento denominado “Clamor pelo Brasil”, que reuniu quase um milhão de pessoas, na cidade do Rio de Janeiro, liderado pela IURD, com o objetivo de construir “a unidade da Igreja de Cristo” no Brasil.

Setembro de 1995: três anos após ser solto e com a sua rede de televisão em alta, Edir Macedo ganhou uma nova inimiga, a poderosa Rede Globo. Interessada em provocar a cassação da concessão da Rede Record pelo Ministério das Comunicações, a Globo tratou de desmoralizar o proprietário da tevê concorrente. Não satisfeita em questionar a eficácia das curas, exorcismos e promessas da Igreja Universal em denunciar, por meio de uma câmara escondida, sua coleta de dízimo e ofertas, a emissora colocou no ar a minissérie *Decadência*, escrita por Dias Gomes. A minissérie tinha como personagem principal o pastor dom Mariel, líder da Igreja Divina Chamada, que enriqueceu à custa da exploração financeira dos fiéis, aos quais prometia: “venham encher os cofres de Jesus. O que vocês derem, receberão em dobro”. Nada menos que catorze frases ditas pelo protagonista foram proferidas por Macedo em entrevista à Revista Veja, cinco anos antes. A Record, para se contrapor, acusou Roberto Marinho de corrupção e imoralidade.

Outubro de 1995: no dia 12 desse mês, feriado nacional de Nossa Senhora Aparecida, ocorreu um episódio que viria a chocar a maioria da população brasileira: a Rede Record exibiu um culto no qual o bispo Sérgio Von Helde tocou com os pés e os punhos a imagem da santa católica, padroeira do Brasil, escarneceu de sua ineficácia, arrastou-a pelo palco e a qualificou de “boneco feio, horrível e desgraçado”. Reproduzidas à exaustão pelas tevês brasileiras, as imagens do “chute”, logo tratadas pela imprensa brasileira como indício de “guerra santa”, provocaram forte comoção nacional, deflagrando de imediato manifestações generalizadas de repúdio ao ato de intolerância religiosa. A reprovação foi unânime: do presidente da República aos evangélicos, da imprensa secular à hierarquia católica. Ocorreram ainda reações exaltadas contra a iconoclastia do bispo da Universal, com atentados, invasões, apedrejamentos, incêndios de templos e ameaças de bomba. Além de gerar controvérsias com seus métodos heterodoxos de arrecadação, com seus investimentos empresariais milionários e com o enriquecimento de seus líderes, a Igreja

Universal envolveu-se em conflitos religiosos. Sua hostilidade aos cultos afro-brasileiros e, em menor grau, à Igreja Católica rendeu a Macedo e a pastores da Igreja inquéritos policiais e processos judiciais por vilipêndio a culto religioso e agressão física contra adeptos da umbanda e do candomblé. A Universal enfrentou a oposição de membros e representantes da Associação Evangélica Brasileira (AEVB). Por meio de espaço da tevê a pastores que se propuseram a defendê-la publicamente e sobretudo da criação do Conselho Nacional de Pastores do Brasil (CNPB), a cúpula da Universal conseguiu angariar apoio de lideranças pentecostais como forma de contestar e repelir as críticas que lhe eram dirigidas pelos evangélicos da AEVB.

Dezembro de 1995: Retomando processos anteriores, a Receita Federal condenou Edir Macedo e alguns dirigentes da Universal a pagar 5 milhões de reais por crime de sonegação fiscal praticado em 1990 na compra da Rede Record, por 45 milhões de dólares. Essa transação foi o estopim para que a Universal e seus líderes se transformassem em rematados símbolos de charlatanice nas páginas da grande imprensa e na percepção de uma infinidade de brasileiros. No mesmo instante que o ex-líder da IURD, Carlos Magno, não só repisou as acusações que fez em 1991 como tornou público um vídeo inédito, gravado cinco anos antes, no qual o bispo Macedo aparecia ajoelhado, rindo, enquanto contava dinheiro num templo em Nova York; divertindo-se num iate em Angra dos Reis; dançando numa vigília em Copacabana e instruindo, no intervalo de uma partida de futebol, pastores a serem mais incisivos, agressivos e eficazes na coleta de dízimos e ofertas; no vídeo em que Macedo aparece em meio a uma montanha de dólares, ensinando a seus pastores técnicas para aumentar arrecadação. A exibição do vídeo provocou um escândalo estrondoso, mobilizando como nunca, Justiça, Polícia, Receita Federal, Previdência Social, Procuradoria da República e Interpol para investigar a Universal e seus dirigentes.

Janeiro de 1996: oficiais da Justiça Federal, procuradores da República e técnicos da Receita Federal e do Banco Central fizeram a apreensão de documentos do Banco de Crédito Metropolitano – comprado pela Igreja em 1991 – e da LM Consultoria e Participações, que controlava a administração financeira da Universal. No mesmo mês os conflitos entre as redes Globo e Record terminaram com a intervenção pessoal do então Ministro das Comunicações, Sérgio Motta, a pedido do presidente da República, FHC.

Abril de 1997: o bispo Sérgio Von Helde, que gerou o escândalo religioso, com o “chute” na santa, foi indiciado na 27ª Delegacia da Polícia de São Paulo com base no artigo 208 do Código Penal, acusado de vilipêndio a objeto de culto religioso e de estimular o preconceito religioso, sendo condenado a dois anos e dois meses de prisão.

Julho de 1997: a Receita Federal multou a Igreja Universal por sonegação fiscal em 98 milhões e 360 mil reais.

IV.1.3 Tensão Social e o carisma da IURD

A Tensão é um conceito psicológico que se refere a um estado de infelicidade por parte do indivíduo. A tensão social vivida pela IURD foi fruto também decorrente da sua classificação como “seita”, já que apesar do seu fantástico crescimento, o Brasil ainda é um país onde a maioria da população é católica 82,78 %, como apontou o Censo do IBGE 2000. Seita é um conceito que define um grupo religioso que nasce dentro de um contexto de conflito religioso, um “cisma”. As seitas divergem da opinião geral do grupo, ganhando novos adeptos e/ou simpatizantes e carregando consigo um alto grau de tensão com o ambiente sócio-cultural em que elas estão inseridas, devido ao abandono das tradições e normas culturais estabelecidas. O grau de tensão gerado pelo desvio, causa às seitas custos elevados para a sua organização, desde dificuldades em estabelecer parceiros de trocas, punições com custos especiais, gerando, muitas vezes, o fim da seita ou um novo desmembramento, originando outra seita (Stark/Bainbridge, 2008).

Existia nesse contexto uma necessidade de realizar uma estratégia para recuperar junto aos seus fiéis a autoestima manchada pelas inúmeras denúncias e de afastar o conceito de “seita”, neste caso pejorativo, que rondava a IURD. Os líderes buscaram explicações religiosas e conclamaram os fiéis para uma “guerra santa” e para desprezarem as revelações da imprensa e atacarem, por exemplo, a Rede Globo, principal difusora dos vídeos, colocando-a como aliada do diabo. A Igreja reclamou de perseguição religiosa e realizou manifestações públicas de desagravo pelo país. Macedo também repeliu jornalistas de outros veículos de comunicação e pesquisadores de diferentes instituições, proibindo seus liderados de concederem entrevistas.

Nesse ambiente, a Igreja recorreu à sua forte assessoria jurídica e à sua capacidade de negociações nos meandros dos poderes constituídos da sociedade, o que lhe deu fôlego e

resistência na consolidação da instituição e na luta contra os adversários (Ferrari, 2004, 130). Com o passar dos anos a IURD foi recuperando o seu capital religioso, graças principalmente ao carisma pessoal de seus líderes e sobre tudo da instituição. Os autores Oro, Corten e Dozon (2003) destacaram a importância do “carisma”, segundo o pensamento de Marx Weber:

Para M. Weber, como se sabe, carisma é uma qualidade extraordinária, de caráter extracotidiano, reconhecida como tal por um grupo social, que caracteriza alguns indivíduos (profetas, feiticeiros, chefes militares, “demagogos”), detentores de um carisma pessoal, mas também instituições do tipo igreja, portadoras de um carisma de função [...] essas considerações são de duas ordens, isto porque, em primeiro lugar, a Universal constitui uma empresa burocrática de salvação em que tanto o seu fundador como a própria instituição são reconhecidos como portadores de carisma, ou seja, é incontestável a autoridade carismática de Edir Macedo, reconhecida como tal pelos membros da hierarquia e pelos fiéis (Oro/Corten/Dozon, 2003, 284).

O carisma do fundador e líder da IURD fez do bispo Edir Bezerra Macedo o principal responsável por essa retomada e recuperação da IURD. Macedo levou o seu conhecimento do mundo dos negócios, visto que atuava na LOTERJ e passou por estudos fragmentados de matemática e estatística e adaptou os seus conhecimentos às doutrinas relacionadas à Teologia da Prosperidade, inserindo na instituição uma nova dinâmica e mentalidade que se encaixava às dimensões do neoliberalismo. Macedo definiu seus planos com métodos de tomada de espaço e de estruturação da Igreja, segundo seus moldes centralizadores de administração (Ferrari, 2004).

A figura personalista de seu líder, homem aguerrido que se tornou bispo por conta própria, confere à IURD uma forte credibilidade, evitando entre seu público a crítica e a contestação. Divergências são atribuídas aos inimigos, metaforizados na figura de satanás, devendo ser combatidos. O Bispo é colocado como exemplo e como modelo de identificação à massa envolvida pela mensagem apologética da instituição religiosa, pois lutou com fé dedicada, sentiu-se abençoado e venceu [...] Edir Macedo, proclamando-se ‘homem de Deus’, legitima-se como autoridade intermediária dos bens simbólicos (Ferrari, 2004, 112).

Assim, com a liderança empresarial e o carisma de seu líder, a Igreja recuperou o seu capital religioso e, nas eleições de 2002, adotou novas estratégias para a transferência desse capital para o campo político. Parte dessa transferência de capital ocorria através dos seus pastores, que no final dos cultos mais concorridos, apresentavam os escolhidos para disputarem os cargos públicos, pessoalmente ou por meio de faixas e *banners* com foto, nome e número, ao fiéis, que deveriam orar por seus representantes. Assim, a Igreja

utilizava esse capital religioso, recuperado por meio do carisma, com eficácia para reforçar também o seu capital político, colocando-se como opositora ao governo vigente, que encontrava-se enfraquecido devido às altas taxas de desemprego e o aumento da pobreza no país. Iniciou-se, assim, a aproximação à oposição, liderada pelo Partido dos Trabalhadores.

A aliança entre IURD/PL e PT surgiu pela necessidade da presença dos “homens de Deus” na política, como a única maneira de melhorar e afastar os políticos corruptos, que agiam dessa maneira por causa da influência do Diabo. Assim, o antigo inimigo, se aliado aos homens de Deus, seria influenciado a ter uma boa conduta. Por outro lado, não se pode deixar de apontar que a constante tensão social enfrentada pela IURD seria amenizada uma vez aliada ao partido que detinha, naquele momento, a liderança na corrida para alcançar o poder.

IV.2 A transferência de capital e a aproximação com o Partido dos Trabalhadores

O espaço social é composto por diversas especialidades culturais, ou seja, indivíduos ou grupos que dominam as explicações de uma determinada área. Dentro desse espaço, existem as relações de “trocas” entre esses indivíduos, que pode ocorrer de forma democrática ou por meio da coerção. Para ter o poder de troca e se fortalecer dentro do espaço social, os grupos utilizam o seu capital simbólico, que representa, dá identidade e fortalece o grupo.

O capital simbólico é conquistado ao longo da história por meio de lutas e/ou monopólio de um determinado setor, constituindo a estrutura do espaço social e as relações entre os grupos. Esse capital pode ser econômico, cultural, religioso, etc. “Na luta simbólica pela produção do senso comum ou, mais exatamente, pelo monopólio da nomeação legítima, os agentes investem o capital simbólico que adquiriram nas lutas anteriores e que pode ser juridicamente garantido” (Bourdieu, 1990, 163). Especificamente no campo religioso, Bourdieu aborda a função própria e o funcionamento do campo destacando a utilização de seu capital:

As diferentes instâncias religiosas, indivíduos ou instituições, podem lançar mão do capital religioso na concorrência pelo monopólio da gestão dos bens de salvação e do exercício legítimo do poder religioso, enquanto poder de modificar em bases duradouras as representações e as práticas dos leigos, inculcando-lhes um *habitus* religioso, princípio gerador de todos os pensamentos, percepções e ações, segundo as

normas de uma representação religiosa do mundo natural e sobrenatural, ou seja, objetivamente ajustado aos princípios de uma visão política do mundo social. De um lado (I), este capital religioso depende do estado, em um dado momento do tempo, da estrutura das relações objetivas entre a demanda religiosa (ou seja, os interesses religiosos dos diferentes grupos ou classes de leigos) e a oferta religiosa (ou seja, os serviços religiosos de tendência ortodoxa ou herética) que as diferentes instâncias são compelidas a produzir e a oferecer em virtude de sua posição na estrutura das relações de força religiosa (ou seja, em função de seu capital religioso) e, de outro lado (II), este capital religioso determina tanto a natureza, a forma e a força das estratégias que estas instâncias podem colocar a serviço da satisfação de seus interesses religiosos, como as funções que tais instâncias cumprem na divisão do trabalho político (Bourdieu, 2007, 57).

O campo religioso é organizado por indivíduos e/ou instituições, que têm interesses próprios; mais ainda na medida em que a fronteira do campo religioso tornou-se imprecisa, já que, a partir da transferência de capital, permitiu que o especialista religioso “penetre” em outras áreas, a fim de transpor suas ideias e crenças, expandindo a atuação do sagrado para além do campo religioso. Entretanto, para que a transferência de capital de um campo para o outro ocorra com êxito, o capital que dispõe uma instância religiosa tem de ser materialmente forte e simbolicamente capaz de mobilizar os seus leigos, dentro do contexto em que a transferência ocorrerá.

Como já apresentado, um dos principais argumentos utilizado pela IURD para conseguir o êxito na transferência de capital, é a necessidade dos “homens de Deus” na política, que é oriunda de uma de suas principais crenças, a Teologia do Domínio. É no campo político, portanto que a aproximação entre o sagrado e o profano transforma a IURD numa força política. O uso da “guerra espiritual” prepara muito mais do que enunciados abertamente políticos, pois, nesse jogo de duplo discurso, diversas classes dentro da sociedade, especialmente as categorias mais pobres, que têm a esperança de mudar a situação de miséria que aumentou durante o governo dos tucanos (1994/2002). Dessa maneira, a Igreja transfere o capital simbólico do campo religioso para o campo político.

A IURD inicia a transferência de capital a partir de uma escolha criteriosa, seguindo as doutrinas da Igreja, dos indivíduos para representar o povo de Deus no campo político. A esse propósito, foi elaborado um levantamento no Jornal Universal acerca do que é considerado, pela Igreja, como perfil adequado do político: “ser uma pessoa despojada de interesses pessoais”; “ter o desejo exclusivo de glorificar o bom nome do Nosso Senhor Jesus Cristo”; possuir “caráter” e “compromisso com o povo de Deus”; preocupar-se com os “desamparados, pobres e necessitados”, “sem vaidades interiores e sem egoísmo”. Tais

requisitos não são suficientes para garantir a eleição, pois a força está no apoio da Igreja. (Conrado, 2000, 76. apud. Oro/Corten/Dozon, 2003, 287). Segundo as doutrinas de comportamento pregadas pela Igreja, esse perfil de político é a única maneira de melhorar e afastar os políticos corruptos, que agem dessa maneira pela influência do Diabo. Os “escolhidos por Deus” e indicados pela cúpula da Igreja têm a missão de assumir um papel de salvadores e moralizadores da nação, pois, através de sua fé e ações, podem “expulsar” o mal, proporcionando uma nova conduta e novos rumos ao país.

Na linha de pensamento de Pierre de Bourdieu, as estruturas dos diferentes campos são inseparáveis para a análise da gênese, nos indivíduos, que são, em parte, produto da incorporação das estruturas sociais. O espaço social, bem como os indivíduos que nele se distribuem, são produtos de lutas históricas, que são uma dimensão fundamental da vida social. Os mesmos indivíduos podem circular em diferentes campos; para ganhar o seu espaço dentro de um terreno desconhecido, transfere capital simbólico acumulado de sua origem. Bourdieu (1990) destaca as lutas e a transferência de capital entre os campos:

O conceito de campo é muito mais recente: surgiu [...] por volta de 1960 [...] a ideia de que a luta pelo reconhecimento são uma dimensão fundamental da vida social e de que nelas está em jogo a acumulação de uma forma de capital, a honra no sentido de reputação, de prestígio, havendo, portanto, uma lógica específica da acumulação do capital simbólico, com fundamento no conhecimento e no reconhecimento; a ideia de estratégias como orientação da prática, que não é nem consciente e calculada, nem mecanicamente determinada, mas que é produto do senso de honra enquanto senso desse jogo particular que é o jogo da honra (Bourdieu, 1990, 36).

A política da IURD é sustentada no acompanhamento e na formação de sujeitos coletivos que, ancorados num fundamento sagrado, incidam na política com linguagem moral e espiritual e com expectativas populistas, levantando bandeiras tais como os “direitos do povo” (Oro/Corten/Dozon, 2003, 76). A transferência de capital do campo religioso para o político, do ponto de vista interno da Igreja Universal do Reino de Deus, é justificado em uma das edições de sua revista Plenitude, que diz o seguinte:

Compreendendo que a participação política é necessária na luta contra as injustiças sociais, que causam sofrimento às pessoas, [dessa forma], em 1982 a Igreja Universal começou a apoiar candidatos a cargos públicos. Seis anos depois, com as Câmaras Estaduais e Municipais do Rio de Janeiro devidamente representados, foi a vez de conscientizar politicamente as igrejas de outros estados e conquistar as vagas em Brasília. A participação no processo eletivo do país tem-se dado em todos os níveis, aumentando a cada período os números de representantes do povo de Deus (Política, 2000, 26).

Dentro desse panorama do envolvimento do campo religioso com o político, de acordo com uma pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos sobre Religião (NER/UFRGS), que entrevistou 168 pessoas de diferentes religiões, que opinaram sobre o envolvimento da religião com a política, num primeiro momento foi constatada a existência de uma separação entre o campo político e o religioso quando associado à resolução dos problemas. Segundo dados da pesquisa, o campo religioso está muito mais associado à resolução de problemas da comunidade circunvizinha e à realização de atividades relacionadas aos grupos a que pertencem, do que voltado à intervenção imediata na realidade. Da mesma forma, delega-se para o âmbito do campo político problemas considerados estruturais e/ou macrossociais, em especial na resolução dos problemas econômicos. No entanto, os entrevistados que se declararam evangélicos históricos (18) e pentecostais (20) foram os que demonstraram uma maior imbricação do campo político e religioso na resolução dos problemas econômicos e sociais (Meirelles, 2006, 57).

A pesquisa aponta que a mentalidade dos evangélicos em relação à interferência da religião no campo político mudou ao longo dos últimos anos. Para os evangélicos, a religião tem de penetrar no campo político para resolver questões que vão muito além da vida em comunidade. As ações e condutas dos políticos devem basear-se em princípios cristãos, a fim de alcançar a moralização no setor. Essa nova mentalidade ganhou destaque graças ao espantoso número de adeptos convertidos ao meio evangélico nos últimos anos, especialmente aos grupos neopentecostais, dentre os quais a Universal, que aumentou o seu rebanho em mais de 600% nas últimas décadas de acordo com o censo do IBGE de 2000.

A entrada de membros da igreja no poder é vista como um instrumento para a obra de Deus, sendo uma atividade geralmente direcionada aos líderes e cabe aos seguidores votarem de acordo com as indicações e sugestões da Igreja. Dessa forma, ao colocar a política como incumbência dos líderes, reduz a participação do seu fiel na vida pública e o poder da instituição prevalece sobre o indivíduo. Assim, segundo a crença dos iurdianos, a eleição de “homens de Deus” é fundamental para a melhoria da sociedade “A Igreja Universal não dá números, mas confirma que os evangélicos querem eleger vereadores em diversos municípios para fazer um bom trabalho para o senhor Jesus” (Maduenõ, 1995, 115).

O novo cenário, favorável à penetração da religião no campo político, levou muitos líderes religiosos não mais satisfeitos com o poder religioso a também almejarem o poder político. Segundo Rodney Stark e William Sims Bainbridge (2008), a política é a especialização cultural dedicada à negociação das relações de poder entre grupos em uma mesma sociedade, na qual o poder é o grau de controle sobre a própria troca. Os candidatos da IURD, ao ingressarem na vida pública, pretendem construir um “novo mundo” para o povo de Deus. Os fiéis precisam votar nos candidatos da Igreja, nos líderes para, assim, afastarem da política nacional os maus políticos, que por intermédio do demônio geram a corrupção e as más gestões públicas. Essa estratégia utilizada pela Universal deixa implícito que votar, para os fiéis, expressa a sua identidade com a instituição religiosa e não com os partidos políticos.

Todo esse poder político conquistado pela IURD, em decorrência da transferência de capital do campo religioso, favoreceu a sua aproximação do Partido dos Trabalhadores que, devido às suas raízes católicas, também utiliza no “jogo político” as mesmas ferramentas, ou seja, a mesma transferência de capital simbólico, capitado em movimentos populares, em lutas de centrais sindicais e pastorais católicas, para o campo político, o que tornou o candidato petista à presidência da República, Lula, um líder messiânico, um salvador e, por que não denominá-lo, de acordo com esses preceitos, um escolhido por Deus.

Nesse contexto de transferência de capital, através da qual as alianças são consolidadas, os teoremas de Bourdieu apontam que surgem novas formas de luta pelo monopólio do exercício da competência legítima, em que o campo religioso já age muito além da cura dos corpos e da alma. Hoje em dia já não se percebe muito bem onde termina o espaço do especialista religioso. Todos, dentro do espaço social, fazem parte de um novo campo de lutas pela manipulação simbólica da condução da vida privada e a orientação da visão de mundo e colocam em prática, na sua ação, definições concorrentes, antagônicas, da saúde, do tratamento, da cura dos corpos e das almas. Assim, onde havia um campo religioso distinto há, a partir de então, um campo religioso indefinido e ao mesmo tempo múltiplo, já que muitos especialistas religiosos tornaram-se psicanalistas, psicólogos, assistentes sociais e políticos e exercem novas formas de cura das almas com um estatuto de leigos sob uma forma laicizada; assiste-se, então, a uma redefinição dos limites do campo religioso, à dissolução do religioso em um campo mais amplo (Bourdieu, 1990). Essas oposições que não têm nada de natural e que são historicamente constituídas, podem

ajudar a compreender como duas forças ideologicamente opostas, IURD e PT, traçaram uma aliança e unificaram suas lutas, encontrando pontos em comum.

Pelo fato do campo religioso ter-se dissolvido em um campo de manipulações mais amplo, todo esse campo está colorido de moralismo e os próprios não religiosos cedem com frequência à tentação de transformar saberes positivos em discursos normativos capazes de exercer uma forma de terrorismo legitimado pela ciência [...] Para terminar, também seria preciso interrogar-se sobre os fatores simultaneamente internos ao campo religioso, ao campo do poder simbólico e, mais amplamente, ao campo social, que podem explicar essas mudanças [...] A elevação generalizada do nível de instruções está na origem de uma transformação da oferta de bens e serviços de salvação das almas e dos corpos [...] As novas seitas religiosas de grande importe intelectual que floresceram em particular nos Estados Unidos [...] têm a ver com o fato de que um certo número de pessoas, graças à elevação do nível de instrução, tiveram condição de ter acesso pessoalmente à produção cultural, à auto gestão espiritual [...] Concluindo, parece-me que é preciso levar a sério o fato de que o clérigo tradicional está inserido num campo pelo qual é coagido, bem como o fato de que a estrutura desse campo mudou e, simultaneamente, o posto. Na luta pela imposição da boa maneira de viver e ver a vida e o mundo, o clérigo religioso, de dominante tende a se tornar dominado, em proveito de clérigos que se autorizam junto à ciência para impor verdades e valores que evidentemente não são nem mais nem menos científicos do que as verdades e valores das autoridades religiosas do passado (Bourdieu, 1990, 123).

Diferentemente de outras denominações evangélicas mais tradicionais, a Igreja Universal do Reino de Deus adaptou-se perfeitamente às transformações do mundo contemporâneo. A aliança com o Partido dos Trabalhadores foi um passo mais amplo, demonstrando que a religião pode fazer parte do campo político, utilizá-lo a seu favor e não ficar submissa a ele. Essa aliança foi possível, porque as relações políticas, dentro de uma sociedade democrática, possibilitam diversos tipos de disputas: entre “inimigos” e entre “adversários”. Dentro da política democrática, o objetivo é transformar o “antagonismo” em “agonismo” (Burity/Machado, 2006, 23). Nesse ambiente, todos podem “remar” para o mesmo lado e respeitar as diferenças, em prol de uma maioria que eles, os políticos, representam, pois o papel da política democrática é de estabelecer um consenso racional no campo político, que se reflete de maneira positiva no espaço social.

IV.2.1 A consolidação da aliança com o Partido dos Trabalhadores

O avanço político da IURD não passou despercebido e, por trás do polêmico empenho do Partido dos Trabalhadores em selar aliança com o Partido Liberal, um partido que defendia os interesses dos “patrões”, nas eleições 2002, existia também o interesse

velado de ter a Igreja Universal do Reino de Deus e seus fiéis/eleitores ao seu lado, como destacam os autores Oro, Corten e Dozon (2003):

O PT prefere se referir a essas negociações (com o PL) como sendo não com a IURD, mas sim com o PL [...] as importâncias ideológicas existentes entre o partido e a Igreja em relação à defesa da ética na política. Igualmente, esses discursos de aproximação do PT e da Universal não podem ofuscar as sabidas diferenças existentes entre eles, por exemplo, no que tange ao espaço reservado à democracia no interior das instituições. Ademais, o discurso pela moralização da política, presente nos dois discursos, precisa ser visto como um componente do imaginário político dessa instituição que não garanta sua efetivação empírica (Oro/Corten/Dozon, 2003, 300).

Como já apresentado anteriormente, a Universal é coligada com o PL, que concorreu na chapa do candidato Lula com o candidato a vice-presidente da República, o empresário bem-sucedido e senador, José de Alencar, crítico da política econômica do governo tucano do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que apoiava para sua sucessão o seu ex-ministro da saúde, José Serra, também do PSDB e principal concorrente de Lula. A campanha petista de 2002, não se distinguia de outras campanhas cujo discurso era baseado em temas que enalteciam a necessidade de saúde, educação, segurança e principalmente a geração de empregos, o ponto fraco do governo tucano.

Os discursos pela ética na política, típico da IURD, como verificamos no segundo capítulo, também eram utilizados pelos petistas, enfatizando a falta de moral e ética dos governantes que apoiavam o então Governo Federal. Esse discurso “pela purificação” é a afinidade inicial que aproximou a IURD e o Partido dos Trabalhadores. Pode-se notar o hábito bastante comum do presidente Lula em fazer uso do discurso político-religioso, por meio de metáforas e analogias, como por exemplo destacou em seu artigo a professora Denise Martins Bittencourt (2006):

O vermelho da bandeira do PT é o sangue de Jesus Cristo na cruz” [frase proferida no comício de Canudos em 12/05/1992] “Ao invés de eles ficarem com tanta bronca de mim, eles deveriam pedir a Deus que eu ganhasse para que eu poder (SIC) deixar o Brasil muito melhor [...] Foi Deus que quis levar à disputa presidencial para o segundo turno e no segundo turno é que a gente pode provar quem é quem [frase proferida no comício na região da Cidade Tiradentes, zona leste da cidade de São Paulo, em 22/10/2006] (Bittencourt, 2006, 105-111).

Os trechos retirados de alguns discursos do presidente Lula, antes e depois da aliança com a IURD/PL, demonstram claramente a presença de elementos religiosos de forma

explícita. Esse tipo de discurso tem como público-alvo as classes populares da sociedade, pois as constantes citações religiosas mexem com os sentimentos e a religiosidade popular gerando, assim, inúmeras adesões à sua causa. Lula apresenta-se como um homem escolhido por Deus para representar as classes populares, já que ele possui essa origem. O discurso do líder messiânico petista encaixou-se perfeitamente nos propósitos da IURD, pois ambos pregam que a ética na política pode ser alcançada com homens que se inspiram em Jesus para dar um novo rumo para o Brasil.

É válido lembrar que, apesar do PT ter suas origens ligadas à Igreja Católica, o manifesto do partido, abordado no segundo capítulo, apresenta um partido de cunho socialista, que levantava a bandeira dos excluídos, que desejava fazer parte do poder para transformar o país, a partir da vontade popular, sem a interferência dos interesses capitalistas. Em nenhum trecho do manifesto foram citadas inspirações religiosas. Teria o Partido dos Trabalhadores mudado o seu discurso para atrair novos parceiros? E consequentemente conquistar o seu tão desejado posto máximo do país?

Nesse novo cenário, grande parte dos fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus e muitos evangélicos de outras denominações religiosas apoiaram abertamente o candidato petista à presidência, criando a Frente Evangélica Pró-Lula, conforme publicado pela imprensa. Esse apoio ocorreu especialmente no segundo turno das eleições de 2002, quando a IURD encabeçou uma grande operação em todo o país em favor de Lula, inclusive esclarecendo os erros que a própria instituição havia cometido no passado, quando deixou-se levar por boatos, como destaca Heloisa de Fátima Martins Zeni (2006):

Durante a campanha para o segundo turno, a Universal montou uma “tropa” de choque para agir em todo o país numa operação de Guerra, conforme a afirmação do ex-bispo Rodrigues, na época vice-presidente do PL e presidente do partido no Rio de Janeiro, Rodrigues lembrou que os pastores foram autorizados a desmentir os boatos de que Lula iria perseguir os evangélicos, fechar as igrejas, promover casamentos entre homossexuais e liberar o aborto [nas eleições passadas] os evangélicos tinham receio do candidato petista, porque não o conheciam e Lula seria um bom presidente pela luta em favor dos pobres, objetivo também da Universal e de seus deputados [eleitos no primeiro turno] (Zeni, 2006, 98).

Provavelmente, seguindo as recomendações de seus pastores, 76,2% dos iurdianos declararam voto em Lula, enquanto 23,8% votaram no candidato tucano, José Serra,

segundo dados do ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro), colhidos entre 31/10/2002 e 28/12/2002, através de entrevistas com 2513 pessoas.

Outro fator que aproximou a Igreja Universal e os petistas foram os projetos assistencialistas, que tinham o objetivo de auxiliar de maneira imediata os mais necessitados, sendo essa uma forma instantânea de distribuição de renda para sanar a fome que atingia 23 milhões de brasileiros no período, como já citado anteriormente. O assistencialismo é um trabalho realizado pela Igreja Universal do Reino de Deus desde a sua fundação em 1977. O trabalho de Oro, Corten e Dozon (2003) dividiu as práticas sociais da Igreja em três momentos distintos, de acordo com sua natureza:

O primeiro (1977/1993) é caracterizado por iniciativas tímidas e de caráter mais tradicional, como visitas a hospitais e presídios para a distribuição de material de higiene e remédios, assim como a implantação de cursos de alfabetização de adultos nos templos; o segundo (1994/1998) é marcado pela criação da Associação Beneficente Cristã, que diversifica e de certa forma coordena as atividades assistencialistas de maior importância desenvolvidas pela denominação [seguindo a tendência das “mobilizações pontuais” que marcou o associativismo de década de 1990, a cúpula da IURD lançou no segundo semestre de 1994 o movimento Brasil 2000 – futuro sem fome, e passou a organizar eventos em várias capitais do Brasil. As campanhas desencadeadas pela liderança da IURD mobilizaram não só seus fiéis, mas vários segmentos fora das fronteiras evangélicas – grifo página 309]; e finalmente, o período que se inicia em 1999 com a elaboração e a implantação do Projeto Nordeste e a extensão da política de assistência da Igreja para o meio rural nordestino (Oro/Corten/Dozon, 2003, 304).

A Igreja Universal e outras do ramo pentecostal passaram a usar a política a favor de suas igrejas e da defesa de suas ideias, e com objetivos muito audaciosos, justificados até mesmo por passagens bíblicas como: “Dentre teus irmãos porás rei sobre ti, não porás homem estranho sobre ti, que não seja seu irmão” (Deuteronômio: 17.15); “Quando o justo governa, o povo se alegra, mas quando o ímpio domina, o povo geme” (Provérbios:26.12).

A mudança de estratégia no jogo político que culminou com a aliança entre IURD e PT, rendeu ótimos frutos para Igreja como pode ser observado no resultados das eleições, nas quais o bispo Marcelo Crivella, sobrinho de Edir Macedo, por exemplo, na época com 44 anos, casado, natural do Rio de Janeiro, concorreu pela primeira vez a um cargo eletivo e conquistou uma cadeira no Senado da República pelo PL/RJ, com 3.243.289 votos ou 21,6% dos votos válidos, superando políticos tradicionais como Artur da Távora e Leonel

Brizola (Burity/Machado, 2005). Para o Congresso Nacional foram eleitos dezesseis deputados federais, diretamente ligados à Igreja. Entre eles, destaque para a reeleição do bispo Carlos Rodrigues, que recebeu 192.640 votos, um aumento de mais de 152% em relação ao número da eleição anterior (1998); os deputados eleitos por São Paulo: bispo João Batista / PFL, pastor Marcos Abrão / PFL, bispo Wanderval Santos / PL e Edna Macedo / PTB. Esses homens e mulheres, eleitos de forma democrática, passaram a fazer parte da base de apoio do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Contudo, vale ressaltar que parte dos deputados eleitos pela Universal pertencem a outras legendas partidárias, inclusive de oposição ao governo petista. Logo, os políticos iurdianos teriam de colocar na balança os interesses da sua Igreja e do partido a que eles são filiados.

IV.3 Conclusão

A crise pela qual a Igreja Universal do Reino de Deus e seus dirigentes passaram durante a década de 1990, que envolveu diferentes campos em que atuava (religioso, midiático, empresarial, político, etc.) levou a instituição ao centro de intensas críticas, investigações e prisões. Esse período de provações internas somou-se às decepções com políticos que a Igreja apoiou em outras eleições. Nesse contexto, a Universal demonstrou muita astúcia ao buscar novas estratégias para mudar o “jogo” social e político em que estava envolvida, fazendo novas parcerias religiosas e políticas. Tais estratégias levaram a Igreja a mudar o seu conceito em relação ao Partido dos Trabalhadores, observando os pontos em comum existentes entre os dois grupos, a luta pela ética e pela justiça social.

A aliança com o PT e o carisma que os líderes e a própria instituição possuem ajudaram a mesma a superar a tensão social em que ela se encontrava. A mudança de postura foi possível graças ao contexto democrático que o país vivia, que permitiu o convívio entre os diferentes, a aproximação de inimigos em torno de um objetivo comum. A aliança entre IURD/PL e PT trouxe para o candidato Lula um contingente considerável de votos, levando-se em conta que no ano de 2000 existiam aproximadamente 26 milhões de evangélicos. Nas eleições de 2002, 27% dos pentecostais e 41% dos não pentecostais votaram no candidato petista; em 2006 esses números aumentaram para 52% dos pentecostais e 48% dos não pentecostais.

Considerações finais

A relação existente entre o poder religioso e o poder político, respectivamente representado pela IURD e PT no Brasil contemporâneo, demonstra que ambos conquistaram muitas recompensas e diminuíram os custos com a aliança, pois a união fortaleceu os dois grupos, já que o PT conquistou a tão sonhada presidência da República e a maioria dos parlamentares no Congresso Nacional e a IURD, por sua vez, diminuiu a tensão social em que constantemente estava envolvida, proveniente de ataques contra a Igreja Católica (ainda soberana no Brasil) e dos escândalos envolvendo vários de seus líderes, entre eles o seu fundador, o bispo Edir Macedo, que foi preso em 1992.

Atuando de forma pragmática, a Universal agiu de forma flexível, ignorando o perfil ideológico de seus aliados. Os “homens de Deus”, infiltrados no campo político, devem colocar em prática a obra de Deus, de forma ética, elaborando e votando em leis que promovam a justiça social. Os “homens de Deus” ou os candidatos da IURD e/ou os apoiados por ela, devem ser subordinados às diretrizes da Igreja, o que muitas vezes causou conflitos com os partidos ao qual eles pertencem. De um modo geral, esses políticos devem fazer transparecer de forma direta ou indireta a instituição que eles representam. Assim, a Igreja tem feito muito sucesso no campo político, graças à sua assistência às camadas menos favorecidas da população.

O sucesso político da IURD motivou outras igrejas a tomarem o mesmo caminho, e principalmente despertou o interesse de partidos políticos, devido à sua força, principalmente no que se refere ao número de votos oriundos de seus fiéis. A participação da IURD no “jogo do poder”, iniciou-se por caminhos conservadores, porém o enfraquecimento perante a sociedade fez as lideranças da IURD mudarem a sua postura mediante a esquerda, principalmente deixando de hostilizar o candidato petista, Lula, à presidência da República.

Em nome do bem-estar, da ética e da justiça social, a IURD aproximou-se do Partido dos Trabalhadores. A mudança de postura da IURD foi interpretada a partir de um pequeno demonstrativo de discursos político-religiosos, proferidos por alguns de seus membros, que demonstravam claramente a decepção com os governos anteriores, justificando que muitos políticos, outrora apoiados por eles, estavam sendo influenciados pelas forças malignas, argumentos oriundos da sua Teologia do Domínio, na qual somente uma “guerra espiritual” podia transformar o cenário político brasileiro. As propostas apresentadas pelo

Partido dos Trabalhadores, que iam de encontro às pregações iurdianas, e a nova postura do candidato Lula, “paz e amor”, levaram a Igreja Universal do Reino de Deus a apoiar o petista. Somando-se a esse fato a possibilidade da IURD fazer parte de um governo popular, um socialismo de resultados, que possibilitaria aliviar as tensões sociais vividas pela instituição e consolidar uma aliança, inimaginável anos antes.

Esses dois grupos, tão importantes na história contemporânea do Brasil, passaram a fazer parte do poder, coligados e eleitos de forma democrática. O trabalho agora abre novos horizontes, com novas perguntas a serem respondidas, a partir das consequências econômicas, sociais e políticas dessa aliança para o Brasil, já que uma considerável parcela dos deputados evangélicos que pertencem à IURD/PL foram denunciados em escândalos da legislatura 2002-2006, entre eles o bispo Carlos Rodrigues PL/RJ e Wanderval Santos PL/SP. Entre os escândalos, podemos destacar a CPI dos Sanguessugas e o Mensalão, que segundo o Ministério Público consistia no pagamento realizados a deputados, por líderes petistas, para o apoio em projetos do governo.

Referências Bibliográficas

Azevedo, Eliane.

2000 Vinde a mim as elites. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, Atualidades, 09.06, p.8.

Baert, Patrick

1997 Algumas limitações das explicações da escolha racional na Ciências Política e na Sociologia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 12.n,35. São Paulo.

Berger, Peter L.

1985 *O Dossel Sagrado* – Elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Edições Paulinas (Coleção sociologia e religião).

Bittencourt, Denise Martins.

2006 Lugar da metáfora na articulação do religioso e do político nos discursos de Lula e Sarney. *Debates do Ner*, Porto Alegre, ano 7, nº.10, p.105-111, jul./dez.

Bohn, Simone R.

2004 Evangélicos no Brasil. Perfil: socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. *Opinião Pública*, Campinas, vol.X, n.2,out., p.288- 338.

Bourdieu, Pierre

1989 A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In *O poder simbólico*. RJ: Ed. Bertrand Brasil, p.163-202.

1990 *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense.

2007 *A economia das trocas simbólicas*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva

Burity, Janildo A. e Machado, Das Dores Campo (organizadores).

2005 *Os votos de Deus: Evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana.

Campos, Leonildo Silveira

1997 *Teatro, Templo e Mercado: Organização e Marketing de um Empreendimento Neopentecostal*. Petrópolis, São Paulo e São Bernardo do Campo – em coedição: Editora Vozes, Simpósio Editora e UMESP.

Castro, Daniel.

1999 Igrejas tiram proveito da crise no rádio. *Folha de São Paulo*, 30.Agosto, Ilustrada, p.3.

Castro, Daniel e MATTOS, Laura.

2004 Atrás da Fé. *Folha de São Paulo*, 15 de Fevereiro, Ilustrada, p.E1.

Croitor, Cláudia e SALLUM, Érika.

2000 TV se transforma em templo eletrônico. *Folha de São Paulo*, 10. Setembro, TVF, p.12.

- Dias, Edney Cielici.
2003 De Cada 3 paulistanos, 1 mudou de religião. *Folha de São Paulo*, 14.Dezembro, Cotidiano, p.C1.
- Durham, Eunice R.
1984 Cultura e Ideologia. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol.27, nº.1, pp.71 a 89.
- Durkheim, Émile.
1996 *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes (Coleção Tópicos).
- Ferrari, Odêmio Antonio
2004 *A Igreja Universal do Reino de Deus e o Exercício do Poder: concepção e prática pós-moderna*. Dissertação de mestrado em Ciências da Religião. PUC/SP.
- Ferreira, José Herval.
1997 *CEBs e paróquia: experiência de comunidade*. São Paulo: Paulinas (coleção Igreja dinâmica).
- Freston, Paul.
2002 “Tendências da política evangélica às vésperas das eleições”. In: *Revista Ultimato*, Viçosa, 278, ano 35, 62-65, set/out.
2000 “A campanha eleitoral: Raízes de todos os males”. In: *Revista Ultimato*, p.48-49, set/out.
2006 Protestantismo e democracia no Brasil. *Lusotopie 1999*, pp. 329-340.
- Giddens, Anthony.
1996 *Em defesa da sociologia*. Ensaio, interpretações e réplicas. São Paulo: Editora Unesp (Cap.2: A vida em uma sociedade pós-tradicional. p.21 – 95).
- Guedes, Gilse e domingos, João.
2001 Universal espalha deputados para ampliar poder. *O Estado de São Paulo*, Política, 19.08, p.A4.
- Ianni, Octavio (org.)
2000 *Teorias da Globalização*. 8.ed. Rio de Janeiro: civilização Brasileira. p.119-141.
- Machado, Maria das Dores Campos.
2006 *Política e Religião: A participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Machado, Maria da Dores Campo e Mariz, Cecília Loreno
2004 Conflitos Religiosos na Arena Política: o caso do Rio de Janeiro. *Ciências Sociais e Religião*, Porto alegre, ano 6, n.6, p.31-49, outubro.
- Maduenô, Denise.
1995 Bancada evangélica começou com um boato. *Folha de São Paulo*, 17.09, p.115.

Mariano, Ricardo.

- 1999 *Neopentecostais – Sociologia do Novo Pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola.
- 2004 Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. *Estudos Avançados*. Vol.18, n.52, São Paulo, set/dez.
- 2008 Usos e limites da teoria da escolha racional da religião. *Tempo Social*. Vol.20, n.2, São Paulo, novembro.

Meirelles, Mauro.

- 2006 Nem sempre as coisas foram assim: ou dos (des) encantamentos do campo Político e religioso. *Debates do Ner*. Porto Alegre, ano 7, n.10, p.51-67, jul./dez. 2006.

Mendonça, Antonio Gouvêa e Veslasques Filho, Prócoro.

- 1990 *Introdução ao Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola.

Mendonça, Antonio Gouvêa

- 1995 *O Celeste Porvir: A Inserção do Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Aste
- 2005 O protestantismo no Brasil e sua encruzilhadas. In: *Religiosidade no Brasil. Revista USP*, São Paulo, n.67, p.48-67, set/nov.

Mendonça, Ricardo

- 2002 O paradoxo da miséria. *Revista Veja*, Ano 35, n.3, 23.01, p. 82-93.

Mir, Luis.

- 2003 *Partido de Deus: Fé, Poder e Política*. São Paulo: Editora Alaúde.

Muniz, Ricardo

- 2006 *A última cruzada de Billi Graham*. Disponível em: <http://www.teologiabrasileira.com.br>. Acesso em 15.02.2009.

Novaes, Regina

- 1985 *Os escolhidos de Deus – Pentecostais, trabalho e cidadania*. São Paulo: Editora Marco Zero.

Oliveira, Ivo Xavier

- 2005 *Igreja Universal do Reino de Deus: uma instituição inculturada?*. São Paulo: Editora Pulsar.

Oro, Ari Pedro.

- 2000 Religião e Política nas eleições de 2000 em Porto Alegre (RS). *Debates do Ner*, Porto Alegre, ano 2, n.3. setembro.
- 2001 Política e Religião no Rio Grande do Sul. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 7, n.15, p.161-179, Julho.

- 2004 Política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religiosos e políticos brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. s.l.: RBCS.V.18, n.53, p;53-69, Outubro.
- Oro, Ari Pedro, Corten, André e Dozon, Jean-Pierre (organizadores)
2006 *Igreja Universal do Reino de Deus – Os novos conquistadores da fé*. São Paulo: Paulinas.
- Patriota, Karla R. M. Pereira
2003 *O fenômeno do Marketing Religioso: análise do discurso da Igreja Renascer em Cristo na Mídia*. Dissertação de Mestrado apresentada em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco.
- Pierucci, Antônio Flávio e Prandi, Reginaldo.
1996 *A realidade Social das Religiões: religião, sociedade e política*. São Paulo: Ed. Hucitec.
- Pierucci, Antônio Flávio
2007 *Religião como solvente – uma aula*. São Paulo: *Novos Estudos*.
- Pinheiros, Paulo Sergio; et.al.
2002 *O Brasil Republicano. v.2: sociedade e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrad Brasil (coleção: História Geral da Civilização Brasileira)
- Portelli, Hugues
1984 *Gramsci e a questão religiosa*. São Paulo: Edições Paulinas (Coleção sociologia e religião).
- Prado, Caio Jr.
1961 *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. 3 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- Rui, José Carlos
2005 *O sonho racista de um povo branco*. José Carlos Rui. Publicado em maio. Disponível em: <http://www.geocities.com.br>. Acesso em: 19.08.2007.
- Ryff, Luiz Antônio.
2000 Universal lança 400 candidatos a vereador. *Folha de São Paulo*, 21.06, Brasil, A7.
- Santos, José Sidério
2006 *Política e Religião: um estudo da bancada evangélica eleita por São Paulo em 2002 para o Congresso Nacional*. Dissertação de mestrado em Ciências da Religião. Universidade Presbiteriana Mackenzie – SP.
- Silvia, Fernando de Barros e.
1995 Para intelectuais, novas igrejas são “fast food” da fé. *O Estado de São Paulo*, 17.09, Brasil, p.1-14.

- Skinner, Quentin. Tradução: Renato J. Riebeiro e Laura T. Motta.
1996 *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Souza, Beatriz Muniz e Martino, Luís Mauro Sá (org)
2004 *Sociologia da religião e mudança social: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Paulus.
- Souza, E.C.B. e Magalhães, M.D.B.
2003 Os Pentecostais: entre a Fé e a Política. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: V.22, n.43, p.85-105.
- Stark, Rodney
2004 Trazendo a Teoria de Volta. *Revista de Estudos da Religião - Rever*. N.4, ano 4 Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião – PUC/SP, pp.1-26
- Stark, Rodney e Bainbridge, William Sims
2007 *Uma teoria da religião*. São Paulo: Paulinas (Coleção repensando a religião).
- Trevisan, Cláudia.
1995 Igreja Universal expande negócios e conquista adeptos em 39 países. *Folha de São Paulo*, 10.09, Brasil, p.1-10.
- Usarski, Frank
2004 Os Enganos sobre o Sagrado – Uma Síntese da Crítica ao Ramo “clássico” da Fenomenologia da Religião e seus conceitos chave. *Revista de Estudos da Religião - Rever*. N.4, Ano 4. Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião – PUC/SP, pp.1-15.
- Zeni, Heloisa de Fátima Martins
2006 *Universal e a política: o caso de Marília*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. UNESP - Universidade Estadual Paulista.

Reportagens Especiais

- A Força do senhor.
2002 *Revista Veja*, São Paulo, p88, Jul.
- Emprego: até 1000 candidatos por vaga
2004 *Revista Veja*, edição especial, ano 35. n.19. p.69
- Manifesto. Disponível em: http://www.pt.org.br/pt25anos/anos80/documntos/80_manifesto.
Acesso em: 27.07.2008
- Política
2000 *Plenitude*, s.l.: n.72, p26,
- Universal conquista o país com duas redes de TV.
1999 *Gazeta Mercantil*, São Paulo,05.05, p.c 6.

Anexos

1 - Um breve histórico das principais igrejas neopentecostais

- **Igreja de Nova Vida**

Fundada em agosto de 1960 no bairro de Botafogo, Rio de Janeiro, pelo missionário canadense Walter Robert McAlister, a Nova Vida nasceu na esteira de seu programa radiofônico *A Voz de Nossa Vida*. Oriundo de uma tradicional família pentecostal, McAlister dedicou-se ao trabalho missionário. Atuou como evangelista em diversos países, incluindo as Filipinas, onde afirmou ter passado por profunda experiência na área de libertação de demônios em 1952. Publicou mais de 40 livros e livretos. Foi, por alguns anos, representante junto ao Vaticano no diálogo com igrejas pentecostais. Em 1955 e 1958, esteve no Brasil pregando na Assembleia de Deus e nas campanhas de cura divina em tendas de lona da Cruzada Nacional de evangelização. Em 1960, com apoio financeiro externo, McAlister estabeleceu-se no Rio, passou a pregar semanalmente no auditório da ABI (Associação Brasileira de Imprensa) e anualmente no Maracanãzinho e deu início a Cruzada de Nova Vida. Foi só no final dos anos 60, porém, que a Cruzada se transformou efetivamente numa denominação (Mariano, 1999).

- **Igreja Internacional da Graça de Deus**

O missionário Romildo Ribeiro Soares ou R. R. Soares, fundador da Igreja Nacional da Graça de Deus não esqueceu as suas origens. A igreja fundada por ele se parece muito com a sua irmã, a Universal. Adota agenda semanal de cultos, abre as portas diariamente, prega a mensagem baseada em três elementos básicos: cura, exorcismo e prosperidade. Atrai e converte indivíduos dos mesmos estratos sociais, utiliza intensamente a TV, tem líder carismático e pastores relativamente jovens e sem formação teológica; não concede autonomia às congregações, nem às lideranças locais; dispõe de governo eclesiástico de poder vertical e administração centralizada e é liberal em matéria de usos e costumes de santidade, mas, para a tristeza do missionário R.R. Soares, as semelhanças terminam por aqui, pois, em matéria de crescimento, o seu cunhado Edir Macedo está bem melhor (Mariano, 1999).

Após três anos, um desentendimento rompeu a sociedade entre Soares e Macedo, irmão da esposa de Soares. Romildo Ribeiro Soares fundou, então, a Igreja Internacional da Graça de Deus, que hoje tem quase mil templos no Brasil e representantes nos Estados Unidos da América, no Japão e em Portugal. Possui ainda canal de TV no estado do Mato Grosso do sul.

Por trás dos investimentos alardeados por Record e Bandeirantes neste início de ano, há uma silenciosa “guerra santa”. De um lado, o bispo Edir Macedo e sua igreja pretendem aplicar U\$\$ 30 milhões na Record ao longo de 2004, do outro, o missionário R. R. Soares, tornou-se um dos principais pilares financeiros das mais recentes apostas da TV Bandeirantes.

Desde 2003, um contrato garante ao evangélico pregações no horário nobre. Válido até 2007, renderá a Band cerca de R\$ 100 milhões – alívio significativo em meio à crise do mercado publicitário. A verba anual de R. R. Soares representa ao menos 10% do faturamento da Band (que em 2003 foi de R\$ 250 milhões). A Band foi seu maior “gol” na busca por exposição.

- **Renascer em Cristo**

Fundada pelo casal Estevan Hernades Filho e Sônia Hernandes. Ele é um ex-gerente de marketing da Xerox do Brasil e da Itautec; ela, uma nutricionista e ex-proprietária da boutique La Belle Femme. Em 1986, o casal e um grupo de fiéis da classe média deram início às primeiras reuniões da Renascer numa pizzaria. Em seguida, tomaram emprestada a Igreja Evangélica Árabe no bairro do Paraíso e, em outubro de 1989, alugaram o Cine Riviera, no Cambuci, transformado em sede nacional da denominação depois de comprado por empresário, membro da igreja, que o doou à Renascer.

O empreendimento deu certo. Rapidamente cresceu e ganhou visibilidade. No final de 1998, a Renascer contava com mais de 300 templos, a maioria em São Paulo, embora já estivesse presente em metade dos estados brasileiros e no exterior (Uruguai, EUA, Espanha, França e Portugal).

Em 1995, adotou o governo eclesiástico episcopal, cujo topo hierárquico se mantém ocupado por Estevam Hernandes, promovido então a apóstolo. A maioria de seus pastores exercem atividades seculares remuneradas. Deles, cerca de 10% são do sexo feminino. Esposas de pastores ocupam cargo de presbítero, desempenhando a função de co-pastoras.

A Escola de Profetas, cujos cursos bíblicos básico e avançado duram dois e três anos, respectivamente, provê a formação teológica dos pastores (Mariano, 1999).

- **Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra**

Foi fundada por Robson Lemos Rodovalho, professor de física licenciado da Universidade Federal de Goiás. Em 1976 Robson foi consagrado pastor e fundou, com Cirino Ferro, a Comunidade Evangélica, cuja terminação Sara Nossa Terra só foi incluída em 1992, para diferenciá-la das demais comunidades evangélicas surgidas. Em 1997, a igreja adotou governo eclesiástico episcopal, ocasião em que Rodovalho foi alçado ao posto de bispo primaz. Abaixo dele na hierarquia ficaram os bispos regionais, seguidos pelos coordenadores distritais (pastores que supervisionam entre cinco e sete igrejas) e, na base, pelos pastores locais (Mariano, 1999).

- **As igrejas de menor expressão ou agências de cura divina**

A partir da década de 70, as igrejas neopentecostais floresceram no Brasil, a ponto de ser difícil, hoje, fazer um levantamento completo delas, principalmente por causa da diversificação e da itinerância de alguns grupos. Circulando pela cidade de São Paulo, podemos observar inúmeras igrejas de denominações variadas espalhadas por todos os lados, sobretudo na periferia, região menos favorecida econômica e culturalmente.

Outra dificuldade é que muitas dessas igrejas são verdadeiras empresas particulares e estão registradas em nome de indivíduos, o que dificulta a identificação. Nesse ponto, levanta-se uma questão teórica: são realmente igrejas de origem pentecostal ou a maioria não passa de agências de uma cura divina? (Mendonça, 1990, 46).

Entende-se por igreja uma comunidade local, regional ou nacional, com um mínimo de estabilidade, com certa liderança burocrática razoavelmente estabelecida e com corpo de doutrinas mais ou menos delineado, acima das vontades individuais. (Mendonça, 1990, 46). Os locais onde esses grupos se reúnem na periferia paulista, não se enquadram neste perfil de igreja; geralmente são grupos pequenos, verdadeiros empreendimentos locais com liderança individual, sem um grupo de fiéis fixo, sem estabilidade e sem doutrina definida.

O autor Antônio Mendonça define em seu livro que essas igrejas são agências de cura divina, pois, prestam serviço religioso mediante a contribuição por parte do benefício.

A relação benefício/remuneração aproxima-se bastante do princípio do dar para receber. Assim, as questões levantadas em torno das características de um e de outro grupo, permitem-nos distinguir entre pentecostais propriamente ditos, ou de origem clássica, e grupos ou agências de cura divina (Mendonça, 1990, 47).

2 - Tabela A: As emissoras controladas por Igrejas neopentecostais em São Paulo.

Emissoras	Frequência	Igrejas	Audiência (*)
Difusora Jundiaiee	AM - 810 kHz	Igreja Universal do Reino de Deus	1,4 (18°)
Gazeta	AM - 890 kHz	Igreja Internacional da Graça de Deus	1,4 (18°)
Gospel (Nacional)	AM - 920 kHz	Igreja Renascer em Cristo	2,8 (17°)
São Paulo	AM - 960 kHz	Igreja Universal do Reino de Deus	11,0 (11°)
Record	AM - 1.000 kHz	Igreja Universal do Reino de Deus	30,3 (7°)
Manchete Gospel	FM - 91,3 MHz	Igreja Renascer em Cristo	42,7 (14°)
Melodia	FM - 97,3 MHz	Comunidade Cristã Paz e Vida	não disponível
Aleluia	FM - 99,3 MHz	Igreja Universal do Reino de Deus	40,0 (15°)
Ômega	FM - 106,9 MHz	Igreja Internacional da Graça de Deus	20,7 (24°)
(*) - Audiência média, das 5h às 24h, em milhares de ouvintes por minuto na Grande São Paulo			

Fonte: dados reelaborados - Folha de São Paulo, 30.Ago.1999,p.3

3 - Tabela B: O crescimento pentecostal comparado com outras religiões



* Não inclui as religiões não declaradas.

fonte: PRANDI, Reginaldo. *As Religiões Afro brasileiras e seus seguidores*. Revista de Ciências Sociais, v. 3, n.º1, jun. 2003.

COMPARATIVO DAS RELIGIÕES

No município de São Paulo, em 2000, em números absolutos

Católicos	7.108.017	Pentecostais	Assembléia de Deus	393.098
Evangélicos Pentecostais	1.255.116		Congregacional cristã	273.764
Evangélicos Tradicionais	293.832		Universal do Reino de Deus	198.852
Espírita Kardecista	286.856		Deus é Amor	59.971
Afro-Brasileiros	48.505		Evangelho Quadrangular	39.024
Sem Religião	936.474		Protestantes Históricas	
Outras	506.746		Presbiteriana do Brasil	3.455
			Luterana	10.588
			Metodista	15.288
			Batista (Convenção Batista Brasileira)	137.361
			Outras religiões	
			Judaísmo	37.500
			Testemunha de Jeová	93.752
			Budista	66.375
			Islamismo	6.926

fonte: Censo IBGE 1991 e 2000, Cepad - Fapesp/CEM - Cebrap e Microdados da Amostra CENSO IBGE 2000

fonte: dados de Folha de São Paulo p.C1. 14.Dez.2003.